



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –  
MESTRADO PROFISSIONAL

AMANDA SOUZA XAVIER DE LUNA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, AVALIAÇÃO E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO  
CONTEXTO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UFPB**

JOÃO PESSOA

2017

AMANDA SOUZA XAVIER DE LUNA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, AVALIAÇÃO E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO  
CONTEXTO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Gestão e Avaliação, como requisito para obtenção do título de mestre.

**Orientador (a):** Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA

2017

AMANDA SOUZA XAVIER DE LUNA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, AVALIAÇÃO E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO  
CONTEXTO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UFPB**

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Gestão e Avaliação, como requisito para obtenção do título de mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
(Presidente da Comissão /Orientadora/MPPGAV -UFPB)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira  
(Membro Externo/ PPGCI/MPGOA – UFPB)

---

Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho  
(Membro Interno /MPPGAV – UFPB)

---

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva  
(Suplente – MPPGAV/UFPB)

*Ao único que é Digno de receber, a  
honra e a glória, a força e o poder, ao  
Rei eterno imortal, invisível, mas real, à  
Ele, todo meu louvor!*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao que me deu a vida, o fôlego e a força para superar todos os obstáculos que surgiram nesse caminho, ao meu pai, meu querido pai: a Deus.

À minha família, especialmente a minha mãe, Mônica Maria de Souza, por ser tão presente, tão especial e cumprir o papel de mãe, que desconheço alguém que faça melhor, pois diante dos obstáculos que surgiram, foi ela quem me socorreu e me ajudou de maneira ímpar, para que eu pudesse estar de pé nos momentos em que tudo parecia sem saída.

Ao meu esposo, Alvan Silvério de Luna, que abdicou do emprego, quando mais precisávamos, para que esse sonho pudesse ser realizado, ficando com nossa filha, cuidando e me dando todo apoio, me levando e buscando todos os dias de aula, suportando minha ansiedade e nervosismo no dia a dia, relevando meus deslizes como mulher, mãe e dona de casa, nessa fase de tanto desgaste, para que meu tempo fosse aproveitado da melhor maneira. Alvan, sem você, eu realmente não ia conseguir, você é meu esposo, amigo, companheiro e ajudador, eu te amo.

Minha filhinha Gabriela Souza Luna, que com seu sorriso me dá forças todos os dias para continuar nessa jornada chamada vida, meu amor, é tudo por você, é tudo para você.

A minha orientadora, a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Romão, pela sensibilidade, compreensão e sua visão apurada daquilo que era necessário fazer, pela confiança, paciência e pelo carinho que sempre teve comigo, mas sobretudo pela competência em me conduzir nesse caminho tão árduo.

A todos os professores do MPPGAV, que em cada aula, abriram os caminhos do conhecimento para que meu projeto amadurecesse de uma maneira que nem eu mesma imaginei, a eles toda minha gratidão e admiração!

Aos colegas do MPPGAV que fizeram desse caminho duro, uma jornada deliciosa de se viver!

Aos amigos queridos que fiz ao longo desses dois anos, alguns que são mais que amigos, se tornaram verdadeiros irmãos!

À minha amiga e irmã Débora Luna, que tem o mesmo sobrenome que eu, sentou do meu lado no primeiro dia de aula, puxou assunto e nunca mais foi embora, você

realmente foi aquela surpresa que a gente recebe do céu sem esperar e vai agradecer a Deus para sempre, te amo!

Ao casal amigo Evandro Soares e Eliane Mamede, que compartilharam comigo não só as dificuldades do mestrado, mas também o amor de Deus em nossas vidas e que hoje são mais que amigos, especialmente Eliane, que como docente me trouxe à luz o que precisava ser feito em meu trabalho.

À amiga Ana Carolina Caetano, que de tão longe, se dispunha com todo carinho a me ajudar, que foi e sempre será uma grande inspiração para mim, compartilhando da mesma temática, sendo uma profissional exemplar e pessoa tão especial!

À minha família de João Pessoa, tios e primos, pelo amor, carinho e todo apoio quando mais precisei, que foram e são meus braços e pernas numa terra antes desconhecida.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão de mais um passo em minha vida. Obrigada!!

*“Ainda que seus passos pareçam inúteis; vá abrindo caminhos como a água que desce cantando da montanha. Outros te seguirão...”*

*(Antoine de Saint-Exupéry)*

## RESUMO

A ausência de instrumentos que fomentem e institucionalizem o planejamento das Bibliotecas Universitárias traz consigo uma série de problemas, dentre eles, o comprometimento do funcionamento destas enquanto sistema, sobretudo no processo de avaliação do ensino superior, e as distanciam cada vez mais do cumprimento da sua função enquanto construtora e mediadora do conhecimento no ambiente universitário. Ao aprofundar o estudo da problemática, foi percebido através da própria linha histórica do ensino superior, das Políticas Públicas e principalmente das Bibliotecas Universitárias, que a raiz do “problema” encontra-se essencialmente na sua construção, onde as Bibliotecas Universitárias, especialmente após a Reforma Universitária de mil novecentos e sessenta e oito, foram reestruturadas de maneira centralizada dentro da Universidade, e contemplada de maneira superficial em todos os documentos que formam as bases da estrutura e funcionamento do ensino superior no Brasil. Diante da ausência de tais instrumentos, a própria comunidade bibliotecária toma a iniciativa de propor um Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, composto por seis grandes áreas, doze diretrizes gerais e quarenta e seis ações. O PNBUI foi criado em mil novecentos e oitenta e seis e extinto em mil novecentos e noventa e um, por falta de investimento no auge das políticas neoliberais no país. Essa lacuna existente trouxe sérios prejuízos para todas as Bibliotecas Universitárias brasileiras, especialmente no que diz respeito ao seu planejamento, que passou a não possuir um instrumento que fosse capaz de coordenar, mediar e integrar seu planejamento, que passaram a fazer de maneira individualizada e cada vez mais refém da administração superior na qual estavam inseridas, principalmente as bibliotecas setoriais. A partir disso, o recorte do estudo dar-se-á no Sistema de Bibliotecas da UFPB, perpassando a história do Ensino Superior no Brasil, a construção das Bibliotecas Universitárias no contexto das Políticas Públicas de Educação, sobretudo aos programas voltados para ela, resgatando a função mediadora da biblioteca na sociedade do conhecimento, para finalmente aprofundar as questões acerca do planejamento institucional, tendo como base o PNBUI, enquanto modelo de referência para o planejamento bibliotecário e o próprio SINAES, enquanto modelo vigente de avaliação do Ensino Superior no país. Diante deste cenário, os Sistemas de Bibliotecas se tornam cada vez mais precários, ineficientes quanto à promoção da sociedade do conhecimento e principalmente alheias ao Planejamento da própria Universidade, sendo meramente descritos quanto aos serviços e sua previsão orçamentária nos Planos de Desenvolvimento Institucional, sem qualquer ação concreta que estimule seu desenvolvimento, que reflita na avaliação das mesmas, sobretudo no apoio ao ensino-aprendizagem da comunidade universitária, e numa avaliação positiva global no que se refere à infraestrutura física e bibliográfica, corroborando para alta conceituação dos cursos.

**Palavras-Chave:** Bibliotecas Universitárias. Políticas Públicas de Educação. Planejamento Institucional. Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.



## ABSTRACT

The lack of instruments that promote and institutionalize the planning of University Libraries bares within it a series of problems, many of which can impact on their functioning as a system, especially in the process of evaluation of higher education, putting them far from the fulfillment of their function as a constructor and mediator of knowledge in the university environment. As the study of the problem was deepening, we noted that through the very historical line of higher education, of Public Policies, and mainly of University Libraries, the root of the "problem" lies essentially in its construction, where University Libraries, especially after the University Reform of nineteen sixty eight, were centrally restructured within the University, and superficially contemplated in all documents that form the basis of the structure and functioning of higher education in Brazil. Faced with the absence of such instruments, the librarian community itself takes the initiative of proposing a National Program of University Libraries, composed of six major areas, twelve general guidelines and forty six actions. The PNBUE was created in nineteen eighty six and extinguished in nineteen ninety one, because of the lack of investment at the height of neoliberal policies in the country. This existing gap caused serious damage to all Brazilian University Libraries, especially in what concerns their planning, which did not have an instrument that was able to coordinate, mediate and integrate their planning, which happened to have it in an individualized way, what would make it a hostage of the higher administration in which they were inserted, especially the sector libraries. From this point on, this study takes place in the UFPB Library System, going through the history of Higher Education in Brazil, the construction of University Libraries in the context of Public Education Policies, especially the programs aimed at them, rescuing the mediating function of the library in the society of knowledge, to finally deepen the questions about institutional planning, based on the PNBUE, as a reference model for librarian planning and SINAES itself, as a current model of evaluation of Higher Education in the country. Given this scenario, the Library Systems become increasingly precarious, inefficient as to the promotion of the society of knowledge, and mainly too beyond the Planning of the University itself, being merely described as to the services and their budgetary forecast in the Plans of Institutional Development, without any concrete action that stimulates their development, which reflects in their evaluation, especially in the teaching-learning support of the university community, and in a global positive evaluation, regarding the physical and bibliographic infrastructure, corroborating the high conceptualization of the courses.

**Keywords:** University Libraries. Educational Public Policies. Institutional Planning. National Programo of University Libraries..

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Retrospectiva da Instituição Universidade no Brasil: período monárquico ao governo Lula.....	34
<b>Quadro 2</b> - Políticas recentes: programas e ações do MEC para o ensino superior.....	40
<b>Quadro 3</b> - Gênese das práticas bibliotecárias.....	54
<b>Quadro 4</b> - Principais eventos relativos às Políticas voltadas para Bibliotecas Universitárias.....	58
<b>Quadro 5</b> - Diretrizes e Ações do PNBU por eixos temáticos.....	64
<b>Quadro 6</b> - Avaliação das Bibliotecas no SINAES – Avaliação Externa in loco.....	72
<b>Quadro 7</b> - Normas e Padrões para Bibliotecas Universitárias a nível Internacional e Nacional.....	77
<b>Quadro 8</b> - Visão geral dos indicadores por centro com ênfase nos critérios estabelecidos para as bibliotecas setoriais.....	108
<b>Figura 1</b> – Organograma do Sistemoteca da UFPB.....	101

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBU	Associação de Bibliotecas Universitárias
ACRL	Association of Research Libraries
ALA	American Library Association
ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM	Banco Mundial
BN	Biblioteca Nacional
BU	Bibliotecas Universitárias
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRUB	Reunião plenária do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Institutos Federais de Educação Superior
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISSO	International Organization for Standardization
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARCA	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAAP	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos

PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação
PEP	Planejamento Estratégico participativo
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNBU	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PNC	Plano Nacional da Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROBIB	Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior
PROEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO</b> .....	<b>28</b>
2.1. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....	29
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....	37
2.3 A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	43
2.4 AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO .....	47
<b>3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>52</b>
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL .....	55
3.2 O PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU).....	63
3.3 AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS .....	70
3.4 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ENQUANTO MEDIADORA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.....	81
3.4.1 <i>A Informação Científica como Bem Social</i> .....	84
3.4.2 <i>A Democratização do acesso a informação na reprodução da Sociedade do Conhecimento</i> .....	86
3.4.4 <i>O papel do bibliotecário como mediador da informação no ambiente universitário</i> .	90
<b>4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA UFPB</b> ....	<b>94</b>
4.1 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA UFPB: HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES .....	94
4.2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI): ANÁLISE DOS PDIS 2009-2012 E 2014-2018.....	97
4.3 O SISTEMOTECA DA UFPB .....	99
<b>5 ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS</b> .....	<b>104</b>
5.1 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTO AVALIAÇÃO 2010, 2013 E 2015. ....	104
5.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NOS QUESTIONÁRIOS.....	110
5.3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	113
5.4 ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS: CONSIDERAÇÕES, PROPOSIÇÕES E ORIENTAÇÕES .....	115
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>120</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>121</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NO SISTEMOTECA DA UFPB</b>	
<b>ANEXO A - PORTARIA Nº 288, DE 24 DE ABRIL DE 1986</b>	
<b>ANEXO B - PORTARIA Nº 287 DE 24 DE ABRIL DE 1986</b>	
<b>ANEXO C – REGIMENTO INTERNO DO SISTEMOTECA DA BIBLIOTECA DA UFPB</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como são recentes as Universidades Públicas brasileiras na história da Educação Superior no país, são também as próprias Bibliotecas Universitárias, que foram sendo construídas associadas aos objetivos da própria Universidade. São recentes, também, as Políticas Públicas em Educação, e para que possamos iniciar esse estudo, é preciso entender como é definido o conceito de Política Pública, que segundo Caetano (2014), são ações governamentais que visam atingir determinado bem social nos diferentes campos em que se pode atuar (segurança, educação, saúde, entre outros).

No contexto das Universidades e as Políticas direcionadas à elas, podemos observar que nos dois maiores instrumentos voltados para o desenvolvimento da educação na história do ensino superior no Brasil, que foram o Plano Nacional da Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas (PDE), as Bibliotecas Universitárias foram mencionadas de modo muito superficial, sendo vistas apenas como instrumentos de apoio ao desenvolvimento da educação nos seus diversos níveis, sem maiores detalhamentos quanto a sua estrutura e funcionamento.

Nesse cenário omissivo acerca das Bibliotecas Universitárias, não havia nenhuma política (ou mesmo programa) que a tratasse de forma particular, fixando parâmetros para que seu funcionamento atendesse a critérios de qualidade articulados ao cumprimento da sua função enquanto mediadora da informação dentro do ambiente universitário.

A ausência de parâmetros, e uma gestão universitária indiferente ao planejamento dos sistemas integrados de bibliotecas, traz como consequência uma discrepância paramétrica entre as próprias bibliotecas que compõem os sistemas de bibliotecas das Universidades, sejam a nível institucional (Bibliotecas Setoriais), sejam aos Sistemas como um todo, a nível nacional (Rede de Bibliotecas Universitárias do Brasil,), pois não há políticas fixadas que atrelem em si também, uma auto avaliação das mesmas.

É a partir desse descompasso referencial, que a primeira Política Pública voltada para Bibliotecas Universitárias surgiu, no ano de 1986. Tal iniciativa foi o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) publicado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC. Contudo, os ideais que deram origem ao PNBU não surgiram no âmbito do governo federal, mas sim na própria comunidade de bibliotecários universitários que,

ao se depararem com os primeiros instrumentos de avaliação do ensino superior, viam a necessidade de um instrumento norteador e institucionalizado, voltado às Bibliotecas Universitárias, que fundamentasse seu planejamento de maneira articulada aos objetivos da própria universidade e as Políticas de Educação Superior. O PNBUE existiu durante 9 anos, sendo extinto no ano de 1995, não havendo mais nenhum instrumento para as Bibliotecas Universitárias com o mesmo fim.

Percebe-se então, que existiu apenas um instrumento, a nível de MEC, direcionado especificamente às Bibliotecas das IFES. Transformações significativas na história destas ocorreram, entretanto, pela descontinuidade nos projetos e propostas iniciais hoje não se têm ações públicas exclusivas para o desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias.

Nesse contexto, a ausência de um mecanismo superior capaz de fomentar e institucionalizar um planejamento local, sendo o mesmo alinhado com os objetivos da instituição, torna o planejamento dessas unidades cada dia mais difícil e desafiador, no sentido de que cada biblioteca procura propor seu próprio planejamento (quando o fazem), muitas vezes inconsonantes com políticas superiores, o que torna o trabalho, por vezes, exaustivo, e na maioria das vezes, sem avaliações que proponham de fato melhorias ao desenvolvimento organizacional das mesmas.

O “problema do planejamento” tornou-se recorrente e faz parte do dia a dia dos bibliotecários, principalmente dos gestores, que precisam planejar, mas se encontram diante de um grande desafio: planejar para que objetivo? Fundamentado e articulado com que instrumento? Não havendo instrumentos para se alinhar e alcançar objetivos maiores, digamos que, a Biblioteca Universitária fica “solta” em seus propósitos dentro da Universidade, não estando ela “amarrada” a resultados maiores, propostos por políticas e programas maiores específicos para ela.

E neste sentido, as Bibliotecas Universitárias brasileiras refletem em seus diversos aspectos a necessidade de uma política que seja capaz de nortear as decisões, padronizar tarefas, rotinas, produtos e serviços, sendo estes padrões instrumentos de gestão que busquem a qualidade, principalmente no que se refere a avaliação do ensino superior, e principalmente, instrumentos que proponham diretrizes e ações concretas, alinhadas com as políticas de avaliação do ensino superior, tendo a biblioteca condições de manter um padrão elevado de qualidade, ao serem avaliadas de maneira eficiente, cumprindo o objetivo maior da avaliação que é o desenvolvimento e obtenção de

resultados propostos através de diretrizes específicas sobre sua competência e papel no âmbito do ensino superior, atuando como organismo vivo que é em seus objetivos enquanto provedora de uma estrutura que subsidie o ensino, a pesquisa e a extensão.

É preciso compreender que a Biblioteca Universitária está longe de ser um apêndice nas unidades organizacionais, ou um mero depósito de livros. A Biblioteca Universitária não deve, e não é mais vista isoladamente, mas ora como parte integrante do ensino e aprendizagem, estando ela inserida em todos os processos do ensino superior, e o planejamento institucional precisa estar alinhado nessa visão. Sendo assim, a biblioteca precisa de parâmetros que vão desta sua estrutura física, até as rotinas mais triviais, para que possam atingir padrões de qualidade propostos pelos instrumentos de avaliação.

Nesse contexto, é percebido que não há esses padrões nas bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas (Sistemoteca) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apesar de constituírem um sistema de bibliotecas onde a centralização é exercida pela biblioteca central. Não há padrão entre elas, sendo-as díspares em vários aspectos que comprometem em muito a qualidade e fundamentalmente seu objetivo enquanto provedora de uma infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional para servir de apoio às atividades da universidade como um todo e essencialmente seu papel no processo avaliativo do ensino superior, que entende-se como a problemática nesse estudo, considerando as avaliações do MEC como referência de indicadores de qualidade para as bibliotecas, ainda que esses dados sejam insuficientes e limitados.

Nesse sentido, sendo uma problemática essencialmente comum à grande parte das bibliotecas universitárias brasileiras, o recorte dessa pesquisa deu-se no Sistemoteca da UFPB, com ênfase na Biblioteca do Centro de Educação, visando contribuir positivamente no planejamento dessas Unidades, a partir disso, cabe algumas perguntas: As bibliotecas que compõem o Sistemoteca da UFPB estão preparadas para atender as avaliações do MEC? Como o Sistema de Bibliotecas está articulado e posto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade? Como a Universidade Federal da Paraíba “enxerga” a Biblioteca Universitária do ponto de vista estratégico para o alcance dos seus objetivos enquanto instituição de ensino superior? Por fim, até que ponto a ausência de uma Política/Programa voltado para bibliotecas universitárias, refletem no desenvolvimento, planejamento e na avaliação dos sistemas de bibliotecas?

A partir do levantamento dessas questões, o presente trabalho tem como objetivo



geral analisar as relações entre a ausência de Políticas Públicas voltadas à Biblioteca Universitária, a Biblioteca Universitária na esfera da Avaliação do ensino superior e o planejamento das Bibliotecas Universitárias na UFPB, no contexto do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: (1) Contextualizar historicamente as bibliotecas universitárias, sua construção no Brasil e especialmente nas Universidades Públicas; (2) Estudar as ações governamentais destinadas às bibliotecas públicas universitárias (PNBU) e as implicações da ausência destas para o planejamento das Bibliotecas Universitárias; (3) Identificar as bibliotecas que compõem a Sistemoteca da UFPB e realizar uma análise comparativa entre elas, as avaliações do MEC e sua eficácia enquanto instrumento de avaliação; (4) Analisar os dois últimos PDIs da Universidade Federal da Paraíba e identificar como o Sistema de Bibliotecas está posto quanto ao planejamento dessas unidades, bem como os últimos relatórios de auto avaliação e identificar como o Sistema de Biblioteca tem sido contemplado.

É indiscutível a importância de um instrumento que seja capaz de padronizar e propor indicadores eficientes para as Bibliotecas Universitárias enquanto organização. Nesse contexto, os padrões são parte essencial num processo que busca a qualidade. De acordo com Oliveira *apud* Belluzo (2004), a padronização é a condição essencial para um programa de garantia de qualidade. Os padrões são considerados alvos numéricos, objetivos a serem atingidos.

Para o termo padrão, existem algumas definições e especificações, que segundo Oliveira *apud* Prazeres (2004), um “Padrão” é compreendido como “todo e qualquer documento de referência, item, produto, serviço ou quantidade de material que serve como base de comparação e ou para determinação de características desconhecidas”. E ainda que “a padronização é a condição essencial para uma gestão voltada para a qualidade”. Padrões são considerados por alguns autores, inclusive, como critérios gerais para qualidade.

Nesse contexto, Lubisco esclarece que embora as avaliações do sistema de ensino superior, de modo a assegurar sua qualidade e eficácia – na prática ainda apresentam limitações na sua implementação, especificamente para a biblioteca universitária, com referência aos seguintes aspectos:

- a) não uniformidade nas exigências básicas e comuns às diversas áreas;
- b) indefinições sobre a abrangência dos indicadores empregados para

avaliar a variável biblioteca;

c) inexistência de indicadores de desempenho e de padrões que permitam respostas reveladoras do verdadeiro papel da biblioteca para o desempenho do curso (LUBISCO, 2001, p.5).

É neste sentido, que compreendemos através da afirmação de Lubisco que

[...] a literatura especializada e a prática têm demonstrado que a maior precisão de um processo avaliativo depende, dentre outros, de elementos como comparação com congêneres, aplicação de padrões e análise relacional entre os indicadores (LUBISCO, 2001, p.5).

De uma maneira geral, Oliveira (2004), destaca que em Bibliotecas Universitárias existem vários padrões de tarefas e processos, que são recursos indispensáveis para auxiliar o gerenciamento de uma rotina, assegurando que a execução dos mesmos seja independente dos que a desempenham. Dessa maneira é possível aprimorar continuamente todas as atividades sistemáticas.

Para se alcançar a qualidade necessária, é preciso ter padrões, pois qualidade, segundo Oliveira (2004), pode ser entendida como “adequação ao uso”. É a conformidade às exigências. É o produto projetado em conformidade a padrões preestabelecidos. E com base nessa premissa, que faz-se necessário uma padronização das bibliotecas que formam o sistema de bibliotecas da UFPB quanto à sua estrutura e seu funcionamento, e dessa forma a avaliação do ensino superior, no que se refere ao papel da biblioteca dentro deste contexto, venha, além de avaliar, contribuir para seu crescimento, desenvolvimento e principalmente vista como parte fundamental deste processo, tendo recursos capazes de suprir suas necessidades reais, passando de coadjuvante, para parte essencial deste processo, que o é.

Para efeitos da continuidade da pesquisa e conclusão deste estudo, o segundo capítulo pretende aprofundar o tema através da discussão acerca da formação do Estado, da gênese do ensino superior no Brasil e das políticas públicas direcionadas a elas, onde o aporte teórico estará em Souza (2006), que enfatiza conceitualmente as políticas públicas e suas implicações, e em Magalhães (2005, p.241-367) que aborda a aplicação das políticas públicas no Brasil, em especial as de educação de um modo geral, bem como as influências do neoliberalismo na construção desses instrumentos, e como essa influência contribuiu para o fim dos programas voltados para as Bibliotecas Universitárias.

As aplicações das políticas públicas na educação superior serão observadas

através dos documentos jurídicos do MEC, o Plano Nacional de Educação (2001) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (2008). No estudo das bibliotecas universitárias, a base estará em Carvalho (2004), que aborda aquelas enquanto espaço de difusão da informação e do conhecimento, Ferreira (1980) com o histórico das bibliotecas universitárias no pós-reforma Universitária, Oliveira (2004), com a história e questões relativas ao desenvolvimento e em Lubisco (2001), que aborda a temática dos indicadores e padrões de desempenho.

O terceiro capítulo discorrerá sobre a construção das bibliotecas universitárias no país, dentro do contexto do ensino superior, bem como as ações públicas voltadas para a mesma, aprofundando o estudo sobre o PNBUE enquanto primeiro instrumento público voltado para Bibliotecas Universitárias e como atualmente tem sido feito o processo de avaliação destas. Será trazido ainda, os conceitos fundamentais da Biblioteca Universitária a partir da perspectiva da sua função social na promoção da sociedade do conhecimento, bem como o papel ético e mediador do profissional bibliotecário nesse contexto, como elo essencial no processo de planejamento e difusão do conhecimento na Universidade.

O capítulo quatro será voltado para análise de como o Sistemoteca da UFPB está posto no planejamento institucional da Universidade, trazendo um resgate dos marcos históricos do planejamento dentro da UFPB e analisando de maneira sistêmica e global os dois últimos PDIS da UFPB com enfoque no sistema de bibliotecas da instituição que será nesse capítulo descrita quanto sua história e sua estrutura administrativa, baseado no Regimento 31/2009. O quinto capítulo será direcionado à análise dos dados coletados para a conclusão da pesquisa, bem como as proposições e orientações.

No que se diz respeito ao conjunto de procedimentos metodológicos utilizados a partir dos objetivos definidos nessa pesquisa, com o intuito de contribuir na investigação do problema apresentado, foram delimitados os métodos e técnicas que proporcionem a obtenção de um resultado mais aproximado da realidade do objeto investigado. Minayo (2003, p. 16) os conceitua assim: “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse intuito, buscam-se caminhos sistematizados, selecionando estratégias que possibilitem alcançar os objetivos propostos e a interação entre o método e a técnica mais apropriados para melhor investigar o problema em questão.

É nesse contexto de buscas por respostas à solução de uma questão, que foi

definido como método de abordagem deste estudo, a pesquisa Dialética, como ponto de partida de uma análise crítica do objeto a ser pesquisado, uma vez que o mesmo não deve ser estudado isoladamente, mas a partir de um contexto histórico. Observadas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para sua transformação. Segundo Richardson, entende-se por Dialética:

De origem grega (*Dialektiké* = Discursar, debater), a dialética está vinculada ao processo dialógico de debate entre posições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso. Segundo J. Stalin (1982), antigamente era considerada a arte de chegar a verdade, mostrando as contradições dos argumentos do oponente e superando essas contradições. Em termos gerais, a dialética obedece a princípios diferentes dos silogismos formais. Os argumentos da dialética dividem-se em três partes: a tese, a antítese e a síntese. A tese refere-se a um argumento que se expõe para ser impugnado ou questionado; a antítese é o argumento oposto à proposição apresentada na tese e a síntese é uma fusão das duas proposições anteriores que retêm os aspectos verdadeiros de ambas as proposições, introduzindo um ponto de vista superior (RICHARDSON 1999, p. 45).

Ainda segundo Richardson (1999), a essência da dialética continua sendo a investigação das contradições da realidade. Uma das características do método dialético é a contextualização do problema a ser pesquisado, podendo efetivar-se mediante respostas às questões: quem faz pesquisa, quando, onde e para que? Não se trata de subjetivismos, mas de historicidade, uma vez que a relação sujeito e objeto na Dialética vêm a cumprir-se pela ação de pensar. As sínteses são constituídas numa relação de tensão, porque a realidade contém contradições. Assim, a totalidade, a historicidade e a contradição são as categorias mais importantes na Dialética, e tudo está em constante movimento. A fonte do movimento e do desenvolvimento são as contradições.

A partir dessas contradições, quanto a sua categoria, no que se refere ao conteúdo do objeto, são definidas segundo o tema do problema a ser pesquisado, como define Wachowicz (2001, p.5), “Categorias metodológicas são aquelas que constituem a teoria que vai informar a maneira pela qual o pesquisador trabalha o seu objeto”, nessa perspectiva, o objeto de pesquisa a ser estudado, encontra-se na categoria do método dialético: Possibilidade - realidade. Segundo Richardson (1999, p.53), “possibilidade é o que pode surgir pela uniformidade do desenvolvimento, e realidade é o que já aconteceu.” É o conjunto dessas proposições que fomentarão o debate em torno do

problema a ser analisado, a saber: que o impacto que Políticas Públicas e Programas voltados para o desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias, teriam na avaliação do ensino superior e na promoção e acesso à informação? Qual cenário atual? Em que realidade se encontra essas unidades com a ausência desses instrumentos? E quais as possibilidades que temos a partir das discussões, capazes de institucionalizar propostas e agendas para que haja de fato uma mudança nesse cenário, tornando-a real e transformadora? É essa concepção de transformação da realidade que o método dialético se propõe nesse trabalho.

O método de procedimento adotado, foi o histórico, colocando os dados da pesquisa sob uma linha histórica, comparando um conjunto de elementos que existe hoje, com suas origens históricas, sendo essas origens históricas a construção das bibliotecas universitárias no Brasil no contexto das Políticas Públicas, comparando essa evolução com o que está posto atualmente, que terá como recorte o surgimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) e sua extinção, e a partir disso, como isso impacta no desenvolvimento desses sistemas atualmente. Nesse sentido Marconi e Lakatos (2010) coloca a importância da investigação das raízes históricas do objeto de estudo, a fim da compreensão da sua natureza e sua função. Nessa perspectiva:

[...]. o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar a sua influência na sociedade hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (LAKATOS, 2010, p.89).

Com a intenção de acompanhar a evolução do objeto de estudo, como forma de verticalizar a pesquisa, o método comparativo, desenvolvido por Tylor, que segundo Marconi e Lakatos (2010) é um método específico das ciências sociais, capaz de promover analogias, construções de tipologias e apontar semelhanças entre fatores do passado e do presente, possibilitará o confronto de duas fases da história, levando em consideração seu contexto, a fim de afirmar que a ausência de Políticas nacionais para Bibliotecas Universitárias, desarticula o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com o planejamento desses sistemas, que se desenvolvem, em sua maioria, isoladamente, em detrimento de padrões e referências institucionalizadas.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que essa

articulação entre planejamento de sistemas de Bibliotecas Universitárias/Plano de Desenvolvimento Institucional e o estudo da evolução das Bibliotecas Universitárias no contexto das Políticas Públicas é pouco estudado, e somente a partir dessa natureza exploratória, é possível buscar respostas para os problemas formulados nessa pesquisa, uma vez que as Bibliotecas Universitárias não são unidades isoladas, mas parte integrante de toda evolução das próprias Universidades Públicas, bem como as políticas a elas direcionadas.

Acerca da classificação da pesquisa, quanto aos seus objetivos, Gil (2012, p.27) esclarece que “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores”. Nesse cenário, o objetivo desta pesquisa, pretende, sobretudo, constituir a primeira etapa de uma investigação mais ampla, o que segundo Gil (2012) acontece quando um tema escolhido parte de uma discussão mais genérica, tornando-a necessária para compreensão de suas particularidades.

E é nesse sentido que o estudo acerca das Bibliotecas Universitárias, no contexto das Políticas Públicas e sobretudo na ausência de programas e políticas para o fomento do seu desenvolvimento dentro das Universidades e conseqüentemente na avaliação do Ensino Superior, pretende tornar o problema tratado nesse estudo, mais esclarecido, passível de investigações futuras, a fim de contribuir, sobretudo, com os estudos correlatos do tema, visto que, na própria área da Biblioteconomia, carece de estudos com perspectivas mais gerenciais, com ênfase no planejamento institucional, devidamente articuladas às Políticas de Educação Superior, sobretudo aos instrumentos de planejamento estratégico locais.

Segundo Gil (2010), a qualidade dos resultados de uma pesquisa depende de como os dados foram levantados, bem como os procedimentos empregados em sua análise. A partir dessa afirmação, quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa, o presente estudo aplicará a pesquisa bibliográfica, que fundamentará as relações do objeto de estudo com seu contexto histórico-social, bem como o estado *status quo* do mesmo. Corroborando com essa técnica, a análise documental, aliada à pesquisa bibliográfica, pretende intervir nesse estudo, essencialmente através da análise das Políticas direcionadas para Bibliotecas Universitárias, Legislação, Instrumentos de Avaliação e sobretudo os relatórios de avaliação do MEC, com Ênfase do Eixo temático que contempla as bibliotecas, a fim de formular hipóteses mais precisas, na promoção da

Biblioteca Universitária no contexto da avaliação do ensino superior, sua importância e a relevância de um planejamento estratégico articulado com o plano de desenvolvimento da Universidade.

Ambas técnicas empregadas nessa pesquisa, se complementam, uma vez que o que as diferenciam, são a natureza das fontes, como explica Gil, acerca dessa diferença, Gil esclarece:

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que as duas modalidades se utilizam de dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas (GIL, 2010, p.30).

Quanto ao enfoque dado o objeto de pesquisa:

a) quanto à pesquisa quantitativa:

Considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão) (PRODONAV e FREITAS, 2013, p.69)

b) quanto à pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODONAV e FREITAS, 2013, p.70).

Apesar de serem enfoques distintos, diante da complexidade de análise de dados nas pesquisas sociais, é possível uma associação entre esses dois tipos de pesquisa, a fim de corroborarem para os resultados apresentados. No presente estudo, o levantamento histórico, a partir de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo compreender as Bibliotecas Universitárias enquanto sistemas no contexto das Políticas Públicas de Educação. Entretanto, num segundo momento da pesquisa, uma análise documental, a

partir de fontes de informações ainda não analisadas sob a ótica do planejamento da Universidade, que são relatórios de avaliações, legislação, políticas e programas, serão realizadas, a fim de buscar respostas para os problemas formulados. Logo, sendo o universo da pesquisa quantificável, bem como a própria análise documental das fontes, podem caracterizá-la como sendo *quanti-quali*. Soares e Castro (2012), definem, dentre outras categorias, a pesquisa quantitativa e qualitativa como sendo ambas capazes de formar uma visão geral do problema, nesse sentido:

[...] as pesquisas qualitativas e quantitativas se combinam para fornecer uma visão mais ampla do fenômeno em estudo. A pesquisa quantitativa pode ser adotada, por exemplo, para preencher algumas lacunas deixadas pela pesquisa qualitativa. A primeira ocorre quando a combinação se dá por meio da utilização da pesquisa qualitativa como forma de acessar os elementos processuais e da pesquisa quantitativa para acessar os elementos estruturais. A segunda ocorre quando a pesquisa quantitativa é utilizada para captar preocupações do pesquisador, e a pesquisa qualitativa, para captar a perspectiva dos sujeitos investigados. Assim, foram considerados como trabalhados que pertencem a esta categoria, aquele em que os autores utilizam as duas formas de pesquisa e justificam seu uso como uma forma de obter uma visão geral ou ter uma visão mais completa do campo (SOARES E CASTRO *apud* BRYMAN 2012, p.8)

Portanto, a presente pesquisa utilizou-se de ambos os métodos para validação das suas hipóteses, sendo assim, quanto ao enfoque predominante, a pesquisa é considerada mista, ao utilizar o método quantitativo para definição, quantificação e categorização das variáveis usadas. Colaborando para a pesquisa, o método qualitativo será utilizado a fim de interpretar e qualificar esses dados, de maneira dialética, uma vez que se pretende estudar a problemática de maneira ampla e crítica.

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba, envolvendo, especificamente as bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPB. Foi usado o questionário objetivo para coleta de dados para caracterizar a diagnose do sistema de bibliotecas.

O questionário de 31 perguntas objetivas aplicado foi baseado nos critérios de avaliação do SINAES, que avalia a biblioteca no contexto da avaliação externa in loco, onde na Dimensão 5, a partir dos critérios existentes, atribui à Biblioteca conceitos que vão do 1 ao 5, de acordo com as exigências atendidas. O instrumento de pesquisa foi aprovado por unanimidade pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS, Prot. De nº 0771/16, sob CAAE:



62246816.9.0000.5188. (Apêndice A)

Dessa forma, todas as perguntas do questionário visaram contemplar todos os itens da avaliação externa do SINAES, sendo as respostas objetivas numa escala linear que coloca as respostas diretamente dentro dos conceitos atribuídos pelo MEC numa escala de 1 a 5, proporcionando à pesquisadora um diagnóstico comparativo preciso entre as bibliotecas pesquisadas.

O questionário foi enviado por e-mail a todos os bibliotecários responsáveis pelas Bibliotecas Setoriais que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPB, no formato do Google Docs.

## **2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO**

O presente capítulo pretende esclarecer o entendimento dos conceitos acerca das Políticas Públicas, especialmente as políticas criadas para Educação Superior, bem como apresentar os marcos da gênese da Educação Superior no Brasil e como o Estado teve (e tem) um papel fundamental no desenvolvimento de políticas na área da educação, enquanto forma de diminuir as desigualdades que se deram desde a implantação dos primeiros cursos superiores no Brasil, sobretudo, subsidiar o cenário em que as Bibliotecas Universitárias foram construídas dentro desse contexto.

A definição de Estado se torna essencial no mundo moderno, especialmente após o surgimento da sociedade capitalista, onde, na visão de Weber, o Estado atua como mediador dos conflitos e das relações de classes. No texto clássico “Política como vocação” Max Weber, em conferência realizada em 1918 e publicado em 1919 na Alemanha, afirma que só é possível definir o Estado do ponto de vista sociológico. Para Weber, as “relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas” e ele define o Estado como:

[...] uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Note-se que território é uma das características do Estado. [...] O Estado é considerado como a única fonte do “direito”, de usar a violência. [...] O Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima. Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder (WEBER, 1979, p.56).

Acerca dessa dominação, Weber postula três justificativas que tornam legítimos os tipos de dominação por parte do Estado para com a sociedade civil. Acerca do conceito de legitimidade em Weber, Fraga esclarece:

Legitimidade e legalidade são conceitos essenciais para o estudo do poder, neste caso nos interessa a legitimidade, que é sobre o que Weber disserta. Legitimidade é o fundamento do poder numa determinada sociedade, é o valor que leva as pessoas a aceitarem a obediência a algo, que diz se um comando deve ou não ser obedecido. A legalidade o enquadramento do poder em um sistema de leis, como veremos a seguir, só se dá na dominação Legal (FRAGA, 2013, p.8).

Quanto a teoria dos três tipos de dominação (dominação carismática, tradicional e legal-racional.), Fraga (2013) destacada que são referências importantes para os estudos

sociológicos, históricos e políticos. Não se pretende analisar aqui, os tipos de dominações postulados por Weber, mas, sobretudo como o conceito de Estado faz-se necessário para a compreensão da formação da sociedade (civil) e das Políticas Públicas enquanto demandas da própria sociedade materializada nas mais diversas entidades representativas pertencentes ao Estado.

A partir de então, partindo para o conceito de sociedade civil, Santos (2003) afirma que “o Estado enquanto realidade construída é a condição necessária da realidade espontânea da sociedade civil.” Na visão de Gramsci, a sociedade civil é entendida como “a hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade como conteúdo ético do estado” (BOBBIO, 1982,p.34). Gramsci traz uma perspectiva do Estado ampliado, sendo esta uma opção dialética na própria concepção de Estado, com sua definição:

O Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares. Não é uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionado por essa e, portanto, a essa subordinado; Não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente (BOBBIO, 1982, p.23)

A partir dessa perspectiva observamos que em Gramsci, o papel da elaboração das Políticas Públicas é tanto do Estado, quanto da Sociedade Civil, uma vez que, para este pensador, o Estado é regulador normativo, mas a Sociedade Civil é problematizadora das questões sociais e, portanto, capaz de elaborar e avaliar. Isto é posto por Gramsci, pelo fato do mesmo entender que a sociedade Civil faz parte do Estado e não é algo à parte. Mas, para governos autoritários, o Estado é o conjunto de aparato burocrático, determinado por ações governamentais, quase sem diálogo com as instituições não governamentais, herança da compreensão do Estado Liberal, proposto pelos iluministas.

Através dessa concepção democrática e participativa de Estado, Bobbio nos traz o a discussão sobre a ‘descentralização de poder’, onde na medida em que a Sociedade Civil busca mais poder de decisão, ao mesmo tempo, assume mais responsabilidades e visibilidade na propulsão das Políticas Públicas, é o que o autor chama de “proximidade espacial entre o governante e o governado” (PRESGRAVE, 2013, p.120), onde:

[...] descentralização do poder é uma das formas competentes para conferir publicidade aos atos de governo, especialmente porque aproxima os centros de poder do povo, possibilitando um debate público, que gera

uma opinião pública e deságua na visibilidade do poder (PRESGRAVE, 2013, p.120).

É partir dessa concepção de ampliação do Estado e de pertencimento da sociedade civil ao mesmo, que Gramsci estabelece como estratégia de hegemonia no contexto do Ocidente, o conceito de “Guerra de posição” (ou guerra de movimento) entre ambos (Estado e Sociedade Civil). Em que por um lado o Estado (quando assume ser desvinculado da Sociedade Civil) vai buscar fortalecer o aparato burocrático e centralizador e, por outro, a sociedade civil vai buscar ocupar os “Conselhos” institucionais para manter a sua característica de pertença ao Estado, sem deixar de ser sociedade Civil, acerca disso:

[...] nas formações ‘orientais’, a predominância do Estado-Coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, ‘uma guerra de movimento’, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, **as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e espaços** (‘guerra de posição’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO *apud* SILVA, 2015, p. 252, grifo nosso).

Nesse contexto de conquistas de posições entre Estado e Sociedade Civil, especialmente com as primeiras crises do capitalismo, notadamente em sua fase industrial, o Estado moderno sinaliza o distanciamento das suas obrigações para com as Políticas Públicas Sociais, e focaliza “ajustes” do que ficou conhecido como Reformas do Estado numa perspectiva neoliberal.

[...] as narrativas neoliberais pretenderam – e em certa medida conseguiram – oferecer explicação palatável para a crise e alternativa plausível para a superação daquilo que se usou chamar de consenso keynesiano dos “trinta gloriosos” do pós-guerra. [...] O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça. A intervenção da autoridade pública sobre as iniciativas privadas é vista, primordialmente, como intrusão indevida, no máximo tolerada. [...] O Estado também distorce o belo mundo dos mercados ao proteger desarrazadamente os direitos do trabalho – nas suas condições ou na sua remuneração – ou ainda quando cria instituições que “desmercadorizam” parte dos elementos necessários à sobrevivência da escravaria assalariada (educação, saúde, previdência, seguro-desemprego, moradia, transportes, sabe-se lá mais o quê!) (MORAES, 2002, p.16).

O compromisso mínimo do Estado para com a sociedade, e a livre ação do

mercado, sob o que deveria ser de responsabilidade do Estado, traz efeitos devastadores para a parte da população que dependem da atuação do Estado nesse contexto. Enquanto bem social, a Educação também é alvo das políticas neoliberais, especialmente a Educação Superior, com a proliferação das instituições privadas e a falta de recursos para a gestão pública.

No auge do neoliberalismo, especialmente nos anos 90, traz o efeito do desmonte do Estado, com as privatizações e cortes orçamentários. No início dos anos 2000, há uma proliferação de organizações sociais e mudanças nos projetos governamentais, tendo como possibilidade de superação do Estado Neoliberal, uma nova proposta de Estado, conhecido como o Estado de Bem-Estar-Social<sup>1</sup>, a fim de gerir eficientemente o enfrentamento de uma nova sociedade civil, materializada em entidades representativas atuantes, suas demandas frente ao Estado, e a intervenção do Estado através das Políticas Públicas Sociais.

Quanto à sua definição atual, não há um consenso sobre o conceito de Política Pública, podendo ela ser entendida de diversas maneiras, Lyan *apud* Höfling (1980) define Políticas Públicas enquanto um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. Para Peter *apud* Souza (2006), a Política Pública é a soma das atividades dos governos, Souza (2006) resume o entendimento de Política Pública como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Na visão de Höfling (2001), as Políticas Públicas são conceituadas como sendo a implantação de um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade, pelo Estado. Para o autor, o Estado, enquanto governo, deve responder às demandas da sociedade, em suas mais diversas necessidades, agindo com responsabilidade na implantação e manutenção de políticas que assegurem a distribuição de benefícios sociais, visando sobretudo a diminuição das desigualdades

---

<sup>1</sup> Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

criadas pela sociedade capitalista.

A respeito da evolução da educação superior no país, o presente trabalho traz um breve histórico da trajetória da Universidade no Brasil que, ao longo da exposição a seguir, se mostra marcada por resistências e reformas que visavam sempre acompanhar o processo de evolução da sociedade, uma vez que no início das Universidades no Brasil, ainda não havia uma concepção de Universidade que tinha como missão contribuir para o desenvolvimento de uma nação e do seu povo, como bem coloca Souza Filho *apud* Meznik (2012, p.11) quando nos remonta aos séculos XII e XIII, quando as Universidades ainda eram “acusadas de indiferentes às necessidades da sociedade, de serem centros de erudição monástica e lugar de diletantes”, como será visto a seguir.

## **2.1. Ensino Superior no Brasil**

As bibliotecas universitárias surgem juntamente com a Universidade, diante disso, faz-se necessário compreender como o Ensino Superior surge no Brasil e como a evolução da educação superior, as políticas voltadas a ela e os instrumentos de avaliação influenciaram o desenvolvimento das bibliotecas dentro do ambiente universitário.

Os primórdios da Educação Superior no Brasil remontam o período colonial, entretanto, a educação de nível superior no nosso país só foi estabelecida no início do século XX. Foi através da Companhia de Jesus que os primeiros ensinamentos de caráter médio, especialmente artes e letras, foram oferecidos, e para o nível superior, eram oferecidos cursos de Medicina, Direito e Teologia, onde eram concluídos, em sua maioria, nas Universidades de Coimbra, na Europa (OLIVE, 2002).

Dentro do contexto das colônias da América Latina, as colônias brasileiras não tiveram no ensino superior um crescimento como tiveram as colônias espanholas, por exemplo, onde os exploradores, instalavam universidades em suas colônias (OLIVE, 2002), o que não aconteceu no Brasil, onde até o início do século XIX, três séculos após sua descoberta, ainda não havia sido implantada instituições para o ensino superior no país.

Esse atraso se dava, principalmente, por questões políticas, a exemplo disso temos a criação do Seminário de Olinda, em PE, onde Azeredo Coutinho mantinha sua posição política em relação a centralidade da Metrópole Portuguesa, a fim de sustentar a exploração da colônia brasileira e isso se refletia na oferta do ensino, que era dado

preferencialmente às elites e bem longe das colônias, na Europa, onde dessa forma era perpetuada a cultura de exploração, inibindo cada vez mais a implantação do ensino superior no Brasil. Dessa forma, os estudantes das elites portuguesas nascidos no Brasil precisavam concluir seus estudos superiores na Universidade de Coimbra, em Portugal, mantendo uma certa uniformidade ideológica no que se dizia respeito à superioridade da metrópole em relação a colônia.

Com a transferência da Família Real para o Brasil, surgem então as primeiras bibliotecas e os primeiros centros de estudos da Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, mas ainda sem grandes novidades estruturais, servindo para atender as demandas profissionais da época e principalmente às elites. Nesse período de regência foram criadas então as primeiras faculdades brasileiras, que gozavam de independência entre si, acerca desse período, Olive esclarece:

As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – eram independentes uma das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das Grandes Escolas Francesas, instituições escolares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias [...]. No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição no jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade (OLIVE, 2002, p. 32).

Foi no período da Velha República que a primeira Universidade do país foi oficialmente criada, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 pelo decreto nº 14.343, após quase 100 anos da independência do Brasil. Entretanto, sua criação pareceu ter caráter político, pois segundo Olive (2002), uma das principais razões da criação da UFRJ deu-se por conta da visita ao Rei da Bélgica ao Brasil, que carecia de uma instituição apropriada aos interesses empreendedores do Rei. Pretendia-se outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, logo, a Universidade foi criada por ser considerada uma “instituição apropriada” para esse fim.

Já nesse período, os debates acerca dos problemas da Universidade já eram presentes, ao tempo que a UFRJ havia sido criada num contexto político com ideais positivistas, que de certa forma atrasou a criação dessas instituições, e mantinha ainda um caráter elitista, voltado, sobretudo ao ensino. A contrapartida deu-se com a criação da

Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que representava uma reação anti-positivista acerca da universidade, e já ascendia o debate sobre o “o problema universitário brasileiro”, e através da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) que já defendia a criação do Ministério da Educação.

A década de 1920 foi marcada por profundas transformações em todo mundo, especialmente por conta do fim da primeira guerra mundial, no Brasil, havia-se uma dificuldade em importar produtos industrializados, e o movimento progressista no Brasil foi tomando força, com a criação de fábricas, dando início a um processo de industrialização do país. “Com a necessidade de mão de obra qualidade para essas indústrias, para as estradas e para esse novo momento de país, a educação passa a ser pontuada como a solução para os problemas sociais” (MEZNEK, 2012, p.30).

É nesse contexto de desenvolvimento industrial do país, que as universidades vão sendo concebidas, com a formação superior sendo vista como solução às necessidades de um país em desenvolvimento. Entre 1930 e 1960 havia no Brasil um estágio desenvolvimentista instalado por Getúlio Vargas. O país vivia um clima de equilíbrio econômico pelo modelo de economia implantado pelo mesmo.

É nesse período que Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde e em 1931 é criado o Estatuto das Universidades Brasileiras, marco importante para Educação Superior do país, onde as discussões acerca das políticas educacionais começam a ganhar destaque. Nesse período havia fortes divergências acerca das políticas voltadas para o ensino e formação de professores *versus* a ênfase na pesquisa, desejada principalmente pelos membros da ABE, que discordavam essencialmente do papel do governo federal enquanto normatizador do Ensino Superior e a atuação da igreja católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira<sup>2</sup>.

O período entre 1930 e 1964 foi de extrema importância para o surgimento das Universidades Brasileiras, Favero *apud* Caetano (2010) destaca o período pós 1930 como importante para a Educação Superior no país, entretanto Olive (2002) pondera acerca do clima político autoritário que o país vivia, sendo o exemplo mais significativo da centralização autoritária do ensino superior brasileiro, a implantação da Universidade do Brasil, por Gustavo Capanema, na ocasião Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas, que aproveitando o clima autoritário no país, implanta um modelo que serviria de modelo único de ensino superior para todo território nacional.

---

<sup>2</sup> Ibidem, p.35



Como contraponto ao modelo implantado por Gustavo Capanema, surge, no mesmo período, as Universidades Católicas, com o objetivo de ressocializar as elites brasileiras com base nos princípios ético religiosos da moral católica <sup>3</sup> e a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, tornando-se o maior centro de pesquisa do Brasil, atendendo ao ideal dos seus fundadores, sobretudo porque estava em jogo, também a hegemonia política que São Paulo detinha até o ano de 1930.

Outro marco importante da educação superior no país foi a criação da Lei de nº 4.024 de 1961, a primeira que fixava as Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira e que reforçou o modelo tradicional de das instituições de ensino superior até então vigentes, que causava divergências acerca da ênfase no ensino em detrimento da pesquisa e na estrutura política da própria universidade. Um grande marco da educação superior, que antecedeu e influenciou a própria Reforma Universitária, que viria a acontecer em 1968, foi a criação da Universidade de Brasília (UnB), cujos principais objetivos eram:

O desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista. Essa foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação e faculdades preexistentes: sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Seguindo o modelo norte-americano, organizou-se na forma de fundação e os departamentos substituíram as cátedras (OLIVE, 2002, p. 38).

Acerca desse momento da educação superior no Brasil, Sobrinho (2003) pondera:

Nos anos de 1960 e nos primeiros anos da década seguinte houve um substancial aumento de investimentos públicos na educação, sobretudo nos países mais industrializados, mas, também, e guardadas as proporções, nos periféricos, aí incluído o Brasil. Aqui ainda não tínhamos conseguido construir propriamente um Estado de bem-estar-social, como nos Estados Unidos e em considerável parte da Europa, e tampouco tínhamos sistemas educacionais e de pesquisa sólidos. Nossas estruturas democráticas eram tremendamente frágeis e acabaram sucumbias ao golpe militar que perdurou por vinte anos. Nossa economia se tornou ainda mais dependente dos países ricos. Nossas universidades eram muito jovens e desprovidas de estruturas físicas e capacidades humanas para a pesquisa ampla e de qualidade (SOBRINHO, 2003, p. 67).

Num período de conflitos, insatisfações e repressões dentro das Universidades, diante da Ditadura Militar, a mobilização estudantil das Universidades ganha cada vez

---

<sup>3</sup> Idem

mais força e apoio da população. Pressionados por esses grupos, o Estado propõe a Reforma da Educação, sob forte pressão da Sociedade Civil, expressada através do movimento estudantil que brigava por mais investimentos na educação e por uma universidade livre, gratuita e aberta para todos.

Em meio a intensos debates e sobre a maneira como fora apresentada a Reforma da Universidade Meznik (2012, p.46), relata com exatidão o contexto dos caminhos que a Reforma Universitária tomava, quando afirma que “a forte influência dos países desenvolvidos, na Reforma Universitária que fora implantada no Brasil, coloca em evidência o fato que o Estado Brasileiro não conseguiu elaborar um plano de Educação Superior baseado das demandas nacionais”.

Sendo assim, sob os moldes americanos e através da "consultoria de Rudolph Atcon, em 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência” Favero (2006), é apresentado o plano Atcon, que dá origem ao documento “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira” editado pelo MEC em 1966. O consultor americano faz sugestões e recomendações que, no seu entender, tornariam possível a adequação do ensino superior e das instituições universitárias às necessidades do país. O projeto da Reforma Universitária incorpora algumas das propostas do Plano Atcon, que são:

Defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos. Entre as propostas e recomendações feitas por Atcon encontra-se a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras (FAVERO, 2006, p.21).

O intuito da Reforma era, portanto, aumentar a eficiência e produtividade da universidade, frente às demandas de uma sociedade que estava sendo transformada. Dentre as medidas, se destacavam o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, matrícula por disciplina, criação do magistério e da pós-graduação, bem como a extinção das cátedras. As mudanças que se deram após a efetiva reforma universitária, colocavam em evidência a gestão, a autonomia e a estrutura dessas organizações.

As discussões acerca da Reforma Universitária são marcadas por intensos

debates, sobretudo exigindo do governo medidas no sentido de buscar soluções para o modelo de universidade proposto, e é através do Grupo de Trabalho (GT), que fora encarregado de estudar em caráter de urgência as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a “crise da universidade” e as demandas de uma nova sociedade que segundo Favero, quanto ao conteúdo das questões levantadas no Grupo de Trabalho, descreve:

Entre as questões levantadas, o Relatório chama a atenção para o fato de a universidade brasileira estar organizada à base de faculdades tradicionais que, apesar de certos progressos, em substância, “ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento, que se intensificou na década de 1950, e se conserva inadaptada às mudanças dele decorrentes”. A respeito da expansão das instituições de ensino superior, ressalta-se que ela ocorre “por simples multiplicação de unidades, em vez de desdobramentos orgânicos”. Completando: a Universidade se expandiu, mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entrar o processo de desenvolvimento e os germes da Inovação (RELATORIO DO GRUPO DE TRABALHO apud FAVERO, 2006, p.19).

Esse modelo de Universidade implantado no Brasil apresentou-se, em pouco tempo, insuficiente para atender as demandas do país, entretanto, cabe destacar a importância da Reforma, conforme afirma Cunha (1999, p.8) que foi o de “propiciar condições institucionais para a efetiva criação das Universidades no Brasil, onde, até então, existiam apenas faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que materiais. ” Contudo, acerca dessa nova concepção da Universidade, moldada para ser administrada sob uma perspectiva empresarial, que em nada atendia às necessidades de um país em desenvolvimento, burocratizando as atividades e reprimindo os estudantes. Marilena Chauí em depoimento por uma Comissão da Verdade da USP realizado dia 12 de junho de 2012 na FEA, traduz o sentimento que havia e que continua nos dias atuais acerca dessa nova concepção de Universidade:

Ou seja, a universidade que vocês frequentam, a universidade que vocês cursam, a universidade que nós damos aula, é a universidade que foi estruturada a partir do Ato Institucional número 5. Em outras universidades, houve força suficiente, do corpo docente, do corpo discente, para derrubar muita coisa. A estrutura curricular não continuamos Brasil a fora com disciplinas obrigatórias, optativas, créditos, frequência... A introdução dos créditos significou a escolarização da vida universitária. Em uma universidade você pode fazer duas ou três matérias no máximo e você deve ter duas a três horas de aula por semana para cada uma delas, no máximo. O ideal são duas matérias, cada uma delas com duas horas semanais para que você trabalhe o que ouviu em classe, vá para as bibliotecas e laboratórios, faça pesquisas e tenha efetivamente uma vida universitária. A reforma feita pela ditadura, ao escolarizar a universidade, transformou-a em um curso secundário avançado, em um colegial

avançado (MENZEK, 2012, p.63-64).

A reforma de 1968 foi um grande divisor de águas na educação superior no Brasil, em detrimento das ideologias praticadas, principalmente no que se dizia respeito a supressões da liberdade do pensamento, foi através da aprovação da Lei da Reforma Universitária, que uma nova estrutura, ainda que aos moldes americanos, era implantada na Educação Superior Brasileira. O impacto dessa nova estrutura ascendeu o debate acerca da autonomia universitária, entretanto, ao estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cria condições favoráveis ao desenvolvimento da Pós-Graduação, bem como o desenvolvimento da informação científica no país.

Vale lembrar que esse ambiente propício ao desenvolvimento das atividades científicas em nível de Pós-Graduação, essencialmente nas universidades públicas federais, expande consideravelmente o ensino superior privado em nível de graduação, o que era visto com “bons olhos” pelo governo militar. Como bem coloca Olive (2002), o setor público se torna então, o maior responsável pelo desenvolvimento da Pós-Graduação e, principalmente, das atividades de pesquisa, que moderniza um segmento importante do sistema universitário brasileiro. Abaixo, segue um quadro com os períodos que marcam a evolução da Universidade no Brasil:

**Quadro 1: Retrospectiva da Instituição Universidade no Brasil: período monárquico ao governo Lula**

<b>Retrospectiva da Instituição Universidade no Brasil: período monárquico ao governo Lula</b>	
<b>Período Monárquico 1808-1889</b>	Não havia interesse, por parte da Monarquia, de instalação de instituições de ensino superior na colônia, a fim de manter a exploração da mesma. As escolas autônomas formavam parcialmente carreiras liberais, a fim de atender às necessidades da elite local, sendo, na maioria das vezes, o ensino concluído em Portugal, na Universidade de Coimbra.
<b>Primeira República 1889-1918</b>	Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada, diversificando o sistema educacional superior, com as instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou não. Surge o debate acerca da autonomia Universitária e sua sistematização.
<b>Fim da Primeira República 1920-1945</b>	É criada a primeira Universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 pelo decreto nº 14.343. Com a industrialização do país

	<p>cria-se um ambiente favorável à modernização do ensino. A reforma do governo Vargas institui as universidades e define o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada.</p>
<p><b>Segunda República</b> <b>1945-1964</b></p>	<p>As Universidades continuam crescendo, entre 1946 e 1964 são criadas 18 universidades. A criação da UNE ascende o debate pela “reforma do ensino” em todo sistema. É criada a LDB em 1961, que atende aos anseios dos setores privatistas e conservadores, e caba por legitimar e ampliar o sistema existente e traz basicamente, e mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalho.</p>
<p><b>O Regime Militar e a Reforma</b> <b>1964-1980</b></p>	<p>Sob forte pressão estudantil, a Lei da Reforma Universitária sob nº5540/68 é aprovada, reestruturando completamente o ensino superior no Brasil, aos moldes americanos. Há considerável expansão do ensino superior no país, é fortalecido a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, e crescente aumento da informação científica.</p>
<p><b>Era FHC</b></p>	<p>Consolidação do projeto neoliberal no Brasil. É aprovada a segunda versão da LDB em 1996 que incorpora inovações como, a explicitação dos variados tipos de IES admitidos no sistema de ensino superior brasileiro. É a partir da LDB que surge a avaliação nas unidades, sendo o desempenho usado para credenciamento e credenciamento das Universidades. É criado o Provão, como instrumento de avaliação. Aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001 reafirmando a política de diversificação das IES</p>
<p><b>Era Lula</b> <b>2003 a 2010</b></p>	<p>Início do processo de expansão do ensino superior no país. Crescimento e democratização do ensino superior (Esfera pública e privada). Implantação do SINAES enquanto instrumento de avaliação. Instituição da Lei de Inovação e Tecnológica e Projeto de parceria público-privada, ambas em 2004. Programa Universidade para Todos (PROUNI) na esfera privada. Regulamentação da Educação superior a distância. Projeto Lei que trata da Reforma Universitária Superior Brasileira. Decreto que trata da regulamentação das fundações de Direito privado no interior das universidades públicas. Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Banco de Professor Equivalente. Resolução CNE/CES para credenciamento e credenciamento das Universidades. Sistema de Seleção Unificada (SISU).</p>

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Santos e Cerqueira (2009).

A partir do exposto no quadro 1, é possível acompanhar de maneira sucinta a

breve história da Educação Superior no Brasil e os principais acontecimentos que marcaram a construção do Ensino Superior no país.

## 2.2 Políticas Públicas e avaliação da Educação Superior no Brasil

É através da implantação da democracia no Brasil, com a constituição Federal de 1988, que é modificada a dinâmica do ensino superior no país. Já antes da promulgação da Constituição, o debate acerca da educação pública superior já existia, sendo, inclusive, sancionada em 1961 a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob o número 4.024 em 20 de dezembro. Pela primeira vez o país possuía um documento que norteava todos os setores da educação nos seus mais diferentes aspectos. Foi através da Constituição de 1988 que ficou estabelecido:

[...] um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; assegurou, também, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis[...] em seu artigo 207 reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades (OLIVE, 2002, p.42).

Ainda num contexto de reafirmação da constituição de 1988, no que se referia ao ensino superior, em seu último artigo já mencionada a criação de um Plano Nacional de Educação :

A lei estabelecerá o **plano nacional de educação, de duração decenal**, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, art. 214, grifo nosso).

É especialmente após a promulgação da constituição de 1988 que se inicia o

debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi aprovada em 1996, sob o nº 9.394/96. É através da LDBN que o ensino superior se reorganiza em diversas especialidades que abrangem o ensino superior público e privado.

Duas importantes etapas da LDBN, introduzidas na nova sistemática do ensino público superior, é a introdução do processo regular de Avaliação das instituições de ensino superior e especialmente dos cursos de graduação, onde seus credenciamentos passariam a ser condicionados ao desempenho, bem como a qualificação do corpo docente, aliada a produtividade, que promoveram o ambiente propício a institucionalização e o crescimento da pesquisa, como destaca Olive (2002), e que consequentemente marca o início do aumento da produção científica no país.

Ainda na década de 90, num contexto de grandes manifestos pela Educação, o Brasil participa, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, organizada por organismos internacionais como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Resultando dessa conferência posições consensuais, sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos, que deveriam constituir as bases dos planos decenais de educação, especialmente dos países de maior população no mundo (BRASIL, 1993).

É resultado dessas orientações e a reafirmando os ideais da constituição de 1988, que no ano de 1993 o Ministério da Educação elabora o Plano Decenal de Educação para Todos onde fica fixa diretrizes nacionais, estaduais e municipais por um período de 10 anos (1993-2003), cujo compromissos fixados são o de assegurar até o ano de 2003 “ a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam a necessidades elementares da vida contemporânea ” (BRASIL, 1993).

Entre os anos de 1997 e 2000 tramita na Câmara dos Deputados, Congresso Nacional e Senado Federal o projeto do PNE que vem a ser sancionado em 09 de janeiro de 2001 através da Lei n. 10.172, que fixava diretrizes nacionais, estaduais e municipais para educação. Em síntese, o PNE tem como objetivos:

- . A elevação global do nível de escolaridade da população;
- . A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- . A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
- . Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,2001).

O PNE, em seu texto, considera que a educação superior no país passa por sérios problemas e que “se agravarão se o Plano Nacional de Educação não estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento”. O texto é estruturado por temas: diagnósticos, diretrizes política-pedagógicas e objetivos e metas. O item B do PNE é dedicado ao Ensino Superior, trazendo um levantamento da educação superior brasileira entre 1980 e 1988, apontando, inclusive as principais questões referentes à crescente demanda por vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o aumento de organizações particulares de ensino, a baixa acessibilidade dos jovens em idade universitária ao ensino superior e o declínio dos investimentos financeiros para as IFES (BRASIL, 2001).

Considera, ainda, quanto ao desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, enquanto Diretriz básica, “autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna<sup>4</sup> : didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, estruturas em 35 metas (BRASIL, 2001).

Já no governo Lula, lançado em 24 de abril de 2007, O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” (PDE) vem reforçar os objetivos postos para educação superior na constituição e no próprio PNE, através, essencialmente de metas e ações que perpassam questões acerca da própria missão do ensino superior, a autonomia das universidades, o financiamento da educação, acesso e permanência, estrutura, gestão e avaliação das suas atividades.

Considerado um complemento do PNE, o qual apresenta um diagnóstico dos problemas educacionais, mas deixa em aberto a questão das ações a serem tomadas para a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2007), o PDE é considerado mais que “uma tradução instrumental” do PNE em sua definição:

[...] o PDE também pode ser apresentado como plano executivo, como conjunto de programas que visam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas naquele diploma legal, mas os enlaces conceituais propostos tornam evidente que não se trata, quanto à qualidade, de uma execução marcada pela neutralidade. Isso porque, de um lado, o PDE está ancorado em uma concepção substantiva de educação que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais e, de outro, em fundamentos e princípios historicamente saturados, voltados

---

<sup>4</sup> Refere-se à Constituição Federal de 1988 enquanto “um conjunto de leis que regem um país, um governo, um estado. Também chamada de Carta Magna, Lei suprema, Lei das leis, Carta Mãe”



para a consecução dos objetivos republicanos presentes na Constituição, sobretudo no que concerne ao que designaremos por visão sistêmica da educação e à sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2007, p.7).

O PDE se define como um plano executivo (BRASIL, 2007) alinhados com os objetivos fundamentais da constituição de 1988 em:

[...] construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...] (BRASIL, HAADE, 2007).

O contexto social da implantação do PDE foi de bastante otimismo, amplamente divulgado pela imprensa e sendo bem recebido pela opinião pública, focava na elevação da qualidade do ensino em todos os níveis e foi visto como um instrumento de enfrentamento aos problemas da educação que existiam na época. O plano consistia em 30 ações, que contemplava todos os níveis de educação, no que se refere à educação superior, o Plano inscreve cinco ações, a saber:

- 1) FIES-PROUNI: que pretende facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao PROUNI;
- 2) “Pós-doutorado”, destinado a reter no país pessoal qualificado em nível de doutorado, evitando a chamada “fuga de cérebros”;
- 3) “Professor Equivalente”, que visa facilitar a contratação de professores para as universidades federais;
- 4) “Educação Superior”, cuja meta é duplicar, em dez anos, o número de vagas nas universidades federais;
- 5) e o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, que visa ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências a todos os espaços e atividades das instituições federais de ensino superior (SAVIANE, 2007, p.6)

No que diz respeito à democratização do ensino, destaca-se dentro do PDE o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que contemplava a esfera pública e no setor privada o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), ambos com foco na graduação Como destaca Caetano (2010), a avaliação desses dois programas e de toda a educação superior é feita com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 14 de abril de 2004, por meio da lei 10.861.

Com base na evolução das Políticas Públicas voltadas para a educação superior no Brasil, segue abaixo um quadro com os principais programas e ações que

contemplaram as metas do PNE e PDE que se destinam a educação superior:

**Quadro 2: Políticas, programas e ações do MEC para o ensino superior**

<b>Políticas recentes: programas e ações do MEC para o ensino superior</b>	
<b>Programas/ações de diversificação acadêmica e de articulação do ensino, Pesquisa e Extensão</b>	Programa de Educação Tutorial (PET); Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT); Hospitais Universitários; Ensino de Pós-graduação Destinada a Médicos (Residência Médica).
<b>Programas/ações de avaliação e de regulação do sistema</b>	Sistema de Credenciamento e Recredenciamento de IES; Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade); Índice Geral de Cursos (IGC)
<b>Programas/ações de cooperação e relações internacionais</b>	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros; Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G); Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promissaes); Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA); Comissão de Língua Portuguesa (Colip).
<b>Programas/ações de articulação da educação superior com a educação básica</b>	Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência).
<b>Programas/ações de acesso e permanência</b>	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); Programa INCLUIR; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais (Reuni);  
Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes);  
Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Santos e Cerqueira (2009).

No que se refere à avaliação do ensino, Polidori (2006) traz um relato histórico acerca do início da construção dos instrumentos de avaliação da educação superior no Brasil, destacando a década de 70 como precursora desse movimento, através especialmente da CAPES, com a avaliação voltada para os cursos de mestrado e doutorado. Segundo o autor, as primeiras ideias sobre o tema, resultaram com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU, logo após a instituição do Ministério da Educação, mas somente entre o final da década de 80 e início dos anos 90 algumas universidades iniciaram experiências de auto avaliação que:

Contribuíram para criar um espaço de interlocução entre o MEC e as instituições federais, representadas pela Associação das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES. Pela mediação da ANDIFES, as experiências de auto avaliação subsidiaram a construção do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, que teve o apoio da SESu/MEC, de 1993 a 1994. A partir disso, foi desencadeado um processo de discussão que, como resultado, originou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES (POLIDORI, 2006, p.2)

Acerca da avaliação, vale lembrar que o SINAES foi implantado num contexto de grandes discussões sobre o mote da avaliação institucional, discussões estas que antecederam o próprio SINAES. Newton C. Balzan e José Dias Sobrinho, com o livro “Avaliação institucional: teorias e experiências” no ano de 1995, já teciam reflexões acerca dos processos de avaliação institucional, nele “a avaliação, com o qualificativo institucional e nova abrangência, é concebida como um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões” (GAMA *apud* BALZAN, DIAS SOBRINHO, 2003, p. 157).

Sobrinho (2003) ainda pondera sobre a avaliação como sendo política, já que está ligada aos interesses sociais e produz resultados relevantes para a sociedade. Stufflebeam *apud* Sobrinho (2003, p.93) conclui que “a avaliação é o processo de delimitar, obter e proporcionar informação útil para julgar possíveis decisões alternativas”

e que pode ser entendida ainda enquanto parte da regulação, controle e governo do Estado (POPKEWITZ *apud* SOBRINHO, 2003, p.93).

Atualmente o SINAES está em vigência, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)** é “formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. ”

Segundo Polidori (2006) o SINAES é considerado um avanço no que se diz respeito a avaliação da educação superior no Brasil, “que promovia o ranking e a competitividade, baseado em estratégias de visibilidade mercadológica, para um paradigma que propõe a avaliação formativa ao incluir a auto avaliação participativa nas instituições e propor sua articulação com a regulação do sistema” (POLIDORI, 2006p.10).

O SINAES, como instrumento de avaliação, portanto, traz uma proposta de avaliação integrada, contemplando três importantes dimensões: avaliação institucional, avaliação dos cursos e ENADE.

### **2.3 A influência dos organismos internacionais e do Neoliberalismo na Educação Superior**

O grande conflito que existe no estudo de políticas públicas, advém do fato de que, em seu conceito mais natural, trata-se de uma ação do estado, onde conforme vimos em Hoofling (2001) é o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade “, sobretudo quando essas políticas estão voltadas para a redistribuição de benefícios visando a diminuição das desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, entretanto, conforme destaca Busquet (2012), muitas vezes as políticas vigentes são decorrência de acordos multilaterais entre países em função de acordos políticos internacionais.

Nesse sentido, é importante compreender a influência dos organismos internacionais, especialmente nas políticas brasileiras de educação, afetando diretamente a universidade e as bibliotecas universitárias, que com o discurso neoliberal tenta “reorientar os sistemas educacionais para reafirmar os seus projetos como sendo os

únicos possíveis e válidos” (SANTOMÉ, 2003, p.9).

Santomé (2003) descreve que foi especialmente depois da segunda guerra mundial que o capitalismo se autoproclama como único modelo possível, especialmente quando os modelos econômicos nacionais se encontram defasados e representam obstáculos ao desenvolvimento das econômicas nacionais.

Mas foi a partir dos anos 80 que a influência norte americana passa a exercer sobremaneira sua hegemonia política ao impor seu ritmo ao mundo, e um marco nessa transição se deu em 1973 quando o Estado Unido decide abandonar o regime de câmbio fixo da Bretton Woods, estabelecido em 1944, surgindo desses acordos os órgãos internacionais de maior influência na construção das economias mundiais, dentre eles o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

É especialmente no período da guerra fria que o FMI e o Banco mundial passam a ter um maior entrosamento a fim de “mediar” os enfrentamentos do sistema comunista e o sistema capitalista, a fim, obviamente, de agir a favor das influências políticas de empréstimos aos países periféricos ganham destaque, com uma lógica sempre vestida e boas intenções submetidas, sempre, às regras de um jogo capitalista.

Essas regras, impactariam drasticamente as políticas até o dia de hoje, quando condicionam a oferta de empréstimos a imposição do “ajuste estrutural econômico”, que se dava substancialmente por intermédio de reformas nos mais diversos setores econômicos nacionais, acerca dessas reformas Busquet esclarece:

Tais reformas começam a ser elaboradas a partir da crise estrutural que abarca a economia capitalista mundial em meados da década de 1970, oriunda de alguns fatores, entre eles: altas taxas inflacionárias e baixo índice de crescimento econômico. Podemos observar que além das condicionalidades de empréstimos, tais reformulações passam a incorporar uma nova visão, na qual a educação se torna um horizonte gerador de significativas formas de exploração do capital em crise (BUSQUET, 2012, p. 82).

Quanto as funções do FMI e do BM, Busquet (2012) ressalta que ambos organismos possuem a mesma lógica, enquanto o FMI tem como função principal sanar os problemas financeiros dos países, a fim de não haja repercussão negativa na economia capitalista mundial o Banco Mundial tem por objetivo “os ajustes das economias capitalistas periféricas à mundialização do capital, obviamente em uma

estruturação subordinante e o seu conseqüente domínio ideológico” (BUSQUET, 2012, p.83).

Dois outros dois importantes organismos que merecem destaque nessa perspectiva, são a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), ambas com estreita relação com o Banco mundial, o que sugere, conforme bem coloca Busquet (2012), que a própria formação desses organismos tem papéis estratégicos no que se refere as esferas políticas, econômicas e ideológicas, sobretudo na dominação capitalista, sendo muitas vezes as políticas públicas nacionais reflexo dos ideais predominantes desses organismos.

Dentro dessa perspectiva, Santomé (2003) traz uma importante reflexão acerca do capitalismo, que se apoia nos Estados nacionais para se fortalecer como único modelo viável de produção, quando passam a oferecer privilégios às empresas e aos grupos empresariais para atraí-los para seus territórios.

Quando trazemos a reflexão do neoliberalismo enquanto doutrina econômica capitalista para a esfera da educação, especialmente a educação superior, logo temos em mente a mercantilização do ensino e a educação como um serviço, não como um direito, Santos (2005) chama esse modelo de “Governança neoliberal” e nos alerta a prestarmos atenção não apenas no que se prega, mas aquilo que “silencia”, o autor destaca como os “silêncios mais importantes da matriz da governança neoliberal” : a)transformações sociais, b)a participação popular, c)o contrato social, d)a justiça social, as e)relações de poder, e f)a conflitualidade social.

É a partir dessa análise crítica que podemos identificar três grandes eixos, propostos por Lima *apud* Busquet (2012) acerca do da relação entre as políticas educacionais e o neoliberalismo: a relação entre pobreza e segurança, a inclusão por meio da educação e educação superior enquanto serviço a ser disputado. Ao mesmo tempo que a discussão acerca da inclusão por meio da educação ganha cada vez mais legitimidade, colocando a educação como principal fator de enfrentamento da pobreza e conseqüentemente do desenvolvimento da sociedade, a própria educação é disputada entre Estado e iniciativa privada, o que é de certa maneira incoerente, apesar de receber grande incentivo do próprio Estado para ser legitimada. A exemplo disso estão as políticas educacionais brasileiras que reconhecem e reafirmam a entrada no setor privado no “negócio” da educação superior, ao promover ações de incentivo tais como o FIES e

## PROUNI.

O Banco Mundial ao afirmar a necessidade da diversificação das fontes de financiamento da educação superior, como bem coloca Busquet (2012), abre margens para a entrada do setor privado na educação superior, sabendo que, o Estado “divide” (e até mesmo transfere) os gastos com o ensino superior para o setor privado sob o mote da “qualidade”. A saber, a diversidade das instituições de ensino superior é reconhecida na própria constituição brasileira.

Para Santomé (2003) a mercantilização do sistema educacional está sendo realizada mediante o desenvolvimento de quatro linhas de ação: 1. Descentralização; 2. Privatização; 3. Favorecimento do credenciamento 4. Excelência competitiva. Esses quatro aspectos são claramente vistos no “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” no governo Fernando Henrique Cardoso, onde ocorre a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, seguindo uma agenda internacional, induzido pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, onde segundo Santos (ano) a perda da prioridade na Universidade Pública nas Políticas do Estado é resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais.

A implantação de ideais neoliberais na esfera da educação redesenha a Educação Superior num contexto que Santos (2010) chama de “crise institucional”:

Enquanto a universidade e os seus serviços foram um inequívoco bem público que competia ao Estado assegurar, esta dependência não foi problemática, à semelhança do que se passa, por exemplo, com o sistema judicial, em que a independência dos tribunais não é beliscada pelo facto de serem financiados pelo Estado. No momento, porém, em que o Estado, ao contrário do que se passou com a justiça, decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade pública entrou automaticamente em crise institucional. Se esta existia antes, aprofundou-se. Pode dizer-se que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades pública (SANTOS, 2010, p.7).

No livro “ A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade”, Boaventura Souza Santos apresenta uma análise aprofundada sobre a história das Universidades, apresentando uma visão crítica do contexto de crise da universidade no que diz respeito às pressões da globalização neoliberal das últimas décadas, como destaca Collete (2013). Ele identifica três crises em que as Universidades se depararam nessa última década: a crise da hegemonia a crise

da legitimidade e a crise institucional, descritas a seguir:

a) A **crise de hegemonia** resultante das contradições entre as funções tradicionais da universidade - de produção de alta cultura e formação das elites - e as funções que ao longo do século XX lhe seriam atribuídas - produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais e formação de mão de obra qualificada voltada ao desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar funções contraditórias abre espaço para meios alternativos, perdendo esta o domínio do ensino superior e da produção de pesquisa; b) a **crise de legitimidade** gerada pela contraposição entre hierarquização de saberes especializados e pressões sociais e políticas por democratização da universidade e igualdade de oportunidades para as classes populares; e c) a **crise institucional** resultava da contradição entre a busca de manutenção da autonomia da universidade e crescente pressão por enquadrá-la em critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social (COLETTE, 2013, p.5).

A questão da autonomia universitária, presente na discussão de Boaventura, não é novidade entre os debates sobre a universidade, essa discussão, remonta ao início das instituições de ensino superior no país, e ganha cada vez mais espaço, à medida que o neoliberalismo se expande e, através principalmente da influência dos organismos internacionais, sendo essas reafirmadas com as políticas nacionais, sobretudo nas Políticas Nacionais de Educação Superior:

A autonomia universitária estaria a partir da década de 1990, com implantação do projeto neoliberal, se descentralizando do Estado para o setor privado e se fragmentando em “várias autonomias”. O aspecto didático da autonomia se mantém, mas o financeiro e, por conseguinte, o administrativo seria afetado através da restrição imposta pelo governo. Assim, as universidades teriam que buscar convênios e parcerias privadas para obter recursos para manutenção de suas atividades, tirando o fardo do governo de lhe prover financiamento (OTRANTO *apud* CAETANO, 2010 p.16).

## **2.4 As Bibliotecas Universitárias no Brasil no contexto da Educação Superior e nas Políticas Públicas de Educação**

É através do estudo da gênese da educação superior brasileira, bem como a compreensão da construção das políticas e todas as influências existentes nessa formação, que torna possível ampliar a visão acerca da construção das bibliotecas universitárias brasileiras e compreender como à medida que a Educação Superior evoluiu, bem como as políticas públicas voltadas para ela, foram sendo construídas as



Bibliotecas Universitárias também.

No que se diz respeito ao estudo das bibliotecas universitárias, que é uma pequena parte do estudo que compreende o universo das bibliotecas, uma vez que existem diversos tipos destas, há um *gap* a ser considerado, sobretudo pela ausência de estudos mais aprofundados acerca de suas origens no contexto de ações públicas e políticas nacionais, tendo como ponto de partida não apenas a função das bibliotecas universitárias, seu papel e sua importância, mas suas questões estruturais, suas bases de funcionamento, sua construção num contexto maior, que possibilite uma visão ampliada e crítica da sua formação na Educação Superior brasileira, sobretudo das Universidades.

Corroborando com esse pensamento, Bourdieu (2007) afirma que, no que se refere “à investigação do processo histórico ou a trajetória do campo, é preciso analisar ao mesmo tempo as mudanças estruturais e os diferenciais sociais que se acumularam e deram origem ao estado totalmente novo no campo e das suas relações com o campo econômico e do poder”.

Essa ampliação da visão acerca da construção das Bibliotecas Universitárias remonta o surgimento da própria universidade, e as políticas públicas voltadas para educação superior no Brasil têm muito a nos dizer a respeito do quanto às bibliotecas universitárias foram perdendo ao longo desse caminho, portanto, é impossível compreender os problemas atuais sem se remontar ao passado e ao resgate da própria história da educação superior no nosso país.

Se faz necessária uma compreensão de como a biblioteca foi inserida no contexto da educação superior e como suas demandas foram atendidas a medida que as políticas públicas eram construídas, e se não o foi, porque isso aconteceu e como aconteceu. Mas, sobretudo: quais os impactos causados por essas questões? Que problemas existem hoje, resultantes da sua construção nesse contexto? Como reafirma Silva (2010) é preciso compreender as influências que as “dimensões históricas, políticas e socioculturais exerceram sobre os saberes e fazeres dos bibliotecários no cotidiano dessas bibliotecas. ”

Em segundo lugar, é preciso analisar de maneira crítica o fato de que as bibliotecas universitárias não foram se quer citadas nas políticas públicas recentes para a educação superior, talvez pelo consenso de que essas unidades são imprescindíveis. O fato é que a biblioteca é um órgão complexo, com gestão própria, demandas e atividades que envolvem muito mais que a guarda e empréstimo de livros.

No que se diz respeito a legislação brasileira, a Universidade tem como objetivo maior, o Ensino a Pesquisa e a Extensão. Entretanto, para execução desses objetivos a Universidade apoia-se numa estrutura técnica e administrativa. É nesse contexto de infraestrutura que a Biblioteca Universitária se encontra, seu papel é contribuir efetivamente no processo de criação e transmissão do conhecimento, que é objetivo máximo da educação.

Nessa perspectiva, a biblioteca universitária, ainda que tenha um papel visivelmente e indiscutivelmente importante, é um agente secundário dentro de uma estrutura de funcionamento maior, que é a universidade, enquanto que, como unidade complexa, precisaria de suas próprias bases de estrutura e funcionamento, que em conjunto com as universidades, atingiriam seus objetivos.

Antes da Reforma Universitária, as bibliotecas haviam sido mencionadas, com grande destaque, ao longo Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901, que aprovava o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, havia um capítulo destinado somente para o funcionamento das bibliotecas, quando ainda no Brasil não havia a racionalização das técnicas bibliotecárias, sendo o primeiro curso de biblioteconomia iniciado em 1915, na Biblioteca Nacional.

Apesar dessa primeira e detalhada menção das competências e responsabilidades da biblioteca e dos bibliotecários, surgirem ainda antes da Reforma Universitária, na lei 5.540 de 1968, as bibliotecas não são mencionadas em nenhum momento, se tratando de um documento que trata da nova organização das universidades, é no mínimo desconcertante, tendo em vista a importância da biblioteca no processo de ensino-aprendizagem, conforme afirma Lemos:

Além dessa função de apoio ao ensino e a pesquisa, deve-se salientar que o papel fundamental que a biblioteca desempenha é do tipo educacional. Ela não deve funcionar como um simples depósito de livros ligado a uma sala de leitura, mas como instrumento dinâmico de ensino. Deve alimentar o intelecto do estudante, estimular as pesquisas do corpo docente e convidar todos os que se acham sob seu teto a compartilhar integralmente do seu alimento cultural. Nesse contexto, a utilização da biblioteca torna-se um método de ensino, ocupando lugar ao lado da venerada aula expositiva da discussão em grupo (LEMOS, 1975, p.42).

Cabe salientar que o papel da biblioteca dentro da universidade tem se ampliado significativamente, frente às novas tecnologias. A biblioteca possui além de seu caráter

educacional de apoio ao ensino e a pesquisa, um papel mediador entre os usuários e o conhecimento em seus mais diversos formatos. A biblioteca possui um papel importante na construção do conhecimento, na sua guarda (mas não somente nela), mas principalmente no acesso à informação científica, portanto, ela não pode ser vista mais como um mero apêndice da estrutura universitária, mas como parte integrante dessa construção, como órgão complexo, sobretudo por ser um organismo vivo, em constante crescimento e transformação.

Conforme observou Lemos (1975, p.44), a “tendência do Brasil sempre foi voltada para a organização de bibliotecas departamentais, que era nada mais que um reflexo de como as universidades antes da reforma eram organizadas”. A Reforma de 1968, entre outros objetivos, destinava-se a corrigir as deformações decorrentes dessa origem.

É importante o entendimento da nova estrutura da universidade, descrita no Art. 11 da lei de 5.540 de 1968, para a compreensão da construção das bibliotecas nesse contexto. O Art.º 11 determina então que as universidades seriam organizadas com base em Unidades de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos, como meio de racionalização dos recursos pessoais e materiais.

Por outro lado, eram construídos os centros e departamentos. Nesse sentido, as bibliotecas tinham respaldo para serem construídas de maneira central dentro das Universidades, e é percebida claramente essa influência na construção das Universidades dessa época, que possuíam imensos prédios centrais para suas bibliotecas.

A contradição que havia nesse formato, era que com o crescimento dos departamentos e órgãos setoriais, as bibliotecas que cresciam nessas “periferias”, cresciam livres, sem qualquer estrutura, planejamento e controle, já que era requisitos para reconhecimento de cursos, apesar das Universidades possuírem prédios faraônicos para as bibliotecas ditas centrais. E essa é a conjuntura atual de estrutura das Bibliotecas Universitárias brasileiras: prédios centrais, e diversas bibliotecas setoriais que *a priori* deveriam fazer parte de um mesmo sistema de bibliotecas, mas constituem, em sua maioria, unidades isoladas, precárias, sem autonomia e de importância ímpar na avaliação do ensino superior.

O que se percebe, então, é que as Bibliotecas Universitárias não acompanharam as Políticas Públicas de Educação, ou melhor, as Políticas não levaram em consideração as bibliotecas universitárias, tendo estas que se apoiar em bases que não eram

suficientemente adequadas às suas reais necessidades, pois não contemplavam sua realidade e suas demandas tão específicas.

Ao longo da história das bibliotecas universitárias, o que se percebe é que cada uma se construiu à sua maneira, de acordo com os esforços dos seus gestores, sem qualquer instrumento que fomentasse seu efetivo planejamento, a partir de ações, diretrizes claras e padrões mínimos de funcionamento com a qualidade exigida no processo de avaliação.

Na próxima seção, ampliaremos o estudo acerca das Bibliotecas Universitárias, seu histórico no Brasil, mas sobretudo as ações direcionadas a elas, no contexto das Políticas Públicas de Educação Superior e como o a evolução do Estado, das Políticas Públicas e da própria Educação Superior no país, influenciaram na construção dessas unidades, bem como impactou as questões pertinentes à sua gestão, sua estrutura e seu funcionamento.

### 3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

*As universidades serão o que são suas bibliotecas.*

*Gelfand, 1968.*

O presente capítulo tem por objetivo resgatar aspectos históricos acerca do início das bibliotecas universitárias no Brasil. Não se pretende aqui, discorrer acerca da história das bibliotecas como um todo, mas a partir de um recorte temporal que vai, principalmente do período do regime militar até o governo Lula, que como destaca Silva (2010), se caracterizou o “período histórico de maior importância para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras, haja vista que foi o período em que, ao lado das transformações ocorridas nas universidades, elas mais cresceram e configuraram uma identidade própria”.

Pretende-se, também, expor a trajetória das bibliotecas universitárias num contexto político-econômico, a fim de compreender como essas unidades foram construídas nesse contexto e as influências conjunturais que desenharam suas características atuais, perpassando os marcos históricos do seu desenvolvimento, seu processo de avaliação e seu papel dentro da sociedade do conhecimento enquanto mediadora da informação do ambiente acadêmico.

Quando falamos sobre bibliotecas, estamos falando sobre preservação da história e difusão do conhecimento, temas que remontam o início da humanidade, onde o homem cria instrumentos para registrar todo conhecimento produzido numa determinada época. Quando falamos sobre bibliotecas, estamos falando sobre a evolução dos meios de registros das informações, sobre evolução de tecnologias capazes de registrar e armazenar conhecimento para toda uma geração.

A palavra biblioteca tem origem do grego *bibliothēke*, do latim *bibliotheca*, que deriva dos radicais gregos *biblio* e *teca*, que significam livro e coleção ou depósito. Logo, do ponto de vista etimológico, biblioteca significa *depósito de livros*. (SANTOS, 2012).

Logicamente, com a evolução dos serviços das demandas da biblioteca, seu sentido se estende aos mais diversos serviços que abrangem a informação e o conhecimento em seus mais diversos suportes, universalizando cada vez mais seu papel,

sobretudo na sociedade do conhecimento.

As bibliotecas existem desde a antiguidade, quando ainda não tinham um caráter público e serviam somente como depósito de livros, a fim de armazená-los para preservar a história (MARTINS, 2002). Foram muitas as bibliotecas que se destacaram no período antigo, a mais famosa delas, a Biblioteca de Alexandria, sendo considerada a mais importante do mundo antigo dada a sua importância e sua grandiosidade. Serviu como fonte de inspiração para os cientistas da época, deixando um notável legado para toda a humanidade. (SANTOS, 2012)

O formato de biblioteca que conhecemos hoje, com espaço destinado a leitura e aos estudos, bem como o caráter de acesso público, teve início em Roma, com Júlio César, que a idealizou desta maneira e que servia também, como grande espaço cultural, decoradas com estátuas de poetas e oradores. (MARTINS *apud* SANTOS, 2002, p.179)

Essa concepção de biblioteca inspirou o formato que conhecemos das bibliotecas públicas, a exemplo a Biblioteca de Ulpiana, fundada pelo Imperador Trajano que junto com a biblioteca de Palatina, constituíam das duas das mais importantes, dentro as 28 bibliotecas públicas, que existiam em Roma no século IV (SANTOS, 2012).

Foi na Idade Média que a biblioteca teve sua função de guardião de livros elevada à disseminadora do conhecimento, sobretudo por meio das bibliotecas universitárias que surgem já no final desse período histórico, período este que contava com mais dois modelos de bibliotecas, as Monacais e as particulares. Acerca das bibliotecas universitárias, estas surgem num importante contexto de mudanças intelectuais e sociais com a criação das universidades, e sua gênese deu-se

Devido ao número crescente de novas universidades, de estudantes e também de textos prescritos para estudo, criou-se uma demanda de livros sem precedentes. Isso podia ser resolvido simplificando e barateando os custos de produção de livros, porém, mesmo assim estes ainda demandavam muitos recursos. Uma das soluções encontradas foi abrir as portas das bibliotecas existentes (PEREZ-RIOJA *apud* SANTOS, 2012, p.185).

A partir de então, a demanda voltada para o tratamento dessas informações, que cresciam cada vez mais e precisavam ser devidamente ordenadas a fim da flexibilização e otimização do seu acesso, surgem os primeiros catálogos e surge também a figura do bibliotecário como organizador e disseminador do conhecimento. Podemos destacar quatro das mais importantes bibliotecas universitárias do mundo na Idade média: a Biblioteca Jurídica de Orleans, a Biblioteca Médica de Paris e as Bibliotecas de Oxford e

Cambridge (SANTOS, 2012).

É no renascentismo que a produção exponencial de livros acontece, sobretudo com a prensa de Gutemberg<sup>5</sup>, que aumenta a tiragem e diminui os custos de fabricação dos mesmos, que conseqüentemente aumenta o número de leitores e contribui significativamente para a transferência de informação para a sociedade (MIRANDA *apud* SILVEIRA, 2014).

Apesar do grande crescimento do número de livros impressos e do aumento dos acervos, a produção editorial de livros é considerada lenta diante da velocidade da informação científica no século XVII. É nesse contexto que surgem os primeiros periódicos científicos, a fim de atender as demandas da informação científica em larga escala e por sua natureza dinâmica, torna-se o suporte mais utilizado pelos cientistas, como fonte de informações mais atualizadas (SILVEIRA, 2014).

Silveira (2014) destaca que as bibliotecas universitárias surgem num momento de grande crescimento de produção científica no mundo contemporâneo, sobretudo para atender as demandas de uma nova formação de sociedade, passando do seu caráter guardião para disseminador da informação, tornando-se uma ferramenta fundamental para a pesquisa universitária, disponibilizando informações em diversas mídias e formatos, característica que se perpetua até nossos dias. Acerca das transformações e da evolução da biblioteca universitária:

Durante seu percurso, sempre estiveram envolvidas num processo de vencer desafios gerados por mudanças significativas em suas funções. Fatores como: invenção da técnica de impressão; crescimento do volume e a importância da informação; adequação às tecnologias da informação e comunicação; reconhecimento da importância do compartilhamento de recursos e do valor dos documentos não impressos; e a busca da informatização dos seus serviços e produtos tem levado as bibliotecas universitárias a buscar formas mais apropriadas para seu gerenciamento [...] e para o atendimento de seus usuários (CARVALHO *apud* SILVEIRA 2014, p.71).

---

<sup>5</sup> Dispositivo inventado por Gutenberg na década de 1430 que revolucionou a escrita e a leitura com a propagação de livros, que se dava, fundamentalmente, em razão da facilidade que havia na reprodução dos textos. Não era necessário copiar à mão palavra por palavra como se fazia até então. Fazia-se um molde com os caracteres móveis e, a partir dele, imprimiam-se quantas cópias o estoque de tinta à base de óleo suportasse. O nome que passou a ser dado ao conjunto de papéis impressos em caracteres móveis foi **códice**, do latim **codex**.

### 3.1 Aspectos históricos das Bibliotecas Universitárias no Brasil

Na história da educação e das universidades do Brasil, as bibliotecas sempre estiveram presentes, a lembrar-se da transferência da Biblioteca Real, com a vinda da família real para o Brasil, onde foi instalada no Rio de Janeiro, em 1808 com a chegada no acervo inicial e chamada inicialmente de “Livreria Real”, sendo fundada oficialmente em 1810 por decreto, e permanece até hoje, sob o nome “Biblioteca Nacional” tendo como missão “coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país”.

A gênese das práticas bibliotecárias voltadas para as Bibliotecas Universitárias tem uma relação estreita entre si, uma vez que foi a partir do amadurecimento das demandas desse profissional que foram sendo implantadas as bibliotecas universitárias, sobretudo sendo o bibliotecário um gestor da informação da comunidade e da produção acadêmica, que é dinâmica por natureza. Castro (2000) em sua análise sobre o berço da biblioteconomia brasileira aponta as principais fases na formação e na construção desses profissionais, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 3 : Gênese das práticas bibliotecárias**

PERÍODO	MOVIMENTO
1879-1928	Movimento fundador da Biblioteconomia no Brasil de influência humanística francesa, sob a liderança da Biblioteca Nacional
1929-1938	Predomínio do modelo pragmático americano em relação ao modelo humanista francês
1940-1961	Consolidação e expansão do modelo pragmático americano;
1962-1969	Uniformização dos conteúdos pedagógicos e regulamentação da profissão.
1970-1995	Paralisação do crescimento quantitativo das escolas de graduação e crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação; busca da maturidade teórica da área.

Fonte:CASTRO (2000).

Outro marco importante da institucionalização das Bibliotecas Universitárias Brasileiras colocado por Silva (2009) deu-se precisamente durante a reforma universitária de 1968, onde as universidades passaram a ter órgãos suplementares. Sendo através



desta medida que as bibliotecas centrais passam à condição de departamento autônomo subordinado diretamente a Administração Superior, para facilitar a consulta quando decisões importantes de política administrativa fossem tomadas.

Percebe-se que, é na fase da reforma do ensino superior, especialmente na década de 60, que se estabelece uma uniformização das práticas bibliotecárias e sobretudo da regulamentação da profissão. No caso das Bibliotecas Universitárias, há uma particularidade no que se diz respeito à sua criação, que seguindo os modelos tradicionalmente conhecidos de bibliotecas, passam a tornam-se insatisfatórias para as demandas das comunidades universitárias.

O fato é elas sempre existiram, sejam para atender as demandas bibliográficas, sejam para armazenamento da produção científica de uma instituição, seja por consenso que elas são imprescindíveis no processo de ensino aprendizagem, entretanto, não haviam ainda sido institucionalizadas dentro do contexto da educação superior.

Ferreira (1980) traz em seu livro, uma análise muito importante, para que possamos compreender a evolução das Bibliotecas Universitárias no Brasil, no contexto da educação brasileira na década de 80, período em que as bibliotecas já fazem parte da estrutura de ensino superior no país. Na sua visão, o país passava por processos de desenvolvimento que exigia imediatas adequações da estrutura educacional que viesse a atender as demandas da nova realidade, e foi através dessas adequações que ocorrem sucessivas reformas e que se havia um consenso de que apenas através de um plano integrado de educação, articulados aos planos econômicos, sociais e políticos, seria possível estabelecer um plano de educação brasileira.

Segundo a autora, é exatamente nesse contexto da reforma universitária no país, que depois de sancionada, cria um ambiente de expectativas em torno dos resultados dos programas criados e que, nessa adequação de métodos, a universidade vai se instrumentalizando à medida que vai evoluindo, para atingir seus objetivos. No que se refere às Bibliotecas Universitárias enquanto instrumentos importantes ao cumprimento dos objetivos das Universidades, Ferreira (1980) afirma que “Um dos principais instrumentos que a universidade pode e deve utilizar para esse fim é a biblioteca que, no entanto, muitas vezes, é deixada à margem, esquecida em seus programas de reforma e aperfeiçoamento.”

Como visto no capítulo anterior, a Reforma Universitária trouxe grande ressignificação da pós-graduação no Brasil, sobretudo ao progresso científico e

tecnológico e tais mudanças trouxeram consigo mudanças diretas acerca do funcionamento das bibliotecas universitárias, como lembra Ferreira (1980), exigindo ainda maior presença e assistência das bibliotecas nesse novo momento:

A conferência sobre Educação e Desenvolvimento na América Latina **chamou a atenção para os problemas das bibliotecas, concluindo pela necessidade de que elas fossem incorporadas ao planejamento educacional; que o planejamento bibliotecário se articulasse com os objetivos da educação;** que se apoiasse a UNESCO, na iniciativa de ajudar os países latino-americanos a planificar seus serviços bibliotecários; e que se fizesse estudo de custos dos serviços bibliotecários, para facilitar planos e financiamentos. (FERREIRA, 1980, p.6, grifo nosso)

Ainda acerca da integração da biblioteca universitária com Políticas, Programas e conseqüentemente com o planejamento da educação, seja a nível nacional e institucional, Ferreira (1980) continua trazendo à tona a relação Universidade/ Biblioteca quanto aos seus objetivos:

Assim como a Universidade deve estar voltada para as necessidades educacionais, culturais, científicas e tecnológicas do País, as bibliotecas devem trabalhar visando a esses mesmos objetivos, condicionadas que são às finalidades fundamentais da universidade. Por isso, as bibliotecas devem participar ativamente do sistema educacional desenvolvido pela universidade. Do mesmo modo que não há sentido em universidades desvinculadas da realidade socioeconômica, as bibliotecas universitárias só poderão ter sentido se estiverem em consonância com os programas de ensino e pesquisa das universidades a que pertencem. (FERREIRA, 1980, p.7)

Entretanto, apesar das afirmações destacadas acima, num contexto de reformas educacionais, a Lei da Reforma Universitária se quer menciona as bibliotecas ao longo do seu texto, o que na época foi visto pelos profissionais bibliotecários como uma “omissão imperdoável”. Diante da ausência de qualquer menção que pudesse nortear o planejamento bibliotecário, especialmente das bibliotecas universitárias, ainda que diante de uma reforma que reestabeleceu novas estruturas e funcionamento para a mesma, as bibliotecas partem para experiências isoladas no que se dizia respeito, *a priori* de um diagnóstico da situação em que se encontravam essas unidades. Entretanto, Gico *apud* Busquet, pondera:

[...] embora as bibliotecas universitárias da época não tivessem sido citadas de uma forma explícita por esta reforma, tais indicações foram feitas nos relatórios que foram sistematizados pelos pesquisadores estrangeiros e entregues ao nosso governo. Entre as indicações priorizadas por tais relatórios para as nossas bibliotecas universitárias podemos citar: a conexão ao Centro Básico, em que todas as suas instituições deveriam estar atreladas ao centro do Campus; uma

intervenção enquanto biblioteca central; a institucionalização da biblioteca central como um órgão suplementar e a exigência da presença da biblioteca para que houvesse a autorização e reconhecimento do funcionamento dos cursos universitários (2012, p.113)

A Reforma Universitária trouxe ao longo da sua implantação uma nova concepção de Universidade, que se contradizia com sua própria natureza científica, ao ser implantada, sobretudo, por moldes norte-americanos que não traduziam as reais necessidades do país, frente suas particularidades culturais, sociais e seu contexto político-econômico. Suas novas características que burocratizavam as atividades e em particular o controle repressor do sistema educacional, colocavam em crise essa instituição principalmente no que se refere à sua gestão, que sob influência de um plano de perspectiva empresarial, não atendiam as necessidades da universidade.

É nesse contexto que o viés de estudo da construção das Bibliotecas Universitárias precisa ser traçado para ser compreendido os modelos atuais e o *status quo* que estas se encontram, sendo impossível desassociar o estudo das bibliotecas, com o estudo da Universidade remontando sua formação no Estado brasileiro. É através da concepção da Reforma Universitária e seus mais diversos desdobramentos que é possível compreender e estudar profundamente os problemas que culminaram numa crise de crescimento e estrutura dessas unidades.

Nesse sentido, em termos de estrutura, é pertinente observar que dentro do contexto da Reforma, ainda no acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), em 1965, uma das primeiras constatações, de acordo com Silva (2010), foi a de que as estruturas das bibliotecas universitárias brasileiras foram consideradas obsoletas e insatisfatórias, entretanto não foram se quer citadas no texto da Reforma Universitária.

Nos trabalhos e relatórios posteriores à Reforma, a biblioteca é mencionada apenas quanto às suas instalações, onde a orientação era que deveriam ser construídas bem no centro da Universidade, modelo que predominou nas construções da época. Porém, sem nenhuma referência que fomentasse o planejamento, crescimento e desenvolvimento, as Bibliotecas Universitárias, especialmente as setoriais, que cresciam sem critérios e sem padrões, e com o desenvolvimento do ensino superior e a explosão bibliográfica, essas se viram numa verdadeira crise, que se estende até os dias atuais, onde a ausência de programas voltados especialmente para o desenvolvimento destas coloca em cheque a qualidade dos seus serviços, da sua estrutura e principalmente do

seu papel enquanto mediadora do processo de ensino-aprendizagem, impactando diretamente na avaliação do ensino superior.

A partir daí a biblioteca universitária começa a enfrentar uma série crise acerca do seu funcionamento. Sua estrutura física, apesar de constituída, passa a não atender de maneira satisfatória as demandas recorrentes da universidade, principalmente com a intensificação das pesquisas, que suscitavam serviços cada vez mais elaborados pela biblioteca (BUSQUET,2012, p.114).

França e Carvalho (2015), através de análise das propostas de políticas públicas nacionais em vigor, que abrangem o universo das bibliotecas, destacam os Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e o Plano Nacional da Cultura (PNC), que apesar de constituírem importantes programas voltados para o fomento da leitura e do livro no Brasil, considerando inclusive a biblioteca como sendo estratégica na transformação da sociedade, não mencionam em nenhum momento às bibliotecas universitárias. Ainda no contexto das Políticas Públicas de Educação, o PNE é a única Política que faz alusão à biblioteca universitária, sem no entanto citá-la diretamente, mas menciona na meta 14, a manutenção e expansão do “programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência”.(BRASIL,2014) . Acerca disso, França e Carvalho ressaltam:

Embora não apareçam explicitamente nas metas referentes à educação superior contidas no plano, as bibliotecas universitárias já contribuem diretamente com a gestão do acervo digital, nos mais diversos formatos (estratégia do PNE), por meio de suas bibliotecas digitais e de seus repositórios institucionais fomentando, assim, a produção de novos conhecimentos gerados no âmbito universitário e cumprindo sua função social de armazenar, processar, promover o acesso e disseminar a informação (FRANÇA e CARVALHO,2015, p.15)

Silva destaca a importância do estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias, mote que começa a ganhar força na área da biblioteconomia, principalmente após a Reforma Universitária. A seguir, uma análise cronológica acerca dos principais eventos relativos às políticas voltadas para BU:

#### **Quadro 4: Principais eventos relativos às Políticas voltadas para Bibliotecas Universitárias**

<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
<b>1973</b>	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação(CBBDD) – Belém-PA – Criação da

	Associação de Bibliotecas Universitárias (ABBU)
<b>1974</b>	Seminário para estudos dos problemas de administração e funcionamento das BUs
<b>1978</b>	Instalação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU)
<b>1984</b>	Criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT)
<b>1985</b>	Documento Base Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)
<b>1986</b>	Portaria 288 de 24/04/86 do MEC, instituição do PNBU.
<b>1987</b>	PNBU foi tema do SNBU realizado em Porto Alegre, favorecendo a divulgação e criação da CBBU
<b>1990</b>	Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB) e advento da internet e criação das bibliotecas virtuais, catálogos on-line de teses e de dissertações.
<b>1991</b>	Reunião plenária do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras (CRUB) aprova Moção enviada ao MEC solicitando o fortalecimento e manutenção do PNBU
<b>1992</b>	Ofício do chefe de Serviços de Desenvolvimento das Bibliotecas das IFES para o Diretor do Departamento de Política de Ensino Superior do MEC, que, ao assumir, solicita a retomada do PNBU/PROBIB.
<b>1995</b>	Extinção do PNBU, sob alegação de falta de recursos financeiros para prosseguimento do mesmo.
<b>1996</b>	IX SNBU, em Curitiba, recomenda a reativação do PNBU
<b>1998</b>	Crise no Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos(PAAP) – interferência e atuação da CBBU
<b>2000</b>	Lançamento do Portal de Periódicos da CAPES; CBBU é membro nato do Conselho Consultivo
<b>2006</b>	Censo da Educação Superior – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais(INEP). Atuação CBBU.
<b>2008</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – Atuação da CBBU.

Fonte: Moraes de Bem, R. (2015).

O quadro acima muito tem a dizer acerca das primeiras ações voltadas para o diagnóstico e sobretudo para as ações voltadas para as bibliotecas universitárias brasileiras. Primeiro porque essa inquietação deu-se, muito provavelmente e a história nos mostra isso, pela ausência da BU no documento da Reforma de 1968. A

institucionalização de entidades representativas dessas unidades, numa proposta *Grasmiana* de esforços que partem de um grupo carente de demandas, uma vez que o Estado enquanto autor da Reforma Educacional em 1968 se ausenta desse papel, traz respostas acerca de como as Bibliotecas Universitárias, de certa forma, ao invés de exercerem seu papel e sua função dentro do contexto da educação, perdem demasiado tempo tentando provar a sua importância no mesmo, o que dificulta seu desenvolvimento e sobretudo seu planejamento, uma vez que, através de experiências isoladas, não se tem um real dimensionamento da situação geral de um problema.

Após a Reforma Universitária, as bibliotecas sofreram uma reorganização estrutural, a fim de cumprir as diretrizes da lei que previa a eliminação de meios idênticos aos mesmos fins, com isso, a Biblioteca passa a ser centralizada dentro da estrutura física da universidade, contudo deixa a desejar a importância que elas recebem da própria administração universitária (Ferreira, 1980).

No próprio ano da reforma, a SUDENE se antecipa às demandas existentes da biblioteca e publica um trabalho intitulado “ *Reforma Universitária e as Bibliotecas Universitárias do Nordeste*” que sugere:

[...]em vista a reforma, que o planejamento e a reestruturação dessas bibliotecas fossem feitos paralelamente ao planejamento e à reestruturação de suas universidades. Diz ainda que na hora em que se tenta implantar, melhorar e racionalizar todo um sistema universitário de ensino e pesquisa, não poderiam estar separadas bibliotecas e universidades, ou bibliotecas e pesquisa (FERREIRA, 1980, p.11).

Quando Ferreira (1980) nos alerta sobre a falta de integração entre Biblioteca e Universidade, entramos em outra discussão que muito ajuda a compreender a problemática das bibliotecas universitárias: a questão da estrutura e funcionamento, tanto da educação superior, quanto das bibliotecas especificamente.

É preciso compreender que apesar da consonância das duas entidades, elas são dessemelhantes em sua própria complexidade estrutural. A Biblioteca Universitária, dentro da estrutura universitária, é um órgão suplementar com gestão própria, apesar disso, a história nos mostra que as BUS cresceram “ na sombra da universidade”, utilizando-se dos instrumentos direcionados a ela, adaptando-se aos mesmos e construindo suas bases estruturais em documentos que não tratavam suas particularidades e por isso, não atendiam às suas demandas. Daí os esforços isolados dos próprios profissionais.

É importante destacar um momento importante da educação superior no Brasil,

para tornar possível a compreensão da evolução das bibliotecas universitárias brasileiras, bem como a problemática do seu planejamento quanto a ausência de políticas direcionadas a elas. Como descrito anteriormente, a Reforma Universitária estabeleceu as bases da estrutura e funcionamento das Universidades brasileiras, onde muitas das medidas adotadas pela lei da reforma continuam vigorando até os dias atuais (NEVES, 2002).

A partir daí as “Políticas Educacionais” expressadas em forma de leis, como sendo os pilares da estrutura e funcionamento do ensino (VIEIRA, 2009), passam redesenhar a educação superior no país. Quanto ao termo “estrutura e funcionamento”, Vieira esclarece:

As palavras estrutura e funcionamento tem raízes distintas, ambas de natureza latina. *Structura* vem do verbo *struere*, que significa construir. Funcionamento por sua vez, é originada do francês *fonctionnement*, cuja etimologia associa-se à palavra latina *functio, onis*, que entre outros termos está ligada ao ato de “cumprir, exercer, desempenhar”. [...] Funcionamento diz respeito ao “ato ou efeito de funcionar” que, por sua vez, também comporta significados diversos. [...] quando nos reportamos ao funcionamento, estamos nos referindo a aspectos que dependem da estrutura, mas têm uma dimensão própria com claro sentido operacional (VIEIRA, 2009, p.20).

Em contrapartida, antes da própria Reforma, o Conselho Federal de Educação (CFE), em 1963 já incluía a biblioteca entre os requisitos que um curso superior deveria satisfazer para obter reconhecimento. E parece um paradoxo a exigência de uma unidade que se quer é mencionada nas bases da estrutura e funcionamento da educação superior.

Esse paradoxo dá início a diversas discussões, na mesma velocidade em que as universidades se expandem, junto a elas também as bibliotecas, desordenadas, isoladas e carentes de um instrumento base para seu funcionamento, crescem, e crescem também as iniciativas isoladas a respeito de um diagnóstico da situação das mesmas, a nível nacional, como visto anteriormente.

Essas discussões partem, essencialmente, dos próprios profissionais e entidades representativas, a fim de integrar os estudos sobre o desenvolvimento de bibliotecas universitárias. O próximo item desse capítulo discorrerá acerca dos caminhos que a biblioteca universitária percorreu até a criação do primeiro Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), um grande e importante marco na história das políticas voltadas para mesma e os impactos deste programa na evolução das Bibliotecas dentro das universidades brasileiras.

### 3.2 O Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)

Num cenário de Políticas Públicas para Educação superior, onde as bibliotecas universitárias são citadas apenas de maneira superficial, enquanto “instrumentos necessários ao desenvolvimento da educação nos seus diversos níveis “ (CAETANO, 2009, p.19), mas sem maiores detalhamentos que sirva, principalmente, de base para sua estrutura e funcionamento, e conseqüentemente, para o efeito planejamento dessas unidades, começam a surgir, dentro da próprio meio bibliotecário, iniciativas ao estudo dessas questões.

Nesse contexto de mudanças estruturais, e o aumento da importância das políticas de C&T(Ciência e Tecnologia), cabe destacar que é nesse período que é implementado o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), onde são estabelecidos muitos grupos de trabalho ligados a várias instituições com o intuito de elaborar a Ação Programada em Informação (ICT) (BUSQUET, 2012), onde houve a participação expressiva de mais de mil profissionais representado várias sociedades científica, as bibliotecas universitárias não são contempladas.

É no ano de 1985, no 4º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que é apresentado o documento Base que viria a ser o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), oficializada pela portaria de n. 287 de 24 de abril de 1986, instituído pela Portaria de n. 288, na mesma data e publicado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC.

Vale salientar, como bem lembra Caetano (2009), que a origem do PNBU não partiu do governo federal, já que as BUS não haviam se quer sido contemplada nas políticas recentes, mas pelos próprios bibliotecários. Foi esse o primeiro instrumento criado que buscava estimular a definição de padrões de desempenho entre os sistemas de bibliotecas federais, de modo a orientar o planejamento dessas unidades, sua organização, desenvolvimento e sua avaliação, a fim de garantir a qualidade dos serviços oferecidos pelas mesmas no âmbito nacional e institucional (MORAES,2015, p.69).

Com a finalidade de endossar o PNBU, foi criado na mesma ocasião o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PROBIB), também sob a responsabilidade da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC. Ações importantes implementadas pelo PROBIB fortaleceram significativamente o desenvolvimento das Bibliotecas universitárias, entre essas ações, pode-se destacar Rede BIBLIODATA enquanto central de catalogação



cooperativa e a Automação de Bibliotecas, ações que após implementadas resignificaram as práticas bibliotecárias e sobretudo o desenvolvimento das BUS até os dias atuais.

O texto da portaria n.287 de 24 de abril de 1986, traz as justificativas para a criação do PNBU, onde afirma que

A biblioteca universitária é um dos alicerces vitais de vida acadêmica e para que seus objetivos básicos sejam alcançados, exige-se a renovação contínua e adequada dos seus acervos e prestação de serviços de informação fundamentais às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Cabe à SESu, com a participação e o envolvimento da comunidade universitária, assegurar condições que propiciem a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades. Igualmente, é imprescindível que sejam estabelecidos os meios de comunicação e de interligação dos diversos sistemas, bem como sejam traçadas as diretrizes para aplicação de recursos compatíveis (humanos, bibliográficos, financeiros e tecnológicos), **garantindo a consolidação e o desenvolvimento do sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias** (BRASIL, 1986, grifo nosso).

O PNBU é estruturado em 6 grandes áreas, contendo 12 diretrizes, num conjunto de 46 ações, voltadas para a Biblioteca Universitária, conforme o quadro abaixo:

EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZES	AÇÕES
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">1. PLANEJAMENTO: ORGANIZACIONAL, FINANCEIRO, DE RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS (PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL)</p>	<p><b>DIRETRIZ I</b> – Estabelecer e/ou fortalecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade, tendo o MEC/SESu como órgão de apoio e harmonização, visando a assegurar a eficiência e a eficácia dos serviços de informação para os usuários.</p>	<p>1) Instituir junto ao Ministério da Educação/SESu um órgão central que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias, harmonizando e estimulando sua integração em atividades cooperativas na área de informação em ciência, tecnologia e humanidades, assegurando sua participação nos sistemas nacionais especializados de informação, de modo a ampliar seus recursos documentais e serviços à comunidade universitária. Esse órgão central disporá de um Comitê Técnico Assessor com representação regional das Bibliotecas Centrais das Universidades Federais e com a participação de Bibliotecas Centrais das Universidades Estaduais e Particulares, das Agências de Financiamento e de especialistas da área;</p> <p>2) Estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação de cada universidade, tendo um órgão central com autoridade e competência para desempenhar atividades de coordenação a nível institucional e de representação do sistema a nível nacional.</p>
	<p><b>DIRETRIZ II</b> – Estimular a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária adequados à realidade brasileira, de modo a orientar o seu planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação e garantir a qualidade das atividades realizadas a nível institucional e nacional.</p>	<p>3) Definir dados estatísticos mínimos a serem coletados sistematicamente pelas bibliotecas universitárias, orientados para a elaboração de indicadores e estudos comparativos;</p> <p>4) Operacionalizar, a nível institucional, um mecanismo de coleta de dados estatísticos relevantes para o planejamento e avaliação das operações administrativas, financeiras, técnicas e de prestação de serviços, de maneira a possibilitar estudos que através de seus resultados contribuam para a melhoria dos serviços;</p> <p>5) Realizar estudos, por amostragem, daqueles serviços que por sua natureza não necessitam de uma coleta contínua e rotineira de dados estatísticos, de modo a permitir a avaliação do desempenho da biblioteca sem sobrecarregar seu sistema estatístico;</p> <p>6) Estabelecer padrões mínimos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das bibliotecas universitárias.</p>
	<p><b>DIRETRIZ III</b> (<u>Planejamento Financeiro</u>) – Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros adequados à prestação de serviços de informação, em estágio compatível com as exigências e necessidades de informação da comunidade universitária.</p>	<p>7) Definir as bibliotecas universitárias como centros de custo no planejamento orçamentário da Universidade;</p> <p>8) Estabelecer um percentual mínimo do orçamento da Universidade, que garanta a atualização do acervo e a prestação de serviços em níveis adequados, a ser aplicado no sistemas de bibliotecas;</p> <p>9) Definir critérios para elaboração de orçamentos de bibliotecas universitárias, com a participação da comunidade universitária;</p> <p>10) Criar condições institucionais para gerenciamento pela biblioteca central (quando houver), ou setorial, da dotação orçamentária própria e, sempre que possível, dos recursos financeiros de procedência externa, como aqueles obtidos através de projetos específicos de pesquisa;</p> <p>11) Estabelecer tetos orçamentários para dispêndio de divisas estrangeiras na aquisição de materiais documentais em consonância com as necessidades efetivas de desenvolvimento dos acervos;</p> <p>12) Propor cotas de importação compatíveis com os tetos pretendidos no sentido de garantir a concretização dos planos de desenvolvimento do acervo.</p> <p>13) Criar mecanismos para captação de recursos externos, visando ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias.</p>

	<p><b>DIRETRIZ IV</b> (<u>Planejamento de Recursos Humanos</u>) – Dotar as instituições universitárias de condições para formação e qualificação adequada de recursos humanos para as bibliotecas.</p>	<p>14) Proporcionar o aperfeiçoamento contínuo do pessoal profissional e de apoio, através da participação em cursos de pós-graduação, reciclagem e treinamento, eventos da área de informação e de outras áreas do conhecimento, programas de cooperação técnica interinstitucional, estágios, etc;</p> <p>15) Estabelecer padrões mínimos para a composição do quadro funcional (profissional e de apoio), levando em consideração acervo, serviços, usuários, horário de funcionamento, etc;</p> <p>16) Determinar critérios específicos de seleção de pessoal profissional e de apoio às atividades técnicas para a efetivação de um recrutamento qualificado;</p> <p>17) Estudar a reestruturação da carreira em níveis escalonados que permita a progressão funcional do pessoal, prevendo a concessão ao pessoal profissional das vantagens salariais ocasionadas por obtenção de títulos pós-graduados, produção científica, experiência profissional acumulada, etc;</p> <p>18) Promover estudos, visando à criação de curso de especialização especificamente voltado para as necessidades de desenvolvimento dos técnicos das bibliotecas universitárias;</p> <p>19) Desenvolver um programa de estudos, visando à otimização e harmonização de técnicas e procedimentos bibliotecários, em áreas de interesse do Plano;</p> <p>20) Estabelecer um programa de cooperação técnica voltado para as necessidades do desenvolvimento do Sistema</p>
	<p><b>DIRETRIZ V</b> (<u>Planejamento de Recursos Físicos</u>)– Dotar as bibliotecas universitárias de estrutura física adequada às condições de conforto e segurança para coleções, usuários e funcionários.</p>	<p>21) Estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização de bibliotecas universitárias, adequados às condições ambientais e culturais do local.</p>
<p><b>2. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES</b></p>	<p><b>DIRETRIZ VI</b> – Favorecer a formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais, embasadas nos objetivos da universidade e em suas características particulares.</p>	<p>22) Elaborar instrumentos básicos para formação e desenvolvimento de coleções: definição de padrões mínimos para formação de acervo de bibliotecas universitárias, critérios para descarte, etc;</p> <p>23) Definir diretrizes e modelos básicos para a orientação das bibliotecas universitárias na estruturação de seus processos de seleção e aquisição, de forma sistemática e com a participação da comunidade de usuários;</p> <p>24) Elaborar instrumentos para avaliação do uso das coleções de modo a subsidiar os programas institucionais de desenvolvimento do acervo;</p> <p>25) Desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC, articulando-os com aqueles das demais agências de C&amp;T, de maneira a apoiar as IES na formação e desenvolvimento de seus acervos.</p>
	<p><b>DIRETRIZ VII</b> – Estimular o estabelecimento de programas de aquisição cooperativa e planejada, possibilitando o acesso comum às coleções</p>	<p>26) Estabelecer, a nível institucional, um catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação da Universidade, como instrumento para o estudo e implantação da política institucional de aquisição planejada;</p> <p>27) Promover a atualização e desenvolvimento da lista de periódicos resultante do Projeto CAPES/FINEP;</p> <p>28) Definir e implantar uma política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos para as bibliotecas universitárias;</p> <p>29) Elaborar bibliografias mínimas, por cursos, a serem periodicamente atualizadas;</p> <p>30) Definir uma política para armazenagem, controle e divulgação das teses e demais documentos gerados pelas IES.</p>

3. PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS DOCUMENTOS	<b>DIRETRIZ VIII</b> – Assegurar que sejam adotados padrões, normas e metodologias para o tratamento dos documentos, de modo a racionalizar procedimentos e facilitar intercâmbio entre arquivo, visando ao rápido acesso do usuário ao acervo.	31) Definir normas, padrões e metodologias compatíveis, principalmente no que se refere à catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos padronizados, visando a sua adoção pelas bibliotecas universitárias; 32) Estimular as unidades isoladas de ensino superior a compatibilizarem seus procedimentos técnicos, possibilitando sua integração a programas cooperativos.
4. AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	<b>DIRETRIZ IX</b> – Estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos das bibliotecas universitárias, visando a facilitar o atendimento aos usuários.	33) Desenvolver uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos e documentários, com um grande banco de dados central, para viabilizar serviços de catalogação cooperativa, empréstimo, comutação, bibliográfica, etc., considerando, entre outros fatores como: - localização da unidade central em instituição com vocação para o serviço; utilização de computador de grande porte, início de operação com os maiores acervos de bibliotecas universitárias (preferencialmente as que adotem normas semelhantes para processamento técnico) e com o acervo de documentos nacionais da Biblioteca Nacional; 34) Manter um centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas, que assegure também orientação à implantação de projetos de automação de bibliotecas; 35) Estimular o desenvolvimento de softwares integrados para automação de todas as funções de bibliotecas; 36) Apoiar a adoção de formato de intercâmbio CALCO, estimulando seu constante aprimoramento, de maneira a assegurar sua compatibilidade aos padrões internacionais.
5. USUÁRIOS E SERVIÇOS	<b>DIRETRIZ X</b> – Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento de necessidades de informação das instituições universitárias e de seus usuários para garantir o uso adequado dos acervos, produtos e serviços disponíveis a nível institucional ou externo.	37) Divulgar metodologias testadas de levantamento de necessidade de informação e estudo de usuários das bibliotecas universitárias, ou se necessário, criar e/ou adaptar outras metodologias; 38) Desenvolver programas de educação de usuários e elaborar matérias instrucionais; 39) Oferecer regularmente programas de capacitação em metodologia da pesquisa documentária, através das bibliotecas universitárias ou em colaboração com cursos de graduação e pós-graduação, de modo a conscientizar os usuários para o uso adequado da informação.
	<b>DIRETRIZ XI</b> – Assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços de informação de acordo com os diversos segmentos de usuários, utilizando-se de recursos informacionais internos e externos.	<u>Intermediação de Serviços:</u> 40) Promover treinamento sobre “fontes de informação”, nas áreas de assunto de interesse para a comunidade universitária; 41) Estabelecer acordos com os produtores e intermediários dos serviços de informação disponíveis, visando a torná-los acessíveis a um maior número de usuários da Universidade; 42) Divulgar os produtos e serviços existentes nas bibliotecas universitárias. <u>Geração de Serviços:</u> 43) Planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primário (alertas, sumários correntes, divulgação de pesquisas, etc.) e a partir de documentos secundários (levantamento bibliográfico), considerando as necessidades dos usuários e os serviços externos disponíveis. 44) Assegurar o acesso à documentação primária, através do fortalecimento e desenvolvimento do Programa COMUT.

<b>6. ATIVIDADES COOPERATIVAS</b> ·	<b>DIRETRIZ XII</b> – Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas, visando ao aproveitamento racional e eficiente dos recursos informacionais disponíveis.	45) Integrar cada biblioteca universitária, quando adequado, em programas cooperativos, tais como: aquisição cooperativa e planejada, catálogo coletivo de periódicos, catalogação cooperativa, sistemas especializados, COMUT. 46) Criar um veículo comum de divulgação das atividades de interesse das bibliotecas universitárias.
--	--	---

Fonte: elaboração própria, compilado do texto original do PNB.

Conforme demonstrado no quadro 5, o PNBU, enquanto instrumento de planejamento de bibliotecas universitárias, através dos seus 6 eixos temáticos, contemplam as áreas fundamentais que compõem a estrutura e o funcionamento das BUS. Isso se deu, principalmente, pela colaboração de especialistas e equipe multidisciplinar em sua elaboração. As estruturações dos Eixos Temáticos no PNBU podem ser vistos claramente no regimento 31/2009, acerca da estrutura de funcionamento do Sistemoteca da UFPB em suas Divisões e Seções.

Quanto aos seus objetivos:

Art. 2º - O Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias tem por objetivos:

I – Harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior na área de informação e documentação em ciência, tecnologia e humanidades, otimizando a prestação de serviços aos usuários.

II – Integrar as ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias.

III – assessorar, através da SESu, o Ministro de Estado da Educação em matéria referente a bibliotecas universitárias (BRASIL, 1986).

Com a vigência do plano, surge em 1988, vinculado ao PNBU, o Programa de Pesquisa, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Bibliotecas Universitárias (PET) pela SESu/MEC criado através da Portaria nº 342, de 29 de julho, que compara as diretrizes previstas no PNBU com a realidade das bibliotecas brasileiras no cenário da época (CAETANO, 2009).

É importante ressaltar que, em âmbito nacional, há um fortalecimento dos Sistemas Integrados de Bibliotecas, e sobretudo das entidades representativas da área de biblioteconomia, a saber, em 1987, com recursos do PNBU, durante o 6º SNBU, é criada por iniciativa da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), importante entidade, que até os dias atuais representa as demandas e anseios políticos das bibliotecas universitárias brasileiras (BUSQUET, 2012).

Na década de 90, no auge das políticas neoliberais no país, o PNBU é extinto, no ano de 1995, por falta de recursos para continuar atuando no enfrentamento dos problemas das BUS brasileiras, que assim como outras instituições federais vivenciam as “incertezas de tal política, em que todas as ações e projetos culturais do nosso país foram

rechaçados” (BUSQUET, 2012, p.116).

Com a publicação da LDB, no ano de 1996, que já previa a avaliação dos cursos de graduação, as Bibliotecas passam não mais a desenvolver-se de maneira satisfatória, pois passam a focar no atendimento dos requisitos necessários às avaliações dos cursos de graduação. Nessa perspectiva de um Estado Neoliberal e suas consequências no ensino superior, Carvalho *apud* Busquet destaca:

[...]ainda nesse viés, o Estado potencializou a sua função de avaliador e mantenedor das IES públicas e nesse contexto, tais unidades informacionais foram um dos pontos de destaque do processo avaliativo. Todavia, mesmo as pontuações baixas de alguns cursos, em função da falta de infraestrutura informacional, não sensibilizaram o Governo Federal, muito pelo contrário: houve corte de verbas, paralisação de novos concursos públicos e incentivo a programas de demissão voluntária. Nota-se aqui o embate entre a exigência de qualidade e economia de pessoal-neoliberalismo puro (CARVALHO *apud* BUSQUET, 2012, p.120).

Com a extinção do PNBU, atualmente as Bus passaram a seguir, enquanto normas e padrões, os critérios de avaliação existentes no SINAES. No item a seguir, discorreremos sobre o processo de avaliação de bibliotecas universitárias no contexto do SINAES.

### 3.3 Avaliação das Bibliotecas Universitárias

*“É muito pouco importante simplesmente contabilizar o número de títulos e volumes, como se isso fosse avaliação plena de uma biblioteca sem pôr em questão os significados desse espaço como lugar de formação, sem refletir sobre os significados do acervo relativamente ao ensino, à aprendizagem, aos processos de socialização e de vivência cultural, a uma filosofia educativa coerente com o avanço do conhecimento e com o desenvolvimento social, etc.”*  
Dias Sobrinho

Como podemos observar as bibliotecas não são vão avaliadas enquanto sistemas integrados, mas com parte isolada de um curso, atendendo a critérios estruturais, o que é uma contradição dentro da própria do conceito de Sistema de Bibliotecas e seu papel na educação superior.

Com a extinção do PNBU, a biblioteca passa novamente a “crescer” desordenadamente dentro das Universidades Brasileiras, cada uma com seu próprio planejamento, sem articulação política com programas voltados especificamente para

elas. Seu único instrumento norteador, passa a ser o SINAES, no eixo temático em que é contemplada, nesse contexto, Busquet esclarece:

Atualmente existe ausência de um padrão operacional entre as bibliotecas universitárias públicas. Por isso mesmo, as que são ligadas ao MEC não possuem parâmetros de referência que avaliem o seu real desempenho. Hoje existem 51 instituições federais de ensino e nesse âmbito cada biblioteca funciona de uma forma diferenciada. Ainda nesse contexto podemos afirmar que não existe uma entidade no mesmo patamar do MEC que debata com os profissionais da informação de tais unidades informacionais padrões mínimos que garantam um bom funcionamento às bibliotecas universitárias (BUSQUET, 2012, p.120).

Oliveira (2002) discute as contradições dos padrões de qualidade da avaliação do MEC para as BUS, considera que esses padrões impacta diretamente a gestão e o planejamento dessas unidades, pois estas procuram se enquadrar nos padrões impostos “somente para cumprir as exigências do MEC” (SILVA,2014, p.36), ignorando, muitas vezes, as demandas reais das bibliotecas em toda sua complexidade de funcionamento.

O que afeta diretamente sua gestão, pois vários aspectos importantes a serem tratados, para o bom funcionamento e atendimento dos próprios critérios do MEC, são deixados de lado, haja vista, por exemplo, quando uma biblioteca setorial não tem estrutura física adequada para armazenamento do acervo, pessoal limitado para o tratamento desses materiais, profissionais em constante capacitação para atuarem enquanto mediadores do conhecimento e promoverem a informação em suas mais diversas fontes e formatos, mas precisam “atender aos requisitos”, e aí há um esforço efêmero por parte das direções, a fim de sanar o problema de maneira pontual (e rápida), direcionando recursos, esforços e muita cobrança aos profissionais dessas unidades, sem os mesmos terem, anteriormente, subsídios para nenhum tipo de planejamento voltado para esse fim.

Esse cenário impacta diretamente o resultado dessas avaliações no âmbito da infraestrutura, de maneira negativa – impacto direto no conceito dos cursos -, e o pior, após a avaliação, essas unidades voltam a serem esquecidas. É nessa perspectiva que Oliveira *apud* Silva (2009), conclui que o MEC ainda não possui um sistema de avaliação que seja condizente com os produtos e serviços de uma biblioteca universitária. Acerca do SINAES, que é constituído por 3 tipos de avaliações:

a) avaliação das instituições que abrange a autoavaliação, a ser realizada por uma CPA de cada instituição e a avaliação externa *in loco*, a ser realizada por uma comissão de avaliadores designada pelo INEP;



b) avaliação dos cursos de graduação que objetiva identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica; c) avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação a ser realizada por meio do ENADE, que tem uma prova aplicada aos alunos por amostragem, ao final do primeiro e do último ano do curso (BRITO, 2013, p.33, BRASIL, 2004)

É na Avaliação Institucional, que a biblioteca é contemplada de maneira mais significativa, o que não quer dizer que seja um modelo de avaliação eficiente, uma vez que a biblioteca não é avaliada enquanto sistema integrado, e no que se diz respeito à auto avaliação, esta tem ficado a cargo das CPAS das universidades.

No entanto, na avaliação externa in loco, dentro das 10 dimensões que contemplam a instituição, divididos em 5 eixos temáticos, a biblioteca corresponde aos eixos 5.9 ao 5.11, que tratam da Estrutura Física (Item 5.9), Serviços e Informatização (Item 5.10) e o Plano de Atualização do Acervo (Item 5.11), que são avaliados conforme dos conceitos 1(Não Existe/Não há), 2 (Insuficientes), 3(Suficiente), 4(Muito bom) e 5(Excelente). Os conceitos são distribuídos de acordo com as exigências dos indicadores existentes, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 6: Avaliação das Bibliotecas no SINAES – Avaliação Externa *in loco***

	<b>Conceito 1</b>	<b>Conceito 2</b>	<b>Conceito 3</b>	<b>Conceito 4</b>	<b>Conceito 5</b>
<b>5.9 Biblioteca: Infraestrutura Física</b>	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca.	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.	Quando a infraestrutura física atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.	Quando a infraestrutura física atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
<b>5.10 Biblioteca: Serviços e Informatização</b>	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca.	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.	Quando os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
<b>5.11 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo</b>	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

Fonte: Elaboração própria, baseado no instrumento de avaliação institucional (BRASIL, 2014).

É importante destacar a participação da biblioteca no instrumento de avaliação do MEC, mas principalmente, através de uma análise comparativa entre estes instrumentos e as diferenças existentes eles, que causam um impacto significativo na gestão das bibliotecas universitárias.

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, onde a mais recente data de 2016 (atualizado junto ao INEP) subsidia os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e a distância.

Nessa etapa da avaliação, a biblioteca é contemplada, somente, enquanto a proporcionalidade do acervo bibliográfico, com ênfase nas bibliografias básicas e complementares dos cursos a serem avaliados. As instalações físicas da Biblioteca são contempladas de maneira superficial e subjetiva, que fica muitas vezes a critério do avaliador a partir de uma rápida visita, sem muitas vezes serem avaliadas as condições adequadas para seu armazenamento, acesso e promoção, entretanto, é considerada as salas de aulas, laboratórios, entre outros itens da infraestrutura física considerada pelo instrumento como sendo adequada no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Como bem coloca Brito (2013), é como se todo material bibliográfico adquirido, através da projeção orçamentária prevista no PDI, estivesse disponível em qualquer lugar, qualquer sala da universidade, sem nenhum tratamento, organização, estruturação. Ou seja, é como se a Biblioteca não existisse para cumprir sua função de receber, tratar e disponibilizar esse material, dessa forma, muitas vezes é desconsiderada a estrutura para tal.

A contradição destes instrumentos se dá, principalmente, pelo fato do instrumento de avaliação do MEC não direcionar a avaliação da biblioteca a partir de indicadores que contemplem toda sua estrutura e funcionamento, entretanto é mencionada a ênfase que a mesma deve ser dada no PDI da Universidade:

Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; à manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com **ênfase na biblioteca** e laboratórios, e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (Decreto nº 5.773/06) (BRASIL,2014, grifo nosso).

Ainda dentro do contexto dos instrumentos de avaliação do SINAES, uma pesquisa apresentada no XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em 2010, realiza um diagnóstico da qualidade das bibliotecas universitárias e sua associação com os resultados dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Através de uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando do procedimento técnico para a coleta de dados o estudo de campo *ex post-facto*, os autores da pesquisa puderam encontrar a associação entre a qualidade da biblioteca e os conceitos dos cursos do ENADE, sobretudo em relação ao acervo no que se diz respeito ao atendimento das necessidades de informação e à suficiência de mobiliário.

Enquanto resultado, pôde-se comprovar que existem aspectos na infraestrutura da biblioteca que comprometem o desempenho satisfatório da oferta de serviços de informação à comunidade acadêmica.

A partir disso, Lubisco (2007) considera os instrumentos de avaliação inadequados, pois entende a biblioteca “como um algo além de um item da infraestrutura universitária, mas sim como um recurso pedagógico das instituições de ensino superior”:

Para isso, buscou criar um modelo de avaliação a partir de uma proposição teórica que abarcasse a totalidade das funções da biblioteca universitária, baseando-se em amplo estudo acerca da situação ibero-americana, principalmente de bibliotecas universitárias do Brasil, Espanha, México, Argentina e Chile. Esse modelo, para ser validado, precisaria contar com a discussão e validação em âmbito nacional. Diante dessa necessidade, surgiu a ideia do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária que já contou com duas edições uma em setembro de 2008 e outra em junho de 2012. O modelo de avaliação de Lubisco apresenta critérios de análise de grupos de indicadores e, portanto, constitui-se da parte objetiva da avaliação. Tal fato permite o entendimento de que a proposta em questão possa ser complementada, pelo aspecto subjetivo da avaliação por meio de uma metodologia que capte as percepções do cliente sobre a biblioteca acadêmica, formando então um conjunto de processos avaliativos passíveis de serem aplicados nas avaliações governamentais, contribuindo, inclusive para uma estatística nacional de bibliotecas, hoje ainda inexistente no Brasil (BRITO e VERGUEIRO, 2013, p.32).

Muitas perguntas são feitas por profissionais de todo Brasil, acerca dessa deficiência tão gritante no que diz respeito a avaliação das bibliotecas nas universidades, nesse sentido, Brito (2013) traz questões pertinentes ao presente objeto de pesquisa, no que diz respeito a relação entre essa avaliação seu impacto do ensino e o planejamento da Universidades:

Várias questões podem ser colocadas em razão desse estado de coisas: será que os envolvidos no desenvolvimento do instrumento desconhecem o papel da biblioteca universitária e suas potenciais contribuições para a qualidade do ensino superior? Ou a culpa do instrumento não considerar o aspecto pedagógico da unidade de informação se deve a pouca proatividade dos profissionais de informação no sentido de fazer valer sua voz na concepção desses instrumentos? Ou, ainda, se a possibilidade de questionar a validade desse instrumento não fica comprometida devido à omissão da própria biblioteca? (BRITO, 2013, p.35).

Devemos ressaltar que atualmente o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) é o principal canal de discussão da temática de avaliação de bibliotecas universitárias em todo Brasil, promovido de 2 em 2 anos, sendo inclusive, em sua 4ª edição que o PNBU foi proposto e aceito pelo MEC alguns anos depois.

Em praticamente todas as edições do SNBU, a temática da avaliação de bibliotecas universitárias tem sido presente nas discussões, sem, no entanto, evoluir significativamente. Na sua segunda edição em 1981, o SNBU trouxe enquanto temática central “Avaliação do desempenho da Biblioteca Universitária no Brasil”, em sua sétima edição de, 10 anos depois, trouxe a temática dos padrões nacionais para o planejamento e avaliação em bibliotecas universitárias. Em sua versão recente de 2012, o SNBU conta somente com nove contribuições relacionadas à avaliação, dentre centenas de trabalhos apresentados (BRITO, 2013).

Através de um levantamento de artigos científicos que tratavam da temática da avaliação da biblioteca universitária, realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Brito (2013) observa que no período de 2010 a 2012 a palavra-chave “avaliação” retorna apenas 24 resultados, sendo apenas dois direcionados especificamente para a avaliação de serviços e produtos de bibliotecas universitárias.

No quadro de normas e padrões descrito a seguir, é possível perceber que o Brasil está na “contramão dos estudos sobre avaliação de bibliotecas universitárias” (BRITO, 2013, p.38), ao contrário de outros países onde a existência de instrumentos para avaliação de bibliotecas universitárias é uma realidade e faz parte do planejamento universitário como um todo.

A própria temática de avaliação não é discutida amplamente dentro da biblioteconomia, sendo poucos os estudos com esse fim. Outro exemplo que podemos citar, foi um levantamento realizado na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (TEDE), com uma pesquisa realizada relacionando as palavras “Biblioteca Universitária”,

“Avaliação” e “Planejamento Institucional”, por meio de operadores booleanos<sup>6</sup>, não foram identificados nenhum documento que trouxesse esse cruzamento de termos, ao contrário, por exemplo do cenário internacional, que tem espaço garantido em periódicos relacionados à gestão e os dedicados especialmente às bibliotecas universitárias e sua gestão.(BRITO, 2013, p.39)

---

<sup>6</sup> Operadores booleanos são palavras que têm o objetivo de definir para o sistema de busca como deve ser feita a combinação entre os termos ou expressões de uma pesquisa. Esses termos são basicamente AND (E), OR (OU), NOT (MENOS), que combinados numa mesma expressão de busca, tem por objetivo afinar os resultados.

**Quadro 7: Normas e Padrões para Bibliotecas Universitárias a nível Internacional e Nacional**

<b>Nome / Finalidade</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Vigente?</b>
<b>Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)</b>	Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT)	1986	Nacional (Brasil)	<b>Não</b>
<b>Finalidade</b>	Foi uma das ações programadas do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), com o intuito de estabelecer padrões referentes a acervo, automação, arquitetura etc. Além de sistematizar as atividades das Bibliotecas Universitárias, o plano também congregou as iniciativas que coexistiam naquele momento.			
<b>Standards for University Libraries</b>	International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)	1987	Internacional	<b>Não</b>
<b>Finalidade</b>	Proporcionar um meio pelo qual a qualidade da biblioteca que serve uma universidade possa ser avaliada, oferecer orientação para melhorias na biblioteca, e sugerir uma estrutura para que países ou regiões possam desenvolver suas próprias normas (LYNCH, 1986).			
<b>Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB)</b>	Ministério da Educação(MEC)	1990	Nacional	<b>Não</b>
<b>Finalidade</b>	Contribuir para a melhoria do ensino e da pesquisa, incluindo: atualização e expansão dos acervos bibliográficos; uso de técnicas modernas para tratamento e intercâmbio de dados bibliográficos; uso compartilhado de recursos que interliguem as bibliotecas, melhoria dos serviços de informação; capacitação do pessoal técnico e científico das bibliotecas e programas de orientação para os usuários, no que se refere ao uso de fontes de informação (BRASIL, 1990).			
<b>LibQUAL</b>	Association of Research Libraries (ACRL) e Texas A&M University	2000	Internacional	<b>Sim</b>
<b>Finalidade</b>	Definir e medir a qualidade dos serviços de bibliotecas entre as instituições e a criação de ferramentas de avaliação úteis e de qualidade para as bibliotecas (DUKE UNIVERSITY LIBRARIES, 2011).			
<b>Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –(SINAES)</b>	Ministério da Educação (MEC)	2004	Nacional (Brasil)	<b>Sim</b>
<b>Finalidade</b>	O instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e a distância tem por objetivo avaliar a biblioteca, dentro da categoria de análise infraestrutura, de acordo com três indicadores: bibliografia básica; bibliografia complementar; e periódicos especializados (BRASIL, 2012).			
<b>Library Performance Indicators</b>	International Organization for Standardization (ISO)	2008	Internacional	<b>Sim</b>
<b>Finalidade</b>	Especificar os requisitos de indicadores de desempenho para bibliotecas e estabelecer um conjunto de indicadores de			

	desempenho a serem utilizados por bibliotecas de todos os tipos. Fornecer orientação sobre como implementar indicadores de desempenho nas bibliotecas onde esses ainda não estão em uso (ISO, 2008). Obs.: não é específica para Bibliotecas Universitárias.			
<b>Standards for Faculty Status for Academic Librarians</b>	Association of College and Research Libraries (ACRL) e American Library Association (ALA)	2011	Internacional	<b>Sim</b>
<b>Finalidade</b>	Reconhecer formalmente a importância do status de professores para bibliotecários acadêmicos (ACRL, 2011a).			
<b>Standard for Libraries in Higher Education (SLHE)</b>	Association of College and Research Libraries (ACRL)	2011	Internacional	<b>Sim</b>
<b>Finalidade</b>	Orientar as Bibliotecas Universitárias na promoção e sustentação de seu papel como parceira na educação de estudantes, atingindo as missões de suas instituições e posicionando as bibliotecas como líderes em avaliação e melhoria contínua em seus campi.			

Fonte: (Moraes de Bem, R., 2015)



Faz-se necessário compreender as bibliotecas universitárias e suas problemáticas acerca da gestão, da avaliação, e principalmente do planejamento, por uma perspectiva mais gerencial, estratégica e menos tecnicista, principalmente dentro da instituição onde ela está inserida. São necessárias, sobretudo, ações públicas, através de programas específicos para o enfrentamento dos problemas que hoje assombam as bibliotecas universitárias.

É imprescindível a criação de uma agenda política que contemple as Bibliotecas Universitárias em sua totalidade e sua complexidade, tanto em âmbito nacional, como em âmbito institucional, com ênfase no PDI, que é de fato o instrumento ideal para que a biblioteca tenha visibilidade, recursos e participação ativa em todo processo de planejamento.

Diante disso, faz-se necessário, ainda, que o entendimento da biblioteca enquanto mediadora da informação e do conhecimento dentro do ambiente universitário se faça compreender melhor por todos, sobretudo pelos gestores. Esse papel subjetivo da biblioteca que está diretamente relacionado ao seu papel objetivo quanto aos seus serviços, precisam ser levados em conta, para que haja uma conscientização que antecede a ação.

Para tanto, o próximo item discorrerá acerca do papel da biblioteca na sociedade do conhecimento, a informação científica como bem social, que ela é, no contexto da academia, a democratização do acesso a informação na reprodução da Sociedade do Conhecimento, e o papel do bibliotecário / Profissional da informação enquanto mediador desse processo.

### **3.4 A Biblioteca Universitária enquanto mediadora na Sociedade do Conhecimento no ambiente universitário**

*A biblioteca universitária articula a sua função social a fim de atender às necessidades de informação de seus prováveis usuários. Ela atua como um instrumento de comunicação ao intermediar a relação entre as fontes de informação e os diversos agentes ali presentes.*  
Busquet

O final do século XX mostrou que a informação e o conhecimento passaram a desempenhar um novo e estratégico papel devido às inovações sociais, institucionais, tecnológicas, organizacionais e políticas. Novos saberes e competências, novas tecnologias, maior intensidade no uso da informação e do conhecimento. Dentro deste contexto, registra-se que a competitividade entre as organizações começou a depender cada vez mais da capacidade de lidar eficazmente com a informação e conseqüentemente, grande massa de profissionais passou a estar envolvida na produção e distribuição de informações.

A informação assumiu então um papel estratégico na nova sociedade e dessa forma, a avaliação de serviços relacionados ao seu uso e distribuição transformou-se em uma das condições essenciais e estratégicas para inserção das organizações em uma posição competitiva e expressiva.

Neste contexto, as universidades como entidades que capacitam pessoas em vários níveis atuam como grandes organizações, cujas bibliotecas são parte desse grande sistema, entretanto, estas ainda aparecem como coadjuvante no processo educativo universitário. Como parte do processo do ensino, as bibliotecas devem estar inseridas dentro do contexto da avaliação do ensino superior, e estão sendo essas avaliações limitadoras, se resumindo a critérios qualitativos, que muitas vezes não refletem o cenário real da biblioteca e seu potencial de contribuição para a comunidade acadêmica.

Busquet (2012) considera fundamental a abordagem de dois aspectos importantes, dentro do contexto das influências neoliberais da educação: a globalização e a sociedade do conhecimento, uma vez que a biblioteca universitária não está aquém desses processos, onde muito pelo contrário, são questões que refletem na própria concepção de biblioteca universitária e na sua função social.

Nesse sentido, iremos discorrer acerca desses aspectos no contexto do objeto de estudo dessa pesquisa.

Quando falamos em globalização, frequentemente definimos esse conceito através do viés econômico, especialmente dos benefícios (e malefícios) que essa nova ordem global trouxe para humanidade. Frequentemente trazemos a tona a importância do comércio internacional, do desenvolvimento econômico dos países, através das exportações e do livre comércio, entretanto, como bem coloca Amorim (2002) “A globalização mostra-se um conjunto de fenômenos complexos, envolvendo diversas variáveis”. Uma dessas variáveis, é a nova Sociedade que se forma diante das novas tecnologias, da superação das fronteiras informacionais e do acesso ao conhecimento de maneira cada vez mais rápida em escala mundial: A Sociedade do Conhecimento.

Em uma sociedade globalizada, onde o capitalismo atua de forma que as desigualdades sociais fiquem cada vez mais evidentes em detrimento de uma concorrência entre mercados cada vez maiores, o conhecimento, segundo Dzikaniak (2011) iria servir como mola propulsora de concorrência entre empresas, de forma que pesquisa e desenvolvimento e inovações tecnológicas passam a ser o centro das atenções dos países que buscam o desenvolvimento.

Ainda segundo Dzikaniak (2011) ao citar Peter Drucker, releva um novo pensamento sobre essa nova sociedade diferente dos conceitos apresentados até então, “a sociedade não seria nem capitalista nem socialista, e sim Pós-Capitalista, ou ainda Sociedade em Rede, onde o conhecimento, comunicado através das tecnologias de informação e comunicação, seria a peça central da engrenagem e, principalmente, seria um fator gerador de riqueza.”

Os conceitos de concorrência, geração de riqueza e poder, são muito peculiares dos fenômenos econômicos, porém, nesse novo formato de sociedade que, em detrimento de uma política econômica a nível global, que aglomera cada vez mais países que buscam desenvolvimento, a globalização traz à tona essa nova sociedade, onde esses conceitos são muito bem empregados quando a informação passa a ser considerada como principal fator de poder.

Há nessa percepção uma importante distorção que é o elemento central da discussão apresentada nesse texto. Nessa nova sociedade da informação, é a informação e o conhecimento visto como um bem social pelas instituições de ensino

e pesquisa? Ou como matérias primas para o desenvolvimento da livre concorrência econômica, sem considerar a importância do desenvolvimento cultural e social da humanidade? E como as Universidades e Bibliotecas Universitárias estão incluídas nesse contexto?

Sobre isso, Dzikaniak destaca essa paradoxal relação entre a globalização a partir da sua perspectiva econômica, a informação e a Sociedade do Conhecimento como elemento de uma consciência maior:

Desse modo, se de um lado tem-se a informação como mola propulsora do crescimento do capitalismo e, com isso o aumento de desigualdades sociais, de outro lado, tem-se o desenvolvimento de uma consciência maior, plural, que escapa ao mando das grandes potências econômicas, haja vista às potencialidades ofertadas pelo próprio desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, através das quais a informação parece adquirir força própria e se dissipar ciberespaço afora, sem possibilidades de controle(DZIKANIAK, 2011, p.3).

É resultado de uma sociedade cada vez mais conectada através da internet, que a informação e disseminação do conhecimento ganha cada vez mais agilidade e força, o que é colocado no ciberespaço é amplamente acessado, em curtíssimo espaço de tempo, o que não era possível antes do advento da internet.

Entretanto, assim como diante da Globalização, a democracia Souza (2004, p.3) ainda é uma política baseada em princípios de equidade e solidariedade, a democratização do acesso à informação em seus mais variados formatos, ainda é uma “política” que tem em si a mesma natureza, quando vista como um bem social.

As Universidades como produtoras do conhecimento, através da pesquisa, são as grandes fomentadoras das produções científicas mundiais e seria – ou deveria ser – ela o expoente maior de acesso às informações e ao conhecimento científico, e as bibliotecas universitárias atuando de maneira estratégica e democratizadora da informação e do conhecimento, diminuindo as desigualdades e aumentando o acesso à informação fidedigna, para promover a sociedade do conhecimento, que como bem coloca Dzikaniak:

“ [...] as pessoas na Sociedade do Conhecimento, devem ter formação crítica e elas próprias devem compreender qual informação possui fonte fidedigna e serem capazes de encontrar a informação que procuram e, ao mesmo tempo, produzirem informação para ser consumida, interpretada e criticada por terceiros, em um movimento de troca, colaboração e complementação de conhecimentos” (DZIKANIAK, 2011, p.6).

É através dessa perspectiva colaborativa e democrática que a Sociedade do Conhecimento contribuirá com o desenvolvimento do seu país, do seu estado e da sua área do conhecimento, que é o principal objetivo do ensino e da pesquisa nas Universidades, e a biblioteca é nesse contexto, o mediador entre a informação em seus mais variados formatos e a comunidade acadêmica, garantindo assim, o fluxo informacional capaz de gerar desenvolvimento.

### **3.4.1 A Informação Científica como Bem Social**

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior, da Unicamp, através de uma resenha do livro de José Dias Sobrinho “ Dilemas da Educação Superior no Mundo”, aborda de maneira concisa a influência da globalização na educação superior, especialmente quanto ao papel da universidade frente a uma nova forma de organização da sociedade, colocando essa instituição num dilema recorrente do seu tempo, quando cita:

[...]...aponta que a universidade, na sua configuração clássica ainda predominante, não dá conta de atender às contraditórias demandas atuais, mesmo com sua enorme capacidade de se superar, se adaptar, se transformar e pensar o futuro. As contradições das demandas colocam objetivos totalmente antagônicos para a educação superior, como: formar em toda extensão e com elevada qualidade pesquisadores e profissionais de ponta e, ao mesmo tempo, fornecer a simples capacitação para os postos de trabalho menos exigentes; desenvolver a mais avançada e inovadora pesquisa e, por outro lado, oferecer o conhecimento de pronta aplicação; conciliar os valores gerais e permanentes da sociedade democrática com os interesses imediatos e pragmáticos do mercado . (DILEMAS, 2007, p. 285).

Nesse sentido, a Globalização que tem como seu modelo de economia predominante o capitalismo, cria uma demanda para a Universidade de formação de força de trabalho que visa atender, principalmente, as demandas emergenciais do mercado, tendo a Universidade, em sua essência que é o ensino, a pesquisa e a extensão, dificuldades para caminhar e alcançar seu maior objetivo enquanto instituição de educação superior, que visa formar o indivíduo tanto para o mercado de trabalho, quanto para a formação de um ser humano crítico e que pense sobre o

seu tempo, como maneira de contribuir para o desenvolvimento da sociedade através da sua área de conhecimento, essencialmente por meio da pesquisa.

Entretanto, diante das exigências dos mercados, especialmente por esse viés da globalização, a resenha do Grupo de Pesquisas (2007, p. 284), enfatiza que as Universidades não dão conta de atender às contraditórias demandas da sociedade. Essas contradições colocam objetivos totalmente antagônicos para a educação superior e isso reflete numa crise de identidade destas.

Essa crise perpassa pelas tendências neoliberais que acarreta na perda de autonomia das Universidades, permitindo que as instituições de ensino superior se tornem cada vez mais reféns o mercado, distanciando-as cada vez mais da sua essência.

Nesse sentido, como é possível a Universidade atuar de maneira ética na promoção de uma verdadeira sociedade do conhecimento, se esses conhecimentos, através de pesquisas financiadas, são muitas vezes realizadas para um objetivo específico, que não o desenvolvimento social, a diminuição das desigualdades e da promoção da democracia?

Nesse sentido, Dias Sobrinho citado no ensaio do Grupo de Pesquisas (2007, p. 283), destaca o fato de que as atividades de pesquisa nas Universidades não correspondem à investigação científica, mas, na realidade, o rumo das pesquisas tem sido decidido, em sua maioria, pelas fontes financiadores, reflexo da ausência do estado no financiamento do ensino superior e da presença do mercado na mesma.

Porém, deixar que esse financiamento seja mérito do mercado significa atrofiar e esquartejar as áreas de pesquisas fundamentais e conseqüentemente amordaçar o Estado Constitucional. A exemplo disso, temos a disparidade gigantesca de financiamentos de pesquisas das áreas de tecnologia e humanas, parecendo essas áreas, muitas vezes, não serem de uma mesma universidade, em detrimento do que cada área pode oferecer para o mercado.

Nesse sentido, é preciso repensar a informação científica como bem social e não como produto a ser “vendido” pelas universidades através de fontes financiadoras, que, muitas vezes não compactuam com os objetivos das Universidades enquanto fomentadoras da sociedade de suas demandas sociais.

A informação e o conhecimento, frutos das pesquisas realizadas no âmbito

das Universidades, devem em tese, serem matéria-prima para o desenvolvimento das demandas sociais. A exemplo disso, é através do ensino, da pesquisa e da extensão que a Universidade atua diretamente na sociedade.

Em meio a essa discussão, é preciso, repensar em como a produção e a literatura científica das universidades estão sendo geridas de maneira a promover a democratização do acesso e a disseminação dessas informações na comunidade científica, de maneira a desenvolver efetivamente a sociedade do conhecimento, uma vez que a informação produzida dentro do ambiente acadêmico é sobretudo um bem social, um direito de todos, insumo principal para o desenvolvimento local e nacional na promoção do conhecimento.

### ***3.4.2 A Democratização do acesso a informação na reprodução da Sociedade do Conhecimento***

Sim, a informação científica é, por consenso, o principal insumo para o desenvolvimento tecnológico e científico de uma sociedade e nesse contexto a comunicação científica é uma forma de transferência de informação e construção do conhecimento que nasce de uma dupla necessidade, por um lado a de quem deseja conhecer os avanços da ciência e por outro a de quem quer comunicar à comunidade os achados e resultados de pesquisas e/ou estudos dos diversos temas que envolvem a ciência (BINOTTO e DINIZ, 2007, p.1).

Há na comunidade científica os meios formais e informais de comunicação da literatura científica, sendo o meio informal da divulgação de seus primeiros resultados, as reuniões e seminários, estabelecendo-se pela publicação de seus resultados nos canais formais, principalmente nos periódicos.

A divulgação científica formal acontece através da escrita veiculada em periódicos, livros, relatórios técnicos, entre outros recursos. Sua principal vantagem é a permanência da publicação o que facilita sua recuperação e localização depois de longos períodos de tempo (MACHADO *apud* BINOTTO E DINIZ, 2007). Sendo a preservação dessas informações, fundamental para o avanço do conhecimento e da ciência.

Com a globalização e a rapidez das transações em todos os aspectos a nível

mundial, principalmente com o advento da internet, a informação passa a ser propagada de maneira rápida, a internet traz uma nova dinâmica informacional, a produção e consumo da informação se tornam cada vez mais velozes e a reorganização dessas informações passam a ser necessárias dentro da comunidade científica.

A sociedade da informação é a nova maneira em como a sociedade lida com esse fluxo informacional e como essas informações são transformadas em conhecimento e conseqüentemente em desenvolvimento e competitividade. A reprodução da sociedade do conhecimento está diretamente ligada à forma em como a informação é utilizada e como é disseminada, permitindo que o acesso seja democrático e construtivo.

A grande revolução da informação científica, foi, sem dúvida, através do surgimento dos periódicos eletrônicos, essa nova dinâmica ocasionou uma verdadeira explosão bibliográfica que envolveu diversos atores, desde o pesquisador até os profissionais da informação, entre eles, os bibliotecários e no contexto da Universidade, as Bibliotecas Universitárias, mas sobretudo o usuário dessas informações, sejam eles alunos ou pesquisadores, que constituem a comunidade acadêmica.

Antes da internet, eram considerados problemas informacionais os grandes custos das assinaturas de revistas científicas, o armazenamento dessas coleções, em detrimento da falta de espaço, dentre outros problemas recorrentes. Entretanto, a internet ao propiciar o acesso a essas informações de maneira digital e com custos brutalmente menores, provocou uma verdadeira revolução informacional no meio acadêmico.

Num mundo globalizado, como bem levanta Binotto e Diniz (2007), “barreiras foram derrubadas, distâncias encurtadas, paradigmas quebrados, atitudes, hábitos e comportamentos modificados. Se, por um lado, encontrou-se a solução para uma variedade de pendências, por outro lado, muitos problemas emergiram. ”

Dentre esses problemas, está em evidência o acesso a essas informações. A Biblioteca Universitária, nesse contexto, é um ator importante a ser considerado, pois esse é o seu papel: prover a informação em todos os seus formatos, contribuindo com o tripé universitário, atuando na organização e disseminação das informações produzidas em suas instituições e promovendo a democratização do



acesso da literatura científica na comunidade a qual serve.

Atualmente o grande fomentador da informação científica no Brasil é o Portal de Periódicos da Capes e a nível institucional, os repositórios institucionais, ambos são grandes bancos informacionais de grande importância e expressividade na promoção da sociedade do conhecimento, entretanto há atualmente grandes dificuldades na promoção do acesso a essas informações, seja por falta de incentivos e investimentos, seja pela ausência de uma gestão informacional que atue diretamente nessa problemática.

A exemplo disso, temos a subutilização do Portal de Periódicos da Capes. Atualmente na UFPB, existe apenas um bibliotecário treinado pela Capes para ofertar os treinamentos para utilização do Portal. Muitos alunos e professores sequer conhecem essa ferramenta de tão grande importância para comunicação da informação científica fidedigna que abarca em si mais de 20 mil periódicos revisados por pares.

No evento de comemoração dos 10 anos do Portal, o professor Sergio Verjovski Almeida, do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, fala das dificuldades do acesso à informação em sua época, da restrição das publicações científicas, que era impressas e destaca “O Portal é um dos principais responsáveis pelo aumento da produção científica brasileira que vimos na última década<sup>7</sup>.”

Quanto ao Repositório, que tem como objetivo o armazenamento, organização e promoção do acesso a toda produção científica de uma instituição de ensino superior, na UFPB publica-se pouco, seja por falta de pessoal treinado, seja por falta de estrutura física para alocação dos equipamentos necessários para armazenar esses bancos de dados.

Diante de problemas estruturais, gerenciais e especialmente da falta de investimentos na promoção do acesso, as instituições perdem visibilidade e o conhecimento produzido resume-se em um elemento isolado e inacessível.

A globalização aprofundou os processos de internacionalização, sobretudo a integração política, econômica, cultural e social entre as nações, e como

---

<sup>7</sup> Democratização do acesso à informação científica é a marca dos dez anos do Portal de Periódicos . Acesso em: <http://www.ufg.br/n/58148-democratizacao-do-acesso-a-informacao-cientifica-e-a-marca-dos-dez-anos-do-portal-de-periodicos>,

consequência desse contínuo processo, as organizações precisam que suas práticas sejam cada vez mais aperfeiçoadas e ajustados a essa nova realidade.

Com a Globalização, a sociedade tornou-se mais competitiva e a informação nesse contexto é um elemento decisivo para tomada de decisões e determinante para a competitividade. Nesse contexto, o fluxo informacional é cada vez maior, a produção e o consumo de informações idem, tornando o acesso às informações um fator estratégico para uma organização, mas sobretudo para uma sociedade como um todo.

Neste sentido, a falta de informação, à falta de apoio institucional, à ausência de uma cultura de compartilhamento por meios digitais entre amplos setores da comunidade acadêmica, e à falta de uma política institucional de fomento ainda são barreiras que dificultam o acesso à informação científica de qualidade e de acessibilidade a todos (Binotto e Diniz, 2007).

A partir dessa perspectiva, enxergamos mais claramente a importância da promoção da produção científica e a democratização do seu acesso em especial no meio acadêmico, como mola propulsora do desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação, e sobretudo, a necessidade de trazer à tona essa problemática para dentro das Universidades, das Ciências da Informação e como o Estado tem contribuído para que a informação seja tratada em todas as duas etapas, desde a sua construção por meios informais, até seu armazenamento e divulgação nos meios científicos.

Faz-se necessário que o debate seja colocado em discussão, o acesso aberto através dos repositórios sejam fomentados e as Bibliotecas Universitárias sejam vistas como importante mecanismo de democratização do acesso a essas informações, considerando, sobretudo, a importância dessas unidades de apoio ao ensino para o avanço do conhecimento.

Como bem sublinha Binotto e Diniz (2007) é importante não somente o fomento e investimento no desenvolvimento científico e tecnológico, mas também a democratização e o direcionamento da ciência e tecnologia para o atendimento das demandas locais, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais do país, demandando uma ação sistêmica na educação, com políticas de acesso e qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, da alfabetização à pós-graduação, e é através da promoção de uma sociedade do conhecimento, com

acesso à informação científica de qualidade que o avanço da ciência e seus desdobramentos na sociedade se torna possível.

#### ***3.4.4 O papel do bibliotecário como mediador da informação no ambiente universitário***

As Bibliotecas Universitárias são, ou deveriam ser, o maior expoente de acesso ao conhecimento dentro do ambiente universitário, e o bibliotecário, enquanto profissional dotado de competência informacional o bastante para gerir e apoiar a promoção do acesso à informação, é, ou deveria ser, um importante ator a ser considerado nesse processo, sobretudo através de uma postura ética de compromisso e responsabilidade, através do seu papel e da sua função dentro desse contexto.

Entretanto, esse novo paradigma traz à tona uma questão pertinente a ser compreendida, uma vez que em detrimento de todo esforço, o profissional não se constitui um elemento isolado nesse processo: a participação e as mudanças culturais necessárias que possibilitará aos profissionais atuarem de maneira ética em seus propósitos, nesse sentido, Stumpf (2010) bem coloca a importância de realizar as mudanças culturais necessárias que possibilitarão às organizações seguir valores éticos, capazes de produzir a adoção de novos paradigmas e modelos administrativos, tudo isso orientado por uma abordagem sistêmica das organizações onde os objetivos globais, de grupo e individuais possam estar em contínua inter-relação.

Para gerir a informação num contexto dessa envergadura, com a necessária fundamentação e legitimidade ética, é preciso fazer uso de recursos e instrumentos dialógicos, com o objetivo de garantir a participação e contribuição dos diferentes públicos nas mudanças estruturais pelas quais quaisquer organizações precisa passar.

A ideia de uma concepção discursiva, deliberativa e comunicativa inaugurada por Habermas, contextualiza a participação ativa dos atores envolvidos no processo de transformação social, através da informação, especialmente dentro do um ambiente universitário.

Habermas e sua Teoria da Ação comunicativa, coloca a linguagem como

elemento central de toda comunicação. Essa concepção aplicada à mediação da informação, se dá, essencialmente pela própria natureza comunicativa nas relações bibliotecário/usuário, relação essa que precisa ser retroalimentada em função do seu aperfeiçoamento frente às necessidades desses usuário, ou seja, é através dessa concepção *Habersiana*, principalmente através de sua proposta colaborativa e dialógica, que é possível criar um ambiente favorável que contribua para transformação da realidade das pessoas, através de uma mediação eficaz por meio de uma comunicação efetiva.

Nesse contexto, Santos(2012) muito bem coloca a necessidade da transformação da Biblioteca Universitária, tendo ela que estar preparada para suprir as necessidades informacionais dos seus usuários, auxiliando-os no desenvolvimento de sua competência informacional, que a biblioteca cumprirá seu papel mediador na era da informação. Nesse sentido, principalmente acerca da participação ativa de todos os atores envolvidos:

Os bibliotecários ao analisarem e avaliarem a ação comunicativa que realizam em seu espaço e desenvolver atividades que ampliem a interlocução não apenas fortalecerá os laços entre os sujeitos, com a formação de redes sociais, como também poderá estimular os usuários a contribuírem ativamente com a biblioteca, a partir de reflexões sobre os serviços e produtos desenvolvidos nesse espaço. Essas atividades podem ser iniciadas por pequenas ações, a exemplo da realização de enquetes, ou mesmo um espaço de sugestão ou crítica em seu website, onde os usuários poderão comentar sobre os serviços desenvolvidos na biblioteca, como também apresentar possíveis soluções a problemas. Os usuários ao se posicionarem criticamente poderão desenvolver uma condição de autonomia, na medida em que serão agentes de transformação do espaço da biblioteca, sentindo-se colaboradores ativos e integrantes do processo de desenvolvimento das atividades desse espaço. Nesse processo, a biblioteca universitária, apresentar-se-á como um ambiente que acolhe os sujeitos, os seus desejos e expectativas, proporcionando a esses a oportunidade de sentir-se protagonista, na medida em que, contribui para mudanças no seu ambiente (SANTOS, 2012, p.27).

A interação entre bibliotecário e usuário torna possível a mediação da informação, mas é através da internalização do papel transformador que esse profissional possui, através de toda concepção ética acerca do compromisso, da responsabilidade e do dever, que ele atuará nesse processo de construção do conhecimento na comunidade a qual trabalha.

Para tanto, é preciso sair da zona de conforto de práticas arraigadas ao

tecnicismo e da neutralidade que não é mais compatível com o público, acerca disso, Sanches (2010) constata que apesar do reconhecimento do ideal, existe uma dissonância entre o ideal e o real, justamente por que muitas vezes o bibliotecário, preso às práticas tecnicistas comuns à área, se coloca numa posição neutra, focada ainda no suporte a informação, ignorando o fato que de muitas das técnicas e procedimentos aplicados no trato da informação não satisfazem as expectativas do seu usuário.

A autora traz uma resposta prática acerca dessa problemática comum há muitos ambientes, principalmente dentro das bibliotecas universitárias:

Isso ocorre porque **não há um processo de reflexão** as práticas exercidas dentro das unidades da informação, acarretando deficiências decorrentes de alguns fatores, dos quais podemos destacar: uso de normas e padrões que não passam por periódicas avaliações para aferir sua adequação àquela realidade; falta de atualização profissional...[...]. (SANCHES, 2010, p.105) (grifo nosso)

Faz-se necessário colocar em debate o fazer bibliotecário nessa nova sociedade, uma vez que o trabalho desse profissional em particular na biblioteca universitária, serve de apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão. Esse compromisso frente a esse novo momento, perpassa as reflexões éticas do fazer, do dever, ao se posicionar de maneira ativa enquanto agente social, em prol da cidadania, comprometendo-se com o desenvolvimento da sociedade, reavaliando conceitos e práticas.

Para essa nova concepção, a mediação da informação traz um novo enfoque ao fazer bibliotecário, agora entendido como um mediador. Acerca da mediação:

Mediação da Informação é toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. [...] a mediação não estaria restrita apenas as atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário, em todo fazer desse profissional. (ALMEIDA JUNIOR apud SANCHES, 2010, p.109)

A mediação da informação muda a concepção neutra do bibliotecário técnico e passivo, para o bibliotecário ativo, integrado com a comunidade a qual o serve, promovendo esses espaços e sobretudo o compartilhamento da informação, intermediando os usuários com a informação em seus mais variados suportes,

adaptando interfaces desconhecidas, facilitando o acesso e construindo o senso de responsabilidade informacional sobretudo dentro da comunidade acadêmica.

Para que criar o ambiente favorável ao desenvolvimento dessas competências e tornar a biblioteca universitária mais que um mero espaço de armazenamento de livros, é preciso alinhar o planejamento da Universidade ao Planejamento dessas unidades, articulando-os com os instrumentos existentes, que fomentem a expansão desses espaços, em seus aspectos estruturais e de funcionamento, sem perder a qualidade.

Para tanto, faz-se necessário conhecer a visão que a Universidade tem da Biblioteca Universitária e como ela está inserida estrategicamente com os objetivos da Universidade. É partir dessa concepção que este estudo pretende trabalhar, e, portanto, a partir do próximo capítulo, iremos discorrer acerca do Planejamento da Universidade e como a Biblioteca Universitária está inserida nesse contexto.

## **4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA UFPB**

Pretende-se, neste capítulo, compreender um pouco da história da instituição na qual o Sistema de Bibliotecas está inserido, sobretudo os marcos históricos acerca do planejamento estratégico da Universidade e como, ao longo dos anos, a história da universidade foi sendo construída a partir do contexto do planejamento institucional, bem como considerar a criação da Biblioteca Universitária, a efetiva criação do Sistema de Bibliotecas nesse cenário e como esse sistema está estruturado atualmente.

### **4.1 O Planejamento Estratégico na UFPB: histórico e considerações**

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. Posteriormente, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Até então, não haviam práticas de planejamento na instituição, que passava por um momento de reestruturação e alocação das instalações, sendo suas atividades gerenciais prioritariamente para resoluções de problemas pontuais. Dentro desse contexto de imediatismo frente aos problemas que surgiam com “nascimento” da UFPB, em 1992, foi elaborado o Programa Emergencial de Ações da UFPB, primeiro documento que fazia referência à prática de planejamento institucional, entretanto, o documento tratava-se de um documento formal, que consistia em um programa emergencial para identificar as dificuldades e problemas recorrentes e apontar estratégias para resolução desses problemas, ou mesmo para minimizar os problemas estruturais e deficiências organizacionais existentes (CORREIA E BRAGA *apud* PROGRAMA EMERGENCIAL DE AÇÕES, 2012.)

Esse documento, apesar de não ter a robustez de um documento de planejamento estratégico consolidado nas práticas gerenciais, dava início a uma nova forma de gestão baseada no planejamento. Em 1993, o Plano Estratégico de

Ações foi elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento. O documento já apresentava importantes princípios de planejamento, voltado não só para o impacto futuro, análise estratégica, ameaças e oportunidades, como já apresentava um caráter participativo, tanto com o envolvimento da comunidade externa do Campus, como maior integração das Pró-Reitorias e centros acadêmicos.

Apesar de não haver mecanismos maduros de avaliação e acompanhamento das ações, o documento teve relevância no sentido de promover uma cultura de planejamento.

Datando de 1996, o PEP ( Planejamento Estratégico participativo) foi criado, dessa vez, há uma ruptura no processo de evolução da cultura de uma gestão de planejamento, uma vez que a construção do documento foi feita por um consultor externo que não conhecia a cultura organizacional da instituição, o que prejudicou a evolução do planejamento dentro da Universidade, porém, como todo passo adiante tem sua importância dentro de um processo, o documento teve sua relevância no que diz respeito a contribuição no sentido de que serviu para que as unidades e centros passassem a conhecer seus problemas e a se programarem melhor (CORREIA e BRAGA, 2012).

A estrutura da UFPB foi crescente e sua característica *multicampi* se destacava das demais universidades federais de ensino superior do país que, em geral, tinham suas atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade expressou-se por sua atuação em sete *campi* implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

No início de 2002, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete *campi*. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede em Campina Grande. A partir de então, a UFPB ficou composta legalmente pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, passando os demais *campi* (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) a serem incorporados pela UFCG.

Foi em meio ao desmembramento que foi criado o Planejamento Institucional da UFPB (2001-2004), que já apresentava elementos do planejamento estratégico. Apesar de ter pouca participação da comunidade, o que gerou dificuldades para sua implementação devido à pouca participação, o documento constitui-se um



importante documento para consulta dos gestores, mas sem a efetiva execução das ações propostas, por apresentar muito rico em informações que serviriam de base para tomada de decisões e para atender às exigências legais do MEC (CORREIA e BRAGA, 2012, p. 54).

No início de 2005 é lançado o primeiro PDI de fato da UFPB, mesma época em que foi criado mais um Campus no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2005-2008), foi o PDI que orientou a UFCG recentemente desmembrada até a criação do seu próprio PDI. A UFPB, apesar de já ter experimentado de diversas ações de planejamento, ainda não tinha uma cultura de planejamento atrelada à sua cultura organizacional, o que culminou numa apresentação de demandas pelos centros e por seus gestores, que acreditavam ser esse o caminho menos burocrático para o atendimento de seus problemas estruturais e pontuais, entretanto, por ser tratar de um documento articulado com dispositivos legais, o PDI 2005-2008, de certa forma, apresentou à Universidade que o planejamento é um caminho necessário e que não havia mais espaço para o improviso.

No período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (2005-2008), a UFPB, no segundo semestre de 2007, apresenta seu plano de adesão ao REUNI, o que garantiria parte dos recursos para o ano de 2008, que num cenário de precariedade de recursos ainda remanescente da reforma do aparelho do estado, surgia como a redenção da universidade (SOUZA e CARVALHO, 2012).

Junto com o REUNI, vinha o desafio de planejar uma universidade para esse novo contexto de expansão na qual a grande maioria das IES brasileiras não estavam preparadas. O Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2012) é criado em um cenário diferente, novos alunos, ampliação do corpo de servidores, renovando as práticas funcionais, uma universidade em franca expansão e todos os problemas atrelados a um novo momento.

O PDI 2009-2012 apresentou as diretrizes gerais, os eixos das políticas de ensino, pesquisa e extensão, com base nas diretrizes do PDI 2005-2008, tomando como referência as recomendações do Ministério da Educação e Cultura (CORREIA e BRAGA, 2012).

Até então, não haviam implementações de fato, resultantes dos

planejamentos anteriores e foi essa a maior contribuição do PDI 2005-2008, que seguindo a linha do planejamento situacional, integrou ação e execução das metas (CORREIA e BRAGA, 2012). Essencialmente pela formação de Câmaras Programáticas, que se tratavam de comitês como forma de operacionalização dos programas que visavam horizontalizar o processo de planejamento, evitando a verticalização excessiva que provocava o isolamento e alienação das unidades administrativas, tornando o planejamento estratégico da universidade cada vez mais participativo de democrático (CORREIA e BRAGA, 2012). O PDI em vigência é a versão 2014-2018.

#### **4.2 A Biblioteca Universitária no Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI): análise dos PDIS 2009-2012 e 2014-2018.**

A Biblioteca Central, dentro da estrutura organizacional da UFPB, trata-se de um órgão suplementar. Tanto no PDI de 2009-2012, quanto no 2014-2018, a Biblioteca é contemplada no Item “Infra Estrutura e Instalações Acadêmicas”. Em ambos, é apresentado um quadro quantitativo do acervo dividido entre Biblioteca Central e os centros, onde as bibliotecas setoriais estão inseridas.

É apresentada uma projeção orçamentária para aquisição de livros para o período de vigência dos PDIs, formas de atualização e expansão do acervo, oferecidos e metas para o período.

Ao longo dessa análise dos PDIs, é clara a expansão do território de atuação da Universidade, especialmente com a interiorização dos cursos, através do ensino a distância, bem como a expansão da dimensão territorial da estrutura *multicampi* entre os municípios onde há presença de Campus da UFPB, dessa forma, o quantitativo de alunos cresceu consideravelmente, especialmente após a adesão ao REUNI, que possibilitou o crescimento da Universidade em todos os aspectos.

Crescendo o quadro funcional docente e o número de alunos, é consequência inerente à expansão que o número da produção científica da Universidade apresente crescimento, conforme visto na dimensão econômica com a produção do conhecimento atual da UFPB e nesse sentido, há de se aceitar que deva existir mecanismos eficazes que apoiem o ensino e a pesquisa, desde a sua construção, até o seu armazenamento e divulgação. Nesse contexto, está a biblioteca.

Entretanto, é fato que a Biblioteca esteja presente em ambos os PDIs, apenas descritivamente. Não há nenhuma menção à expansão das bibliotecas setoriais, que compõem o Sistemoteca da UFPB, no que diz respeito, principalmente a previsão orçamentária para construção, ampliação e capital humano para a manutenção dessas unidades que funcionam atualmente de maneira precária, e que são requisitos fundamentais e de peso expressivo na avaliação do MEC para reconhecimento e conceitos dos cursos de graduação.

Nas metas traçadas para o Ensino e Pesquisa, não há qualquer menção às bibliotecas, ainda que no Ensino, apresente no seu primeiro item a “ampliação da infraestrutura física de salas de aula e laboratórios”, bem como as metas para a Pesquisa, que também não trazem qualquer menção às bibliotecas, enquanto importante unidade de apoio ao ensino de pesquisa, no que diz respeito ao apoio bibliográfico, fundamental na produção do conhecimento.

Como não existe no PDI as identificações com as áreas potenciais de ocupação e previsão orçamentária para expansão das bibliotecas setoriais, dentro do Item “Estrutura e Instalações Acadêmicas” e não consta em anexo qualquer menção a um Plano Diretor que contemple essa expansão, entende-se que essa deficiência seja grave no que diz respeito a legalidade das demandas das bibliotecas setoriais, principalmente no que diz respeito a sua expansão física, uma vez que diversas “Bibliotecas” setoriais não tem prédio próprio e funcionam em antigas salas de aula, que não contemplam as especificações necessárias para seu funcionamento adequado , ainda que essas especificações sejam exigências na avaliação do MEC para o reconhecimento e conceitos de cursos e do próprio regimento interno do Sistemoteca da UFPB.

É uma realidade que essa precariedade terá impacto significativo nas avaliações dos cursos, sendo a biblioteca, uma estrutura que serve de apoio para o ensino e pesquisa, e essencialmente seu acervo, que prioritariamente precisa estar em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos, disponíveis tanto para consulta, quanto para empréstimos domiciliar, alocados adequadamente, com pessoal qualificado para conduzir o processamento desses materiais e para orientar os alunos na sua busca e recuperação, quanto para fomentar o acesso à informação

científica dentro e fora da Universidade, contribuindo principalmente para o armazenamento e divulgação da produção acadêmica da Universidade, através dos repositórios institucionais, com o acesso à informação científica, através do Portal a Capes, repositórios institucionais e a informação científica em seus mais diversos suportes, atuando diretamente no que se refere a Missão da Universidade.

Para tanto, é preciso repensar a participação do sistema de bibliotecas em todas as etapas de construção do PDI, sendo ela parte fundamental de apoio ao tripé universitário, tornando o tema presente na agenda de discussão da construção do planejamento da universidade.

Diante de todas as observações pontuadas nesse item, é preciso destacar o papel dos profissionais bibliotecários e da própria gestão do Sistema e Bibliotecas, que precisam atuar juntos e estrategicamente, impondo-se como importantes atores no planejamento estratégico da instituição, a fim de se consolidar como um sistema de bibliotecas capaz de impactar positivamente em todos os processos de avaliação, e na execução das ações que tenham ligação direta com o ensino e a pesquisa, como órgão de apoio na construção do conhecimento, seu armazenamento e difusão, contribuindo diretamente no alcance da missão da Universidade.

### **4.3 O SISTEMOTECA da UFPB**

A Biblioteca Central foi criada através do Regimento da UFPB no ano de 1961, um ano após a federalização da UFPB, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, contudo, só a partir de 11 de agosto de 1967 que surgiram os primeiros passos para sua criação efetiva, sete anos após a criação da Universidade.

Nesse período a UFPB deu um passo decisivo para a implantação da Biblioteca Central Universitária, estabelecendo como obras prioritárias a construção do prédio, desde a primeira etapa de edificação do campus de João Pessoa.(UFPB)

A primeira proposta de Estruturação da Biblioteca Central foi elaborada pelo renomado Professor universitário e Bibliotecário Edson Nery da Fonseca, o projeto foi intitulado como "Teoria da Biblioteca Central". A construção foi iniciada, mas não foi concluída. Foi instalada provisoriamente numa pequena sala do Instituto de

Matemática, passando para a Biblioteca da Escola de Engenharia; posteriormente foi transferida para o prédio da antiga faculdade de educação e por fim para um edifício anexo ao da reitoria. (UFPB)

No final de 1976 teve início todo o processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, a partir da junção do acervo das treze Bibliotecas Setoriais, que existiam paralelamente à Biblioteca Central sem ainda formarem, de fato, um sistema integrado de Bibliotecas. (UFPB)

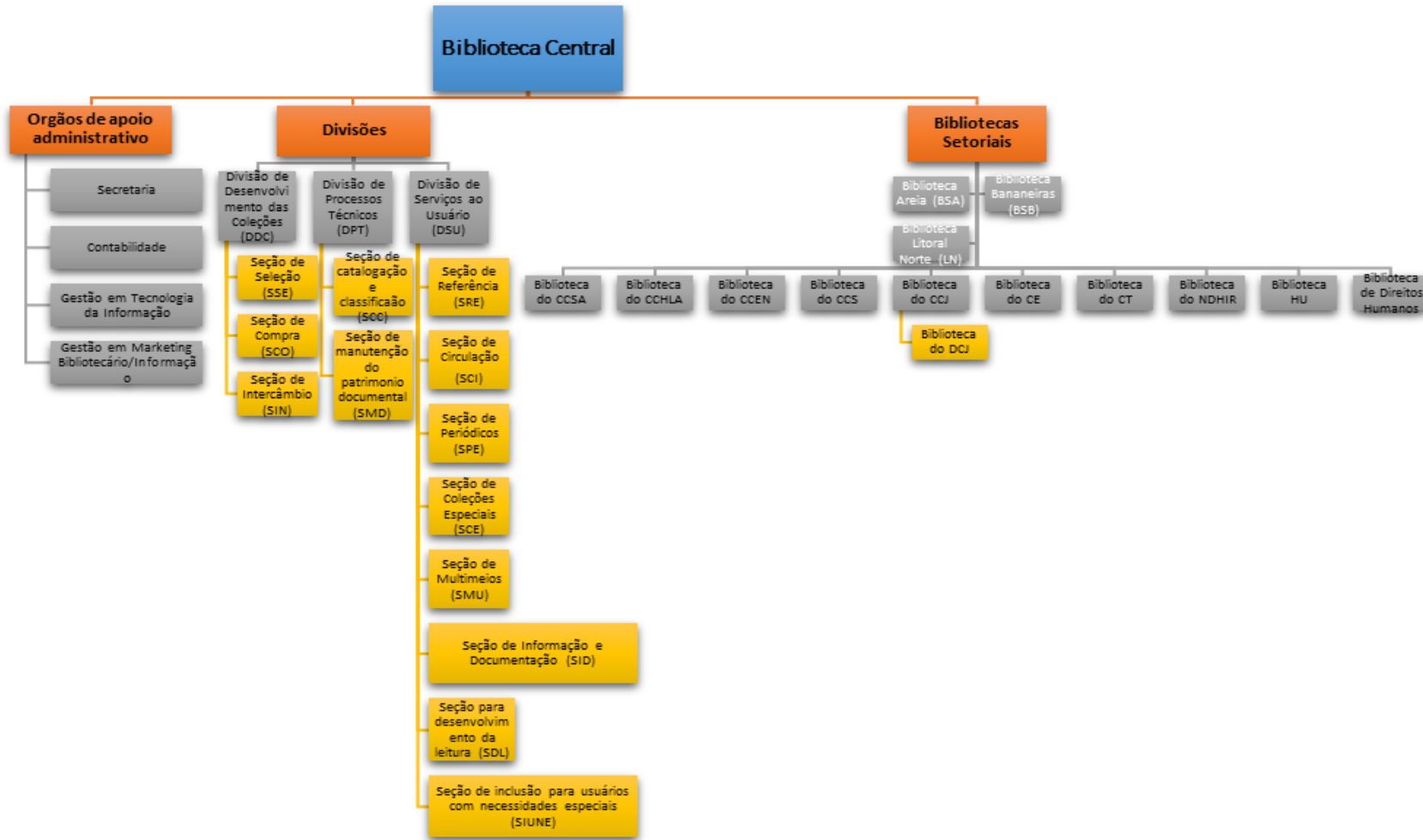
As primeiras ações para efetiva integralização do Sistema de Bibliotecas, foi a contratação de Bibliotecários, atualização do acervo de livros e periódicos, elaboração e aprovação do regulamento do Sistema de Bibliotecas, criação de novos serviços, automação dos técnicos, entre outros, culminando com a construção do prédio definitivo da Biblioteca Central com uma área construída de 8.500m<sup>2</sup>. (UFPB)

Em 1980 o regulamento do Sistema de Bibliotecas foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e possui seu regimento interno aprovado pela resolução de Consuni 31/2009.

Tal regimento é composto por 24 páginas, destinadas a descrição da natureza, estrutura e organização administrativa do Sistemoteca. Em seu art. 1º entende o Sistema de Bibliotecas como um conjunto de Bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, tendo como principal objetivo a unidade e a harmonia das atividades educacionais, científicas e culturais da UFPB, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. (RESOLUÇÃO 31/2009).

Sua estrutura administrativa é composta por Conselho Consultivo, Conselho de Coordenação Executiva, Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais. À Biblioteca Central compete a coordenação geral das atividades do Sistemoteca. Toda a estrutura da biblioteca pode ser compreendida através do organograma seguir:

**Figura 1 : Organograma do Sistemoteca da UFPB**



Fonte: Elaboração própria, baseado no Regimento 31/2009.

Conforme o organograma apresentado, a Biblioteca Central conta com quatro órgãos de apoio administrativo, três divisões que se subdividem em várias seções, e gere 14 bibliotecas setoriais. As descrições detalhadas das competências de cada órgão de apoio, Divisão e Seções, podem ser vistos no Regimento 31/2009 anexo à este trabalho

Quantos aos serviços disponíveis pela Biblioteca Central, estão o agendamento de auditório com capacidade para 50 pessoas, destinado a palestras, aulas, treinamentos, serviços importantes para integração da comunidade acadêmica, essencialmente para promoção do conhecimento e das competências informacionais dos discentes no que se diz respeito ao manejo das ferramentas bibliográficas, bases de dados, portais e demais eventos que integrem a comunidade acadêmica.

Orientações para publicação na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) coordenada pelo IBICT, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico, serviço fundamental para promoção do conhecimento e da sociedade da informação, ao promover a produção acadêmica à nível internacional, disponibilizando via internet todo conhecimento produzido pela Universidade à nível de Pós-Graduação, dando visibilidade à instituição e aos programas de pós da UFPB.

Doação de livros com prévia avaliação conforme os critérios estabelecidos pela biblioteca para o recebimento de doações, serviço que fomenta o desenvolvimento do acervo de todas as bibliotecas que compõem o Sistemoteca da UFPB.

Elaboração de ficha catalográfica que é o serviço de catalogação na fonte exigido pela UFPB para as monografias, TCCs, dissertações e teses de seus cursos de graduação e pós-graduação. A Biblioteca Central confecciona apenas as Fichas Catalográficas das Dissertações e Teses dos Programas de Pós-Graduação da UFPB e publicações da Editora Universitária, deixando a cargo das Bibliotecas Setoriais a confecção das Fichas Catalográficas das Monografias de Especialização e TCCs da Graduação.

Empréstimos de livros, orientações para o uso das normas da ABNT, orientação, treinamento e uso dos Portais de pesquisa e bases de dados existentes, seção de periódicos, visitas dirigidas, seção Braille, Comut<sup>8</sup> e Scad<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e das bibliotecas participantes que possibilita a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos, através do fornecimento de cópias de documentos indisponíveis na biblioteca de origem, respeitando os direitos autorais.

<sup>9</sup> O SCAD (Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos) é um serviço de fornecimento de documentos especializado em ciências da saúde e atuante na América Latina e Caribe, tendo por objetivo prover acesso a documentos exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, respeitando rigorosamente os direitos de autor. Este serviço é coordenado pela BIREME com a cooperação das bibliotecas integrantes da rede BVS. O SCAD disponibiliza os acervos das bibliotecas cooperantes do Serviço SCAD na América Latina. Além disso, o SCAD pode encaminhar pedidos ao DOCLINE (NLM).



## **5 ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS**

O presente capítulo tem como objetivo fundamentar a hipótese de que o Sistemoteca não tem sido contemplado no planejamento da UFPB de maneira efetiva, e como essa omissão tem impacto negativo na avaliação do ensino, mas sobretudo no enfraquecimento das bibliotecas setoriais, a partir de uma análise documental que contemplou vasta legislação, os 3 últimos relatórios de auto avaliação da UFPB, os dois últimos PDIs (analisados no capítulo anterior) e dos relatórios de avaliação dos cursos de graduação do Centro de Educação, bem como coleta de dados a partir do instrumento de pesquisa (questionário), aplicado ao corpo de bibliotecários.

Compreendemos que pode ser resultado da ausência de um Programa a nível nacional, que fomenta as ações de planejamento e articulem esse planejamento aos instrumentos institucionais, tendo assim, impacto significativo no que se diz respeito a avaliação do Ensino Superior (avaliação e conceitos atribuídos aos cursos de graduação na avaliação e reconhecimento dos cursos), mas sobretudo, até que ponto os instrumentos utilizados na Avaliação dessas unidades estão sendo realmente eficientes e contribuem para que haja, de fato, melhorias e mudanças positivas.

### **5.1 Análise dos Relatórios de Auto Avaliação 2010, 2013 e 2015.**

A fim de contemplar os Planos de Desenvolvimento Institucional referentes aos anos dos exercícios de 2009-2012 e 2014-2018 (PDIs analisados nessa pesquisa), foram analisados os relatórios<sup>10</sup> de auto avaliação dos anos de 2010, 2013 e 2015, com recorte da auto avaliação do sistema de bibliotecas, a fim de identificar como o Sistemoteca foi posto, auto avaliado, mas sobretudo como essa análise contribuiu de fato para o desenvolvimento do Sistemoteca da UFPB.

No relatório referente ao ano de 2010, a primeira menção ao sistema de bibliotecas se dá como sendo parte dos objetivos da UFPB no que se diz respeito ao

---

<sup>10</sup> Os relatórios de Autoavaliação foram feitos em etapas, separados por eixos e dimensões, sendo a Biblioteca contemplada nas versões de 2010, 2013 e 2014

desenvolvimento acadêmico-científico, sendo posto como objetivo de “Desenvolver a base organizacional, tecnológica e operacional do Sistema de Bibliotecas”.

A auto avaliação da Biblioteca está contextualizada no item 3.7 que contempla a dimensão 7 do SINAES (Estrutura física). De maneira global, foi identificado como ações realizadas, as reformas dos banheiros da biblioteca central bem como a reforma de apenas uma biblioteca setorial do DSE (CCEN), e também a Reestruturação de quadros e circuitos de Refrigeração da Biblioteca Setorial do CCEN, e a Reforma da Biblioteca do HU.

No que se diz respeito as licitações realizadas no ano de 2010 que contemplem a biblioteca, foi prevista a reforma da biblioteca central como sendo fonte de recurso o PDI (Conforme o quadro 14 do relatório).

Quanto à ampliação do acervo, prevista no PDI conforme previsão orçamentária, a meta de 4.210 exemplares, foi amplamente superada, atingindo um quantitativo de 14.704 exemplares.

Para fins dos resultados, segundo o relatório de auto avaliação da CPA, o sistema de bibliotecas da UFPB

[...] **encontram-se em condições satisfatórias de funcionamento** em termos de acervo, **climatização** e horário de atendimento e estão, em sua maioria, **adaptadas para o acesso de estudantes com necessidades especiais**, estando previstos tanto o aumento do número de bibliotecas quanto do acervo de livros nos dois próximos anos.[...] (RELATÓRIO..., 2014, p.70) (Grifo nosso).

Por fim, neste relatório, é prevista a ampliação do acervo em diversidade e quantidade de títulos para a biblioteca central e setoriais.

Dentre os três relatórios avaliados, o de 2013 foi o que a biblioteca central foi contemplada de maneira mais expressiva, tendo somente ela uma avaliação *in loco*, com relatório próprio.

Este relatório se utilizou de uma pesquisa documental que contemplou “os três tipos distintos de relatórios de avaliação externa: avaliação institucional, avaliação de cursos e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, com foco nos indicadores das Dimensões Infraestrutura”. (RELATORIO, 2013).

A biblioteca central foi auto avaliada a partir do aditamento do PDI 2009-2012, em 2013, como sendo parte da infraestrutura que abrigam a atividade-meio da

universidade, tendo como metodologia aplicada o Estudo de Caso, e enquanto resultado foi considerado que o cumprimento das metas ficou muito aquém do conceito satisfatório.

No item 5.3, o relatório faz menção detalhada das condições das bibliotecas setoriais por centro, enfatizando que as mesmas não possuem um sistema de segurança ou de seguro para os livros. Um dos centros considerados com “enormes deficiências infra estruturais” foi o Centro de Educação:

[...] a biblioteca setorial sem ventilação e com iluminação insuficiente, além da carência de acesso informatizado ao acervo. As bibliografias básica e complementar foram consideradas insuficientes e o acesso a equipamentos de informática também foi percebido como insatisfatório (RELATORIO, 2013, p.16).

Nos demais centros, no que se diz respeito a auto avaliação das bibliotecas, um problema comum encontrado em quase todas as bibliotecas setoriais foi a insuficiência de livros que contemplavam a bibliografia básica e complementar quanto a proporcionalidade exigida pelo MEC para reconhecimento dos cursos na avaliação *in loco*.

Aqui há um ponto importante a ser observado: ao tempo que a meta de ampliação do acervo em quantidades de exemplares é amplamente superada, passando de 4.210 exemplares e atingindo um quantitativo de 14.704, continua sendo um problema comum a quase todas as bibliotecas a insuficiência de livros que contemplem os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, problema apontado inclusive nos relatórios de avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação analisados nesse trabalho.

Na aplicação dos questionários, 58,3% dos bibliotecários apontaram como não existindo e 41,7% como sendo insuficiente uma Política de Desenvolvimento de Coleções. Também foi apontado por 83,3% dos bibliotecários como não havendo nenhuma articulação entre os professores e bibliotecários, a fim de definir as compras de livros que contemplem os projetos pedagógicos.

Continuando a análise do relatório, o item 5.4 traz uma importante análise documental baseada nos relatórios do ENADE de 2010 e 2011 no quesito de infraestrutura.

No sub-item 7 desta análise, que trata do percentual de estudantes que consideram atualizado o acervo da biblioteca, face às necessidades curriculares do curso:

De todos os aspectos avaliados pelos estudantes, este foi o que indicou maior deficiência. Em 2010, o maior percentual de estudantes que consideraram atualizado o acervo da biblioteca ocorreu no curso de Fisioterapia (32,6), ficando os resultados dos demais cursos muito abaixo deste. Em 2011, os estudantes embora com menor intensidade, mantiveram a avaliação desse aspecto como bastante precário, uma vez que os percentuais de estudantes que consideraram os acervos atualizados ficaram bem abaixo de 50, com exceção do curso de Química-Licenciatura (64,3), **fato que denota a necessidade de urgentes providências por parte da IES, para a melhoria dos acervos das bibliotecas.** (RELATORIO, 2013, p.21) (Grifo nosso).

O relatório da dimensão 7 com base no questionário aplicado à comunidade acadêmica na UFPB, no período de outubro e novembro de 2013, constituindo uma amostra de 4.155 respondentes, sendo 56,7% discentes, 23,1% docentes e 14,8% servidores técnicos-administrativos, expressou, portanto, a percepção da maioria da comunidade acadêmica sobre os diversos indicadores que compõem o instrumento de avaliação.

Essa análise de indicadores por centro, trouxe bastante respostas ao que se diz respeito às bibliotecas setoriais e como elas são percebidas dentro da comunidade acadêmica. O quadro abaixo faz um resumo simples dos indicadores referentes as bibliotecas setoriais dos centros pesquisados, a saber, foram consideradas nas dimensões das bibliotecas: condições de luminosidade, acústica, mobiliário, equipamentos, limpeza, assim como acesso à rede de comunicação.

Foram também considerados aspectos referentes ao acervo de bibliografias básicas e complementares. O quadro a seguir não especifica os indicadores por área, mas traz uma visão geral acerca da percepção das bibliotecas setoriais pela comunidade acadêmica, perpassando entre os conceitos definidos entre péssimo e excelente, apresentando ainda a possibilidade de resposta de não conhecimento da existência da biblioteca setorial. Os indicadores detalhados por centro estão disponíveis no Relatório de Autoavaliação do ano de 2013.

**Quadro 8:** Visão geral dos indicadores por centro com ênfase nos critérios estabelecidos para as bibliotecas setoriais.

	Não existente	Péssimo	Insuficiente	Regular	Suficiente	Boa	Excelente
<b>CBIOTEC</b>	■		■				
<b>CCA</b>			■	■			
<b>CCAE</b>			■	■			
<b>CCEN</b>				■		■	
<b>CCHLA</b>			■	■			
<b>CCHSA</b>				■			
<b>CCJ</b>				■		■	
<b>CCM</b>				■		■	
<b>CCS</b>				■			
<b>CCSA</b>		■	■	■			
<b>CCTA</b>		■	■				
<b>CE</b>			■	■			
<b>CEAR</b>	■		■	■			
<b>CI</b>				■			
<b>CT</b>				■		■	
<b>CTDR</b>				■		■	

Fonte: elaboração própria, baseado no relatório de Autoavaliação 2013.

Percebe-se que, em sua maioria, a comunidade acadêmica classifica as bibliotecas setoriais entre insuficiente e regular, e a inexistência de uma classificação considerada excelente. Essa análise visou, sobretudo, elaborar um perfil fidedigno da infraestrutura da instituição a partir do corpo acadêmico, o que constitui uma importante análise do público para o qual a biblioteca existe.

Como citado anteriormente, o relatório de auto avaliação 2013, no item 5.7, apresenta um relatório específico da Biblioteca Central, através de uma pesquisa *in loco*, com o objetivo de avaliar a infraestrutura da biblioteca com perguntas que versaram sobre os seguintes aspectos: atendimento ao público, acervo de obras, página na internet, serviços disponibilizados pela BC, áreas comuns de estudo/consulta, condições físicas de iluminação e do mobiliário, condições sanitárias e condições de segurança.

A pesquisa foi realizada pelos pesquisadores da CPA nas dependências da BC. Foram aplicados 60 questionários respondidos por discentes e servidores, além da própria observação dos pesquisadores, que também avaliaram as condições da BC durante a visita.

Com base nos resultados, a comissão avaliadora apresenta de maneira sintética, as possibilidades e fragilidades destacadas a partir das análises documentais, bem como as pesquisas de campo e o conjunto de respostas aos instrumentos de avaliação aplicados na comunidade acadêmica.

No tocante ao sistema de bibliotecas, inseridas na análise da dimensão 7, foram consideradas como possibilidades e potencialidades os níveis de conforto dos espaços destinados às bibliotecas bem como a reestruturação dos serviços das mesmas.

Enquanto fragilidades, foram elencados os seguintes aspectos

- a) Acervo da Biblioteca Central deficitário em quantidade e qualidade;
- b) Acervo das bibliotecas setoriais deficitário em quantidade e qualidade;
- c) faltam boas condições para a conservação do acervo;
- d) Acervos carentes de atualização;
- e) Carência numérica de títulos da Bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação. (RELATORIO, 2013, p.49.)

Por fim, enquanto resultado global da auto avaliação do sistema de bibliotecas, foi considerado como apresentando carências sérias de infraestrutura, falta de instalações compatíveis com o seu uso, de acervo atualizado e compatível com as bibliografias básicas e complementares dos cursos, de número de volumes compatível com a demanda dos usuários e de instalação de rede de comunicação eficiente.

O relatório de 2014 contemplou apenas os eixos 1 e 4, sendo a biblioteca auto avaliada no relatório do ano de 2015, onde os demais eixos (2, 3, 5) foram analisados de maneira separadas, portanto, os relatórios de 2014 e 2015 formam um único relatório de Auto avaliação da UFPB.

Entretanto, nesse instrumento, é observado que no item 6, referente ao processo avaliativo da infraestrutura da instituição, o sistema de bibliotecas, incluindo biblioteca central e bibliotecas setoriais, não são mencionados em nenhum momento da avaliação, sendo considerado como parte integrante da infraestrutura institucional da UFPB apenas os laboratórios existentes no Campus I, afirmando que o eixo avaliado tem como foco a verificação dos mesmos, ignorando por completo o Sistemoteca da UFPB, ainda que no texto seja mencionado que os centros foram visitados para conclusão da pesquisa.

## 5.2 Análise dos dados coletados nos questionários

Para corroborar com a pesquisa, foi aplicado um questionário de 31 perguntas objetivas, através do Google Docs, as perguntas foram feitas baseadas no instrumento de avaliação externa das instituições de ensino superior, onde as respostas foram articuladas diretamente com os critérios estabelecidos pelo MEC para atribuição dos conceitos ( de 1 a 5), sendo assim, as respostas são a representação direta desses conceitos, a partir da avaliação dos bibliotecários, para fim de uma análise comparativa, concluindo assim um dos objetivos específicos da presente pesquisa.

O questionário foi aplicado à todos os bibliotecários das setoriais, e da Biblioteca Central, a fim de contemplar o número máximo de bibliotecas que compõem o Sistemoteca da UFPB em sua diversidade.

O questionário permaneceu disponível para recebimento de respostas durante 30 dias e com articulação da pesquisadora com os possíveis pesquisados, a fim de promover o maior número de respostas possíveis. Ao longo desse período, foram coletadas respostas das gestões das seguintes bibliotecas: Biblioteca do CCJ , Biblioteca do DCJ Santa Rita, Biblioteca CCHSA (Chã) Campus III Bananeiras, Biblioteca do CCSA, Biblioteca do CTDR, Biblioteca do Centro de Educação, Biblioteca do CCS, Biblioteca do CCA, Campus II Areia e Biblioteca Central.

A dificuldade inicial de conseguir os contatos de todos os bibliotecários foi um primeiro obstáculo à pesquisa, uma vez que não existia uma lista atualizada de todos os bibliotecários, partindo a pesquisadora do ponto de partida dos e-mails recebidos pela biblioteca central, destinada as setoriais, onde a lista de e-mails não correspondia ao universo de bibliotecários.

A pesquisadora foi pessoalmente em algumas bibliotecas, a fim de se certificar do recebimento do e-mail, bem como ratificar a importância da resposta ao questionário. Através de um grupo no Whatsapp, criado logo após a posse da nova gestão do Sistemoteca, foi possível entrar em contato com todos os bibliotecários, porém, ainda assim, nem todos os bibliotecários atenderam ao pedido da pesquisadora, o que se desenhava, na visão da pesquisadora, falta de interesse e integração dos profissionais em prol do Sistemoteca, uma vez que foi exposta todos

as motivações da pesquisa e sua contribuição para a mudança da realidade do Sistemoteca.

Entretanto, a partir das respostas coletadas, pode-se dizer que, o universo pesquisado contemplou, a nível de amostragem, de maneira global o Sistemoteca da UFPB ao reunir respostas de bibliotecas setoriais dos 3 campi existentes.

Por ser baseado no instrumento do SINAES, e a fim de contemplar também a questão do planejamento do Sistemoteca dentro do PDI, o questionário foi dividido em eixos temáticos e serão analisados também dentro dessa perspectiva.

- Estrutura Física

No eixo temático “Estrutura Física”, as perguntas consideram de maneira sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.

Nesse eixo, foram realizadas 14, das 31 perguntas aplicadas. De maneira global, foi verificado que a maioria das bibliotecas ( 66.7%) consideram a infraestrutura das bibliotecas de maneira insuficiente, o que corresponde, dentro dos conceitos do MEC, conceito 2 aos cursos avaliados. As dimensões destinadas às bibliotecas, espaço físico, limpeza, ventilação, segurança, conservação do acervo, atendimento educacional especializado e instalações do acervo também foram considerados insuficientes em sua maioria.

Também sendo importante critério a ser avaliado pelo MEC, a existência de ambientes de estudos individuais e em grupo, foram considerados inexistentes na maioria das bibliotecas pesquisadas (66.7%), o que corresponde ao conceito 1 atribuído pelo MEC.

Ainda nessa perspectiva, 50% dos servidores consideram, em sua maioria, o espaço destinado ao trabalho técnico como insuficiente, e para 63.6% dos pesquisados, a biblioteca não consta e nem está articulada com nenhum plano de expansão física do centro a qual está inserida.



- Serviços e informatização

No eixo temático “Serviços e informatização”, as perguntas consideram de maneira sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

Para esse eixo temático foram destinadas 6 perguntas, das 31 aplicadas. Para maioria (75%), os profissionais existentes nas bibliotecas são insuficientes para a demanda de serviços técnicos especializados, bem como o acesso à internet, e a informatização do acervo.

A menor divergência de resultados, foi quanto ao horários de funcionamento das bibliotecas, pois praticamente todas as bibliotecas atendem de maneira satisfatória a excelente os horários de aulas do centro a qual está inserida.

- Plano de Atualização do Acervo

No eixo temático “Plano de Atualização do Acervo”, as perguntas consideram de maneira sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

Para este eixo, foram aplicadas 5, das 31 perguntas. 53.3% dos pesquisados afirmam não haver nenhum plano de atualização do acervo, o que é um grave problema, pois impacta diretamente a avaliação e reconhecimento dos cursos *in loco*, uma vez que são analisadas a atualização e proporcionalidades de bibliografias básicas e complementares das disciplinas.

Ainda nessa perspectiva, 83.3% dos pesquisados afirmaram que não existe nenhuma articulação entre os bibliotecários e os professores, a fim de definirem os títulos a serem adquiridos, o que reflete inquestionavelmente na boa gestão dos recursos para compra de livros e na avaliação dos cursos quanto ao acervo de bibliografia básica e complementar, uma vez que não é atribuição do bibliotecário definir os títulos utilizados nas disciplinas e cadastrados no E-MEC.

Como agravamento desse problema, apenas 8.3% das respostas consideram que os professores respondem em tempo hábil as demandas dos bibliotecários quanto ao envio de bibliografias básicas e complementares, a fim de concluir o

processo de aquisição de livros para biblioteca. Como reflexo dessa problemática, 100% dos pesquisados consideram a aquisição de livros em suas bibliotecas insuficientes.

- Planejamento Institucional

No eixo temático “Planejamento Institucional”, as perguntas consideram de maneira sistêmica e global, os aspectos: conhecimento do plano, participação nas ações de planejamento, coerência e alocação de recursos para o Sistemoteca no PDI.

Para este último eixo analisado, foram aplicadas 6 das 31 perguntas. 100% dos pesquisados afirmam conhecer o PDI da instituição, entretanto apenas 50% afirmam terem contribuído para sua construção.

Para grande maioria, não há planejamento da biblioteca na qual trabalha, num universo de 100%, 41,7% consideram que não há coerência entre o PDI e a alocação de recursos para biblioteca, 58,3% consideram que há coerência, mas de maneira insuficiente.

Para finalizar a pesquisa, a última pergunta foi: “Com base nas suas respostas, a Biblioteca na qual você trabalha, está preparada para receber a comissão do MEC ser avaliada? 66,7% dos bibliotecários consideram que suas bibliotecas não estão preparadas para o processo de avaliação do MEC.

### **5.3 Análise dos relatórios dos cursos de graduação.**

O recorte dado para a análise dos relatórios de avaliação, foi baseado no resultado da coleta de dados do questionário aplicado nas bibliotecas setoriais, bem como o resultado do relatório de auto avaliação de 2013, que apontou a Biblioteca do CE com maior deficiência em todos os aspectos estruturais.

Escolheu-se o Centro de Educação por possuir os resultados mais alarmantes em todas as respostas, sendo considerada a biblioteca mais carente de infraestrutura para o funcionamento adequado dos seus serviços. Diante disso,

pensou-se em analisar o impacto da ausência de uma estrutura adequada na avaliação de reconhecimento dos cursos de graduação existentes no CE.

Foram analisados os relatórios dos cursos de ciências das religiões (Licenciatura), Pedagogia, Psicopedagogia do ano de 2013 e Ciências das Religiões do ano de 2015, todos disponíveis no site da CPA da UFPB, para acesso público.

Todos os relatórios foram construídos com base no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso, classificada a avaliação como do tipo de Regulação.

Será considerada a Dimensão 3 (Estrutura Física/Infraestrutura), com ênfase nas condições avaliadas da Biblioteca Setorial, para análise conjunta dos relatórios.

- Ciências das Religiões (Licenciatura)

Para fins de avaliação deste curso, foi considerado enquanto estrutura de apoio a Biblioteca Central, seus 138 mil exemplares, tanto em formato físico quanto digital, o banco de teses e dissertações disponíveis aos discentes. A biblioteca setorial do CE foi considerada na avaliação, citado seu acervo numérico e a proporcionalidade do exemplares no que se refere à bibliografia básica e complementar. A nota atribuída ao curso na Dimensão 3 foi: 4.0

- Pedagogia

Para fins de avaliação deste curso, foi considerada a proporcionalidade do acervo da bibliografia básica e complementar da Biblioteca Central. A biblioteca setorial ao ser avaliada foi considerada carente de ventilação, luminosidade, acesso informatizado pelos alunos, quantidade de livros e títulos insuficientes com acesso virtual apenas na Biblioteca Central. A nota atribuída ao curso nesta dimensão foi: 2

- Psicopedagogia

Para fins de avaliação deste curso, foram consideradas as duas bibliotecas disponíveis aos alunos: Biblioteca Central e a Biblioteca Setorial, como sendo a biblioteca que atende diretamente os alunos do Centro de Educação. Na avaliação, é destacado o espaço físico como sendo insatisfatórias, destacando a biblioteca setorial como existindo “numa sala de aproximadamente 80m<sup>2</sup>, cujo espaço é dividido entre o acervo e três mesas para estudo em grupo, não havendo espaço para estudos individuais”. Considerou-se nessa avaliação a proporcionalidade do acervo para bibliografia básica e complementar insuficientes e necessitando de adequações para atender “ de maneira plena às demandas do curso”. A nota atribuída ao curso nesta dimensão foi: 2.8

- Ciências das Religiões

Para fins de avaliação deste curso, foi considerado o Sistema de Bibliotecas – interligados on line e utilizando o sistema SIGAA, entretanto, considerou como ainda não implantado em todas as bibliotecas. A biblioteca setorial do CE foi considerada como biblioteca que atende diretamente ao curso e como sendo a que os alunos dão preferência. A acessibilidade foi considerada, apenas, da Biblioteca Central, bem como a proporcionalidade dos exemplares. Destacou-se também, nesta avaliação, a adequação e manutenção do espaços da Biblioteca Central. A nota atribuída ao curso nesta dimensão foi: 3.9

#### **5.4 Análise conjunta dos dados: considerações, proposições e orientações**

No que se diz respeito a análise dos relatórios dos cursos e as respectivas notas atribuídas na dimensão 3, especialmente no tocante da biblioteca setorial, é preciso considerar inúmeros aspectos, a começar pela falta de uniformidade na avaliação de um mesmo ambiente.

Notou-se que o critério utilizado nessa etapa da avaliação foi diferente em

todos os relatórios. Sobretudo a saída emergencial dos cursos para utilização da Biblioteca Central enquanto infraestrutura pertencente ao Centro, que não é.

É importante lembrar que a Biblioteca Central é uma Unidade centralizadora de um sistema como um todo, podendo sim ser utilizada por toda a comunidade acadêmica, entretanto, a biblioteca setorial serve de apoio direcionado e especializado à comunidade do centro na qual está inserida, sendo ela avaliada e considerada enquanto parte da estrutura do centro e do curso que está sendo avaliado.

Foi observado, também, que apenas na avaliação dos cursos de Pedagogia e Psicopedagogia foram elencados de maneira mais expressiva as condições físicas da biblioteca quanto a insuficiência de suas condições para atender às demandas necessárias, e tendo esses dois cursos as notas mais baixas na Dimensão avaliada, recebendo o conceito 2.0 e 2.8 respectivamente, que corresponde aos conceitos de insuficiência dos serviços.

Outra questão observada na avaliação do curso de ciências das religiões, foi o ponto da acessibilidade ser considerado apenas no âmbito da biblioteca central, sendo a biblioteca setorial, objeto da avaliação, desconsiderada neste quesito.

No que se diz respeito a avaliação dos relatórios de auto avaliação dos anos de 2010, 2013 e 2015, foi percebido um retrocesso no tocante ao sistema de bibliotecas, uma vez que as versões de 2010 e principalmente a de 2013 versam de maneira expressiva as bibliotecas enquanto sistema, suas deficiências e necessidades, com vistas a superação das mesmas, no Plano de Desenvolvimento Institucional posterior ao relatório, enquanto que, no documento de 2015, o sistema de bibliotecas é sequer mencionado.

O relatório de 2015 justifica as dificuldades no processo de auto avaliação ao período de greve ocorrida naquele ano, entretanto, cabe ressaltar que, o relatório anterior ampliou a avaliação através de uma análise documental entre dos distintos instrumentos que subsidiou uma importante análise das fragilidades das dimensões avaliadas naquele período.

Vale ressaltar, também, que ainda que o período de greve tenha trazido prejuízos ao processo de avaliação, não foram considerados os dados dos relatórios anteriores, e o sistema de bibliotecas nem mesmo foi citado nesse documento, ainda que a nível descritivo, sem estabelecer um processo de avaliação.

A análise das respostas coletadas pelos questionários aplicados aos bibliotecários da UFPB, sobretudo aos que compõem o Sistemoteca, reflete de maneira clara os problemas enfrentados pelos gestores dessas unidades, principalmente no que se diz respeito as dificuldades enfrentadas para gerir e planejar bibliotecas tão diferentes dentro de uma mesma estrutura definida como sistema.

De maneira global, a maioria dos bibliotecários consideram que as bibliotecas da UFPB não estão preparadas para serem avaliadas pelo MEC a partir do instrumento do SINAES, que contemplam a Biblioteca a partir de duas perspectivas: avaliação externa e na avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação.

Foi percebido que a falta de institucionalização do planejamento do Sistemoteca, reflete diretamente na avaliação dos cursos, especificamente na dimensão em que a biblioteca é contemplada dentro dos instrumentos de avaliação, rebaixando as notas atribuídas para a infraestrutura, bem como avaliação negativa acerca das deficiências de bibliografia básica e complementar, enfatizado em vários relatórios de avaliação dos cursos de graduação que tiveram conceitos entre 2 e 3.

A análise dos dados coletados nos questionários também reflete um problema recorrente das bibliotecas quanto as diferenças estruturais entre essas unidades, o que, em tese, foge ao conceito de sistema integrado comprometido com o funcionamento adequado em todos os centros, subsidiando e apoiando o processo de ensino-aprendizagem, através de uma estrutura satisfatória, atendendo padrões mínimos de funcionamento.

A análise conjunta dos PDIs, dos relatórios de Auto avaliação, dos dados coletados a partir dos questionários e dos relatórios de avaliação do MEC, reflete a desarticulação do planejamento das bibliotecas com os instrumentos de planejamento, sobretudo o PDI, que institucionaliza as ações e diretrizes da instituição a longo prazo.

Para a pesquisadora, há um problema macro a ser considerado: a ausência de Políticas e Programas voltados para as Bibliotecas Universitárias, que assim como o PNBU subsidiou e fortaleceu as bibliotecas universitárias durante seu período de vigência, através de diretrizes concretas e ações bem delimitadas que visavam sobretudo o desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias a partir de esforços de agentes públicos, o que não existe atualmente.

A nível institucional, seja pela ausência de um instrumento público, ou outra motivação não contemplada nessa pesquisa, as bibliotecas não são amparadas de maneira expressiva, ainda que as instituições sejam orientadas a enfatiza-las dentro dos seus PDIS, conforme o próprio instrumento para sua construção.

O resultado dessas omissões, são bibliotecas auto organizativas, em sua grande maioria reféns da administração superior, e no caso das setoriais, dos centros nas quais estão inseridas, e que na maioria das vezes, ainda que haja esforço demasiado dos bibliotecários, tais bibliotecas não conseguem atingir o mínimo de padrão de qualidade exigidos pelo MEC, refletindo assim na avaliação negativa com baixos conceitos na dimensão que corresponde a infraestrutura.

O próprio PNBUE possui em suas 42 ações as importantes áreas a serem contempladas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais, a fim de fortalecer e subsidiar a gestão e o planejamento das bibliotecas universitárias enquanto sistema, entretanto esse instrumento não está mais em vigência, mas pode servir de base estrutural para construção dos próximos PDIs da Universidade, contemplando de maneira global todos os aspectos necessários ao Sistemoteca.

Outro caminho a ser considerado, é a construção de um PDI próprio ao Sistemoteca, uma vez que enquanto órgão complexo, com gestão própria, poderia ser agregado ao PDI da Universidade enriquecendo-o e sobretudo promovendo o fortalecimento e o desenvolvimento do Sistemoteca.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central da pesquisa foi de analisar as relações existentes entre a ausência de políticas/programas públicos voltados para as bibliotecas universitárias, e como essa relação impacta diretamente na avaliação e sobretudo no planejamento dessas unidades a nível local, a partir de uma análise documental que contemplou os dois últimos Planos de Desenvolvimento Institucional da UFPB, bem como documentos que servissem de arcabouço para fundamentação da hipótese da pesquisadora, tais como o estudo das Políticas Públicas de Educação e das ações governamentais existentes sobre as Bibliotecas Universitárias, com ênfase no PNBU, relatórios de auto avaliação da UFPB, relatórios do MEC para avaliação/reconhecimento de cursos, legislação (portarias, regimentos e etc) e aplicação de um questionários aos profissionais diretamente envolvidos na problemática pesquisada.

A hipótese levantada na presente pesquisa, e confirmada parcialmente, é a de que existe um problema a nível macro a ser considerado, que é a ausência histórica de políticas públicas voltada para as Bus, que reflete diretamente a nível institucional (local), comprometendo o planejamento e o desempenho das Bibliotecas no processo de avaliação, resultando em unidades precárias, desarticuladas ao desenvolvimento da instituição universitária.

A importância de um instrumento institucionalizado, para que o planejamento efetivo do Sistemoteca da UFPB seja realizado, ao propor indicadores eficientes, e padrões como garantia de qualidade, permitirá que o Sistema esteja preparado para as avaliações do ensino superior, mas sobretudo, para que possam ter sua funcionalidade de coletar, tratar, armazenar, recuperar, disseminar a informação e o conhecimento como parte essencial no apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, garantidos.

Faz-se necessário, também, colocar em debate o fazer bibliotecário na sociedade do conhecimento, uma vez que o trabalho desse profissional em particular na biblioteca universitária, serve de apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão. Esse compromisso frente a esse novo momento, perpassa as reflexões éticas do fazer, do dever, ao se posicionar de maneira ativa enquanto agente social, em prol da cidadania, comprometendo-se com o desenvolvimento da sociedade, reavaliando



conceitos e práticas, e sendo um ator engajado e importante para transformação da realidade dessas unidades.

É preciso perceber a Biblioteca e a complexidade das suas funções, seus objetivos, e o peso que ela possui dentro do contexto da avaliação do ensino superior, nos cursos da graduação e a nível de pós-graduação, sua funcionalidade no processo de disseminação do conhecimento e da produção científica, para que a visão da Universidade quanto ao papel da Biblioteca seja estratégica, integrando-a em todas as etapas do planejamento institucional.

Faz-se necessário compreender as bibliotecas universitárias e suas problemáticas acerca da gestão, da avaliação, e principalmente do planejamento, por uma perspectiva mais gerencial, estratégica e menos tecnicista, principalmente dentro da instituição onde ela está inserida. São necessárias, sobretudo, ações públicas, através de programas específicos para o enfrentamento dos problemas que hoje assombam as bibliotecas universitárias.

É imprescindível a criação de uma agenda política que contemple as Bibliotecas Universitárias em sua totalidade e sua complexidade, tanto em âmbito nacional, como em âmbito institucional, com ênfase no PDI, que é de fato o instrumento ideal para que a biblioteca tenha visibilidade, recursos e participação ativa em todo processo de planejamento e de autoavaliação.

Diante disso, faz-se necessário, ainda, que o entendimento da biblioteca enquanto mediadora da informação e do conhecimento dentro do ambiente universitário se faça compreender melhor por todos, sobretudo pelos gestores.

Por fim, a Universidade enquanto formadora de pessoas, e do conhecimento, tem a biblioteca como importante aliada nesse processo, e será ela o que sua biblioteca for. Enquanto o problema for ignorado, nada mudará. É impossível alcançar novos resultados, trilhando os mesmos caminhos.

## 7 REFERÊNCIAS

AMORIM, A. M. **A globalização do mercado de periódicos científicos eletrônicos e os consórcios de bibliotecas universitárias brasileiras**: desafios à democratização do conhecimento científico. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032006-021513/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

AMORIM, A. ; VERGUEIRO, W.. Consórcios de bibliotecas no Brasil: um desafio à democratização do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte [online], 2006, vol. 11, n. 1, p. 32-47. Disponível em : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-99362006000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-99362006000100004&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em:11 jul. 2015.

ASSIS JUNIOR, W. B. de. **A relação entre os princípios da moral e do direito em Kant**. 2013. 95 f. Dissertação – Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/2013/246.pdf](http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2013/246.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BINOTTO, M. A.; DINIZ, I. M. S.. Democratizar o acesso aos conhecimentos científicos: como, onde e porquê. **Revista Digital**, Buenos Aires, v.11, n.105, fev. de 2007. Disponível em:< <http://www.efdeportes.com/efd105/democratizar-o-acesso-aos-conhecimentos-cientificos.htm>>. Acesso em: 14 Jul. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3890, de 1 de janeiro de 1901. Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores . **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, p.447, 25 jan. 1901. Seção 1. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 Dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação**. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: < [http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos\\_avulsos/miolo\\_PNE.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf) > . Acesso em: 07 set. 2014

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal de Educação para Todos**. 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm) >. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.861 de 14 de abril de 2004**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm) >. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm) >. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de educação**. Brasília: INEP, 2001b. Disponível em: < [http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos\\_avulsos/miolo\\_PNE.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf) >. Acesso em: 19 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria n.287 de 24 de abril de 1986**.

\_\_\_\_\_. **Portaria n.288 de 24 de abril de 1986**.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de educação**. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: < [http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos\\_avulsos/miolo\\_PNE.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf) > Acesso em: 09 set. 2014

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) > Acesso em: 02 set. 2014

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm) >. 21

mar. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_ Bourdieu, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. p. 693-736

BRITO, G. F.; VERGUEIRO, W. de C. S.. Avaliação da qualidade da biblioteca acadêmica: a metodologia LibQUAL+® e suas perspectivas de aplicação no Brasil. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília (SP), v.7, n. Especial, p.26-46, 1º. Sem. 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BUSQUET, L. M. C.. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF**. 167 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <[http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao\\_Leandro\\_Busquet.pdf](http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Leandro_Busquet.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2016.

CAETANO, A. C. de S.. **Discussão de uma agenda pública para bibliotecas universitárias federais: o foco na pós-graduação e pesquisa pelo olhar mineiro**. 2014. 191 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 1. Disponível em: <[https://www.academia.edu/6438219/discuss%C3%83o\\_de\\_uma\\_agenda\\_p%C3%9Ablica\\_para\\_bibliotecas\\_universit%C3%81rias\\_federais\\_o\\_foco\\_na\\_p%C3%93s-gradua%C3%87%C3%83o\\_e\\_pesquisa\\_pelo\\_olhar\\_mineiro](https://www.academia.edu/6438219/discuss%C3%83o_de_uma_agenda_p%C3%9Ablica_para_bibliotecas_universit%C3%81rias_federais_o_foco_na_p%C3%93s-gradua%C3%87%C3%83o_e_pesquisa_pelo_olhar_mineiro)> acesso em: 12 Dez. 2015.

CAETANO, A. C. de S. Políticas publicas para bibliotecas universitárias federais. 31 p. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Políticas Públicas), Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <[https://www.academia.edu/5971952/Pol%C3%ADticas\\_p%C3%ABlicas\\_para\\_bibliotecas\\_universit%C3%A1rias\\_federais](https://www.academia.edu/5971952/Pol%C3%ADticas_p%C3%ABlicas_para_bibliotecas_universit%C3%A1rias_federais)>. Acesso em: 08 maio 2016.

CAETANO, A. C. de S.; FERNANDES, G. C.. Temas para uma agenda política para as bibliotecas universitárias: a ótica de discentes de pós-graduações mineiras. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, p. 150/2-172, 2014. Disponível em:<<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4073>>. Acesso em: 05 maio 2016.

CARVALHO, I. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CERQUEIRA, E. A.; SANTOS, A. P.. **Ensino Superior**: trajetória histórica e políticas recentes. IX Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis, Brasil, 25 a 27 de Novembro, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20Otrajetoria%20historica%20e%20politicass%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 maio 2016.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CORREIA, A. P. L. de S.; BRAGA, M. E.B.P. Evolução do planejamento na UFPB no período de 1990-2010. In: \_\_\_\_\_ PAIVA, S.B; DUARTE, E.N.(Org). **Gestão Universitária em foco**: uma abordagem teórica e prática. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. P. 37-61.

CUNHA, L. A. Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, V.3, n.2, 1998, p. 7-21. Disponível em: <[http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path\[\]=998&path\[\]=994](http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path[]=998&path[]=994)> Acesso em: 4 Dez. 2015.

DZIEKANIAK, G.; ROVER, A.. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramaZero – Revista de Informação**, v. 12, n.5, Out 2011. Artigo1. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out11/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm)>. Acesso em: 13 Jul. 2015.

FAVERO, M. de L. de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária. **Revista Educar Curitiba**, n.28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

FERREIRA, L. S.. **Bibliotecas Universitárias brasileiras**: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, 1980.

FRAGA, V. G.. [Os três tipos de dominação legítima de Max Weber](#). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, [ano 18, n. 3791, 17 nov. 2013](#). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25863>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

FRANÇA, M. N.; CARVALHO, A. M. G. de. **Sociedade da informação e biblioteca universitária**: contribuições para a democratização do acesso ao conhecimento. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa, 2015.

Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3012/1120>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GAMA, Z.. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 254-272, maio/ago.2012.

Disponível

em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1738/1738.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR (GEPES)

.Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?. **Educação & Sociedade [online]** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313707015>>. Acesso em: 13 Jul. 2015.

HADDAD, F.. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC: INEP, 2008. 23 p. Disponível em: <

[http://www.ufvjm.edu.br/arquivos/64/22/CPA\\_Sinaes\\_Plano\\_Desenvolv\\_Educacao\\_Haddad\\_2008.pdf](http://www.ufvjm.edu.br/arquivos/64/22/CPA_Sinaes_Plano_Desenvolv_Educacao_Haddad_2008.pdf) >. Acesso em: 05 set. 2014

HÖFLING, E. de M.. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em:

<<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 19 maio 2016.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. [on line].

Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 3 Dez. 2015.

LEMONS, A. A. B. de; MACEDO, V. A. A. Posição da Biblioteca na Organização Operacional da Universidade. **R.Esc.Bibliotecon**, n.4, v.1, p. 40-51, mar de 1975.

Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002646&dd1=82890>> Acesso em: 4 Dez. 2015.

LUBISCO, N. M. L. **La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora.** Madrid: UC3M, 2007. Tese (Doutorado) - Universidad Carlos III de Madrid, Gestafe, 2007. Disponível em: < <http://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/2535>>. Acesso em: 18 mar.2016.

LUBISCO, N. M. L. A biblioteca universitária e o processo de avaliação do MEC: alguns elementos para o planejamento da sua gestão. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias-SNBU**, 12., 2002, Recife. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5620/1/Biblioteca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. (Orgs.). **Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando a avaliação do seu desempenho.** Salvador: EdUFBA, 2009. 56 p. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5620/1/Biblioteca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. (Organizadoras). **Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira.** In: Seminário Avaliação Da Biblioteca Universitária Brasileira, 1., 2008, Salvador. Anais eletrônicos...Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/588/3/Biblioteca%20universitaria%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 29 Maio 2016.

MAGALHÃES, J. A. F. de. Políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Ciência política.** 3. ed. Brasília: Editora Vestcon, 2005. p.241-367.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, W.. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MEZNEK, I.. **A universidade brasileira no período de 1960 a 2000: a influência empresarial em questão,** 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná –UNIOESTE, Paraná. Disponível em: < <http://200.201.88.199/portalpos/media/File/educacao/DISSERTACAO%20-%20Ivone%20Meznek.pdf>>. Acesso em: 5 Dez. 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MIRANDA, A.. **Biblioteca Universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática**. Disponível em < [http://antoniomiranda.com.br/ciencia\\_informacao/BIBLIOTECA\\_UNIVERSITARIA.pdf](http://antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/BIBLIOTECA_UNIVERSITARIA.pdf) >. Acesso em: 9 Dez. 2015.

MORAES DE BEM, R.. **Framework de Gestão do Conhecimento para Bibliotecas Universitárias**. 2015. 344 f. Tese (Doutorado em Gestão do conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

NEVES, C. E. B.. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. In: SOARES, Maria Suzana Arrosa (org.) Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002.

OLIVEIRA, L. R. de. **Biblioteca universitária: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação ao contexto brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: < [http://www.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=192](http://www.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=192) >. Acesso em: 28 Ago. 2014.

OLIVEIRA, N. M.. **A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 207-221, jul./dez. 2002. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001681&dd1=f4d6a> >. Acesso em: 16 Maio 2016.

OLIVE, A.C. **Histórico da Educação Superior no Brasil**. In.: \_\_\_\_\_. A Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002.p. 31-42.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, 1948. Disponível em:<<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2014-2018**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2009-2012.** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: **aval.pol.públ.Educ.** [online]. 2006, vol.14, n.53, pp.425-436. ISSN 1809-4465. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000400002>.

PRESGRAVE, A. B. F. R.. O Poder Invisível e a Democracia Representativa na Visão de Norberto Bobbio. **INTERFACE**, Natal/RN, v.10, n.1., 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19246/1/PoderInvisivelDemocracia\\_2013.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19246/1/PoderInvisivelDemocracia_2013.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2016

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. de. **Trabalho científico:** métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/StXw7p>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHES, G. A. R.. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **Revista Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p. 103-121, jul./Dez. 2010. Acesso em: 7 de dez. 2015. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323>>  
SANTOMÉ, J. T.. **A Educação e em Tempos de Neoliberalismo.** Porto Alegre, Artmed, 2003.

SANTOS, B. de S. S.. **A universidade do século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.3.ed.São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. S. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade.9.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. de S. S.; Almeida Filho, N. de. **A Universidade no Século XXI:** Para uma Universidade Nova. Coimbra: [s.l.],2008. Resenha de: COLETE, Maria Madalena. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Disponível em< [https://www.academia.edu/5479649/Resenha\\_A\\_Universidade\\_no\\_S%C3%A9culo\\_XXI\\_2](https://www.academia.edu/5479649/Resenha_A_Universidade_no_S%C3%A9culo_XXI_2)>. Acesso em: 28 maio 2016.

SANTOS, J. M.. O processo evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, fev. 2013. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SANTOS, R. do R. **Espaço virtual e a comunicação com os usuários para mediação da informação**: utilização pelas bibliotecas das universidades federais e estaduais brasileiras. 249 p. Dissertação. 2012 (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Bahia. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7833/1/RAQUEL\\_TRABALHO%20FINAL\\_ABSTRACT%20REVISTO%20-%2018.08.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7833/1/RAQUEL_TRABALHO%20FINAL_ABSTRACT%20REVISTO%20-%2018.08.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SANTOS, B. de S. S. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, Outubro 2005: 7-44. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao\\_neoliberal\\_RCCS72.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao_neoliberal_RCCS72.PDF)>. Acesso em: 02 Maio 2016.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Editora Cortês, 2010.

SAVIANE, D.. O Plano De Desenvolvimento da Educação: análise do Projeto do Mec. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SILVA, A. M. M.. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação e Sociedade**, v.2, n.1, p.3-23, 2010. Disponível em: <[https://www.academia.edu/5487884/A\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_bibliotecas\\_universit%C3%A1rias\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/5487884/A_constru%C3%A7%C3%A3o_das_bibliotecas_universit%C3%A1rias_no_Brasil)>. Acesso em: 6 Dez. 2015.

SILVA, A.M.M. Bibliotecas Universitárias Federais da Amazônia: desbravando fronteiras, administrando improvisos. 2009. 174f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Amanda/AppData/Local/Temp/Bibliotecas%20Universit\_ias%20Federais%20da%20Amaz\_ia.pd> Acesso em: 11 nov. 2016.

SILVA, A. C.. As implicações da avaliação do INEP/MEC nas bibliotecas

universitárias federais do Rio de Janeiro. 2014, **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso de Biblioteconomia). Disponível em:<  
<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-2014.2/TCC-AnaCarolinaSilva.pdf>>. Acesso em: 07 de jul. 2016.

SILVA, M. S. S. da. O conceito de guerra de posição no pensamento político de Antônio Gramsci. **Anais do Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar 2015**. Disponível em:<<http://www.ufscar.br/~semppqfil/wp-content/uploads/2012/04/Mauro-S%C3%A9rgio-Santos-da-Silva.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 2 jun. 2016.

SILVEIRA, N. F. Evolução das Bibliotecas Universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 69-76, jan./jun., 2014. Disponível em:<  
[https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/923/pdf\\_88](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/923/pdf_88)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SOARES, V. B.; CASTRO, D. C. de. **Ou Isto ou Aquilo? A Integração entre Pesquisa Qualitativa e Quantitativa em Estudos Organizacionais no Brasil**. 2012. Trabalho apresentado no 7 Encontro de Estudos Organizacionais de ANPAD, Curitiba, 2012. Disponível em:<  
[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo\\_2012/2012\\_ENEO133.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2012/2012_ENEO133.pdf)>. Acesso em 15 Jan 2016.

SOBRINHO, J. D.. **Avaliação: políticas educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo, Cortez, 2003.

SOUZA, A.de A.; CARVALHO, R. G. A Universidade Pública no Brasil atual: considerações sobre o REUNI. In:\_\_\_\_\_PAIVA, S.B; DUARTE, E.N.(Org). **Gestão Universitária em foco: uma abordagem teórica e prática**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. P. 19-36.

SOUZA, A. M. P. de. A crise da democracia em tempos de globalização. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n.433, 13 Set 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/5686>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

SOUZA, F. C. ; STUMPF, K. **Ética na ciência da informação e biblioteconomia brasileiras**: sua discussão em periódicos e anais de eventos. In: X Encontro

Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2009, João Pessoa, PB. Responsabilidade social da Ciência da Informação. João Pessoa, PB: Ideia/Editora Universitária, 2009. v. 1. p. 1813-1831. Acesso em: 10 de dez 2015. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/539/1/Microsoft%20Word%20-%20GT%206%20Tt%203-%20SOUZA,%20Francisco%20das%20C.%20de%20STUMPF,%20K.%20%C3%89tica%20na%20Ci%C3%Aancia....pdf>>.

STUMPF, K.. Abordagens recentes sobre ética no campo da ciência da informação no Brasil. DataGramaZero, **Revista de Ciência da Informação**, v.11, n.6, dez 2010.. Disponível em:<[http://www.dgz.org.br/dez10/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez10/Art_02.htm)>. Acesso em 5 dez. 2015  
VIEIRA, S. L.. **Educação Básica**: política e gestão da escola. Brasília: Liber livro, 2009.

UFPB. Universidade Federal Da Paraíba. **Biblioteca Central** [on line]. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufpb.br/>>. Acesso em: 3 Dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório De Autoavaliação Institucional 2010**. João Pessoa: Comissão Própria de Avaliação – CPA, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório De Autoavaliação Institucional 2013**. João Pessoa: Comissão Própria de Avaliação – CPA, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório De Autoavaliação Institucional 2015**. João Pessoa: Comissão Própria de Avaliação – CPA, 2015.

WACHOWICZ, L. A.. A dialética na pesquisa da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v.2, n.3, p. 171 -181, Jan./Jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=730&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 04 Jun. 2015.

WEBER, M.. A política como vocação. In \_\_\_\_\_. WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1979. Acesso em: 02 junho 2016. Disponível em: <<https://edspraca.files.wordpress.com/2012/06/weber-polc3adtica-como-vocac3a7c3a3o.pdf>>.